O BARÃO DO RIO BRANCO
MISSÃO EM BERLIM - 1901/1902

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

Ministro de Estado Embaixador Celso Amorim
Secretário-Geral Embaixador Samuel Pinheiro Guimarães

FUNDAÇÃO ALEXANDRE DE GUSMÃO

Presidente Embaixador Jeronimo Moscardo

A *Fundação Alexandre de Gusmão*, instituída em 1971, é uma fundação pública vinculada ao Ministério das Relações Exteriores e tem a finalidade de levar à sociedade civil informações sobre a realidade internacional e sobre aspectos da pauta diplomática brasileira. Sua missão é promover a sensibilização da opinião pública nacional para os temas de relações internacionais e para a política externa brasileira.

Ministério das Relações Exteriores
Esplanada dos Ministérios, Bloco H
Anexo II, Térreo, Sala 1
70170-900 Brasília, DF
Telefones: (61) 3411-6033/6034/6847
Fax: (61) 3411-9125
Site: www.funag.gov.br

Luiz Felipe de Seixas Corrêa

O Barão do Rio Branco
Missão em Berlim - 1901/1902

Fundação Alexandre de Gusmão

Brasília, 2009

Copyright ©, Fundação Alexandre de Gusmão

Fundação Alexandre de Gusmão
Ministério das Relações Exteriores
Esplanada dos Ministérios, Bloco H
Anexo II, Térreo
70170-900 Brasília – DF
Telefones: (61) 3411 6033/6034/6847/6028
Fax: (61) 3411 9125
Site: www.funag.gov.br
E-mail: funag@mre.gov.br

Equipe Técnica:
Eliane Miranda Paiva
Maria Marta Cezar Lopes
Cíntia Rejane Sousa Araújo Gonçalves
Erika Silva Nascimento

Programação Visual e Diagramação:
Juliana Orem e Maria Loureiro

Impresso no Brasil 2009

Corrêa, Luiz Felipe de Seixas.
O Barão do Rio Branco: missão em Berlim, 1901/1902. — Brasília : Fundação Alexandre de Gusmão, 2009.
140p.

ISBN: 978-85-7631-161-4

1. Rio Branco, Barão do. 2. Relações internacionais – Brasil. 3. Política externa – Brasil. I. Título.

CDU 929 Rio Branco, Barão do.
CDU 327(81)

Depósito Legal na Fundação Biblioteca Nacional conforme Lei n° 10.994, de 14/12/2004.

Índice

I - Introdução, 7

II - O Barão do Rio Branco, o personagem, 13

III - A Alemanha na virada do século, 17

IV - O Brasil na virada do século, 21

V - A presença alemã no Brasil, 25

VI - Berlim, 29

VII - O Barão do Rio Branco em Berlim, 33

VIII - O encontro com o Imperador: apresentação de credenciais, 43

IX - O casamento da filha, 49

X - Temas político-militares, 53
- A visita do Encouraçado Floriano a Kiel, 53
- Venda de equipamento militar alemão ao Brasil, 78

XI - Temas financeiros e comerciais, 85
- Empréstimo de Minas Gerais, 85
- Direitos da China, 89
- Comércio Brasil-Alemanha, 90

XII - A questão do Acre, 91

XIII - Colonização alemã no Brasil, 103

XIV - De Berlim ao Rio de Janeiro, 113

XV - As relações com a Alemanha na gestão ministerial do Barão do Rio Branco, 123

XVI - Epílogo, 133

Agradecimentos, 135

I - Introdução

José Maria da Silva Paranhos, Barão do Rio Branco, chegou a Berlim para assumir a Chefia da Legação do Brasil na capital do Império alemão, sua primeira e única missão diplomática permanente, em 15 de abril de 1901. Tinha 56 anos de idade. Permaneceria no posto 18 meses – um ano e meio - até 11 de novembro de 1902, quando, nomeado Ministro das Relações Exteriores pelo Presidente Rodrigues Alves, regressaria definitivamente ao Brasil.

A correspondência oficial do Barão do Rio Branco com o Ministério das Relações Exteriores no tempo de Berlim foi examinada por seus dois mais conhecidos biógrafos: Álvaro Lins [1] e Luiz Viana Filho[2].

Ambos referem-se de passagem ao período de Berlim. Talvez porque Berlim esteve entre uma fase e outra da vida do Barão; porque tinha sido tão importante o que ele já havia feito, e mais importante ainda seria o que viria a fazer como Ministro das Relações Exteriores, Luiz Viana refere-se a este período como "Intervalo em Berlim". Álvaro Lins não chega a abrir um capítulo especial para a missão em Berlim – situa-a no final do capítulo VIII, no qual estuda detidamente a atuação de Rio Branco no litígio com a França, e sua missão em Berna.

[1] Álvaro Lins, Rio Branco (O Barão do Rio Branco) biografia pessoal e história política. Editora Cia Editora Nacional, 1965.
[2] Luiz Viana Filho, A Vida do Barão do Rio Branco. Livraria Martins Editora, São Paulo. 1967 (2 edição).

Álvaro Lins é peremptório: "Foi curta e sem acontecimentos a estada de Rio Branco em Berlim. Na sua correspondência oficial com o Ministério do Exterior só aparece sua intervenção oficial no caso do Acre". Luiz Viana refere-se a Berlim como um tempo de "rotina" para um Rio Branco, "frequentemente acometido por crises de lumbago". E comenta: "Tomado de preguiça que não o deixa andar, apegado à biblioteca que preparou com suntuosidade, vai de raro em raro à própria Legação, próxima da Kurfürstendamm, quando aprazado com algum compatriota".

Autor de excelentes análises do significado e da importância da obra de Rio Branco, Rubens Ricupero[3] também não chega a se deter na missão em Berlim. Refere-se ao tempo do Barão na capital do Reich como "breve interlúdio".

Heitor Lyra, por sua vez, conta em suas memórias[4] que, tendo sido transferido provisoriamente para Berlim em 1926, teve a curiosidade de descobrir os traços deixados pelo Barão na capital alemã. E sentencia: "Na realidade, Rio Branco pouco fez em Berlim", (tendo como auxiliares) "que faziam ainda menos do que ele, seu filho Raul e seu sobrinho Luis Cavalcanti". Berlim, comenta, "não foi senão um curto estágio na carreira diplomática, também curta, do Barão do Rio Branco".

Ocupam-se os biógrafos do Barão e os analistas de sua obra mais de aspectos de sua vida pessoal em Berlim e, em particular de sua agônica hesitação em aceitar o convite que lhe faria o Presidente Rodrigues Alves para voltar ao Brasil e dirigir a pasta das Relações Exteriores.

Ao assumir a Chefia da Embaixada do Brasil em Berlim em setembro de 2005, interessei-me em recuperar e contextualizar os traços deixados pelo meu mais ilustre antecessor em sua breve passagem pela Alemanha. Reli as biografias e as principais monografias existentes. Examinei a documentação guardada no Arquivo Histórico do Itamaraty[5]. Investiguei igualmente os papéis conservados no Arquivo Político do Ministério das Relações Exteriores da

[3] Rubens Ricupero, Barão do Rio Branco. FUNAG, Brasília, 1995.
[4] Heitor Lyra, Minha Vida Diplomática. Ed. Universidade de Brasília, 1972.
[5] A documentação existente no Arquivo Histórico do Itamaraty foi-me gentilmente copiada e facilitada pelo Embaixador Álvaro da Costa Franco. Todas as citações da correspondência do Barão com o Ministério e dos apontamentos nas cadernetas em que anotava seu Diário provêm desta mesma fonte.

Alemanha[6], cuja consulta me foi gentilmente aberta em 2007. Ao cabo dessas pesquisas e da reflexão que me suscitaram as atividades desenvolvidas pelo Barão em Berlim num tempo histórico de fato curto, mas indiscutivelmente muito significativo, creio dispor de elementos para matizar as conclusões prevalecentes na literatura riobranquina sobre este momento breve, mas singular e importante na trajetória do grande Patrono da diplomacia brasileira.

Não se encontram, de fato, entre os papéis berlinenses do Barão análises profundas do cenário internacional. Quem for buscar opiniões sobre a crise que se preparava para ensombrecer a Europa e o Mundo a partir da emergência da potência germânica sairá de mãos abanando dos arquivos. Mas Rio Branco, na verdade, nunca foi dado a elucubrações ou indagações intelectuais. Seus textos referem-se sobretudo a temas históricos e a investigações em fontes documentais. Seus ofícios e discursos são curtos e objetivos. Sua correspondência com o Ministério no Rio de Janeiro era factual e precisa. Via as coisas sob o ângulo pragmático: onde estava o interesse do Brasil, como proteger o que pudesse estar ameaçado e como promover os objetivos julgados necessários à consolidação física e política do país. Era um homem de reflexão, é claro; mas sobretudo de ação.

A falta de ofícios reflexivos não quer absolutamente dizer, porém, que o Barão estivesse alheio ao que se passava à sua volta. A documentação revela, como será exposto a seguir, uma atividade constante e um juízo crítico apropriado em torno de alguns temas relevantes. Na questão da dívida do Governo de Minas, Rio Branco agiu com um equilíbrio impecável, dignamente transmitindo a seus interlocutores alemães os argumentos jurídicos que, como Representante do Governo Federal, cabia-lhe expor para ressalvar a responsabilidade da República, mas, ao mesmo tempo, instando fortemente o Ministério a atuar junto às autoridades mineiras com vistas a zelar pela credibilidade internacional do Brasil. Na questão da visita da belonave "Floriano" à Alemanha, transitou pelas sensibilidades internas e externas, entre as esferas civis e militares do Brasil e da Alemanha, com extremado sentido de oportunidade e de profissionalismo. Nos temas ligados à emigração alemã para o Brasil, a experiência berlinense certamente terá habilitado o Barão a

[6] A documentação alemã sobre o período em que o Barão foi Ministro em Berlim foi-me gentilmente aberta pela direção do Arquivo Político do Ministério do Exterior. Todas as citações, inclusive matérias de jornais alemães, brasileiros e norte-americanos, provêm desta mesma fonte. Conservo em meus arquivos cópia de todos os documentos citados e de muitos outros não utilizados.

perceber, a um tempo, os benefícios e os perigos envolvidos na presença de centenas de milhares de colonos alemães concentrados numa determinada região do Brasil. Sua decidida atuação contrária ao envolvimento de capitais alemães no "Bolivian Syndicate" terá sido determinante para a rápida e definitiva solução que viria a dar à questão do Acre em 1903, já como Ministro.

Gilberto Amado[7] comenta que "muito do êxito do Barão se deve a sua formação européia, a seu conhecimento do modo de trabalhar em Chancelarias, sua notícia dos fatos políticos do tempo, seu respeito pela informação...". Sob esta perspectiva, a convivência do Barão em Berlim com o ambiente efervescente que precedeu a I Guerra Mundial certamente influenciou, tanto seu pensamento a respeito do esgotamento do modelo imperialista europeu, quanto sua propensão a privilegiar a parceria do Brasil com os EUA, a "*unwritten alliance*", na expressão cunhada por Bradford Burns[8]. Álvaro Lins refere-se a uma correspondência de Domício da Gama, na qual este relata conversa tida com o Barão em Berlim, às vésperas de sua partida. Desencantado e decepcionado com o cenário que se desenhava na Europa, o Barão expressava então a intenção de colocar o Brasil "dentro de uma política exterior mais nitidamente americana".

O exame da documentação existente no Arquivo Político do Ministério do Exterior alemão, revela, por sua vez, que o Barão, não só esteve muito ativo à frente dos interesses do Brasil, como também que desfrutava de bastante prestígio. Algo, diga-se de passagem, que certamente não era dado de graça ao Representante de uma jovem e ainda provinciana República sul-americana na capital de um Império que se erguia com soberba no cenário internacional. Prestígio em diplomacia só se obtém a custa de um trabalho profissional impecável, de argúcia, de sentido de oportunidade, de boas e amplas relações nos meios locais. O Barão tinha efetivamente acesso aos altos escalões governamentais alemães, como comprovam os seus frequentes encontros no Ministério do Exterior, no Gabinete do Imperador e nos demais setores da administração. Convenientemente instalado na Residência que alugou para a Legação, recebia condignamente e representava com sentido de medida um país que começava lentamente a

[7] Álvaro da Costa Franco e CH Cardim, orgs, "O Barão do Rio Branco por Grandes Autores" EMC, ed, Rio de Janeiro, 2003.

[8] E. Bradford Burns, The Unwritten Alliance: Rio Branco and Brazilian-American Relations Columbia University Press, Nova York, 1966.

se afirmar no mundo. Suas cadernetas, tal como conservadas no Arquivo Histórico do Itamaraty no Rio de Janeiro, nas quais anotava diariamente sua agenda e outras atividades, revelam a atividade social particularmente intensa que empreendeu em Berlim, recebendo e frequentando com assiduidade o corpo diplomático, assim como os meios políticos, governamentais, empresariais e sociais alemães. José Maria Bello considera que apesar do seu longo período na Inglaterra vitoriana, modelo do liberalismo político para o mundo da época, terá sido "a dura e inexorável Alemanha Bismarckiana de Guilherme II, em plena ascenção de força e orgulho nacional, o maior impulso sofrido pelo Barão"[9].

Na realidade, a missão em Berlim representou para o Barão muito mais do que um interlúdio, o tempo de casar a filha e hesitar sobre a volta ao Brasil. Rio Branco desempenhou-se em Berlim como um grande Chefe de Missão, à altura da tradição que ele mesmo iria criar e consolidar para a carreira diplomática brasileira nos anos em que dirigiu o Itamaraty até a sua morte em 1912.

O presente trabalho constitui uma tentativa de, cotejando a documentação brasileira com os papéis guardados no Arquivo Diplomático alemão e, ainda, com a literatura existente sobre o Barão, contextualizar e valorizar a Missão do Barão do Rio Branco em Berlim no quadro mais amplo de sua trajetória e de seu legado histórico.

A um breve resumo da vida e da personalidade do Barão, seguir-se-ão curtas apreciações sobre a Alemanha e o Brasil na virada do Século XIX para o Século XX, sobre a presença alemã no Brasil e sobre a importância política, econômica e cultural da Berlim imperial. A missão de Rio Branco em Berlim será recuperada não apenas sob o ângulo de suas atividades pessoais, mas também sob a perspectiva de sua atuação nas principais questões específicas com que teve de lidar. O texto contém finalmente uma avaliação sobre a importância da Alemanha na gestão do Barão do Rio Branco à frente do Ministério das Relações Exteriores do Brasil, vista, entre outros elementos, sob a ótica dos despachos dos Ministros alemães no Rio de Janeiro. Estes despachos, presumivelmente até agora inéditos, revelam a percepção que os meios alemães tinham à época sobre o Brasil, em geral, e sobre Rio Branco, em particular.

[9] José Maria Bello, História da República. Cia Editora Nacional, São Paulo, 8ª Edição, 1883.

Ao final de alguns capítulos, acham-se reproduzidas fotografias referentes ao período berlinense do Barão, a maioria das quais já conhecida por figurarem em publicações anteriores. Acham-se igualmente reproduzidos, tal como pude obtê-los nos arquivos alemães, alguns bilhetes manuscritos pelo Barão a interlocutores locais, a Carta Credencial por meio da qual o Presidente Campos Salles o acreditou como Ministro junto ao Imperador Guilherme II e outros documentos inéditos no Brasil.

II - O Barão do Rio Branco, o personagem

José Maria da Silva Paranhos, o Barão do Rio Branco, ocupa um espaço singular entre os grandes personagens da História do Brasil. Graças a sua visão política, a seus sólidos conhecimentos de História e a sua cultura jurídica, assim como a sua notável capacidade de negociador e agente diplomático, o Brasil pode-se orgulhar de ter cada centímetro dos seus 15.735 km de fronteira com 10 vizinhos territoriais na América do Sul perfeitamente delimitado e demarcado.

Rio Branco defendeu os interesses brasileiros na questão de limites com a Argentina (Palmas), resolvida favoravelmente ao Brasil por arbitramento do Presidente dos Estados Unidos, Grover Cleveland, em 1895; e na questão de limites com a França (Guiana Francesa/Amapá), decidida em favor do Brasil pelo Presidente da Confederação Suíça, Walter Hauser, em 1900. Posteriormente, como Ministro das Relações Exteriores (1903-1912), Rio Branco orientou os pleitos brasileiros em diversas outras questões de limites, notadamente com a Bolívia, resolvida mediante o Tratado de Petrópolis de 1903; com a Inglaterra (Guiana Inglesa/Pirara), resolvida por arbitramento do Rei Vittorio Emanuelle da Itália em 1904 e com o Peru, decidida em 1909, por arbitramento da Argentina.

Entre 1895, quando foi divulgado o laudo do Presidente Cleveland sobre a região de Palmas, e 1909, quando se resolveram as últimas pendências com os países vizinhos, Rio Branco esteve à frente de negociações que levaram

ao reconhecimento pacífico e definitivo da soberania brasileira sobre cerca de 900.000 km² do território nacional: mais de 1/10 da área atual do Brasil.

Rio Branco nasceu em 20 de abril de 1845. Sua personalidade e sua obra foram fortemente influenciadas pela figura de seu pai, José Maria da Silva Paranhos, Visconde do Rio Branco. Uma das mais importantes lideranças políticas do Segundo Reinado, Rio Branco "pai" foi Presidente do Conselho de Ministros entre 1871 e 1875, o mais longo gabinete do Império. Promoveu a aprovação da Lei do Ventre Livre, em 1871, que, de certa forma, antecipou o fim da escravatura. Foi Ministro dos Negócios Estrangeiros e titular também de outras importantes pastas no curso de sua prolongada e fecunda vida pública.

Tendo passado sua infância e juventude à sombra paterna, acostumado à freqüentação da elite política e intelectual do Rio de Janeiro, Rio Branco fez seus estudos de Direito em São Paulo e no Recife. Foi, em seguida, professor de História no Colégio Pedro II no Rio de Janeiro, promotor público e jornalista. Exerceu dois mandatos de deputado federal entre 1869 e 1875, havendo assessorado o pai em diferentes momentos, como na missão diplomática ao Prata em 1870/71.

Desde os tempos da faculdade em São Paulo, dedicou-se intensamente aos estudos de História do Brasil, em especial em seus aspectos militares e diplomáticos. Tornou-se um especialista nessas matérias, sobre as quais chegou a escrever textos esparsos. A História do Brasil foi, na verdade, a paixão intelectual de toda a sua vida.

Era um homem absolutamente íntegro. Apesar de filho de um dos maiores estadistas do Império, e de ter sido Ministro de Estado por quase dez anos, o Barão morreu sem deixar patrimônio pessoal. Na realidade, as preocupações financeiras com o sustento da família foram constantes em sua vida. Seu temperamento era profundamente conservador. Fora de suas funções oficiais, levava vida ascética. Dizia estar acostumado a viver com muito pouco, porque seu pai não tinha fortuna. Destacava-se pela sobriedade. Austero e de caráter reservado, considerava não haver nada mais ridículo e inconveniente do que andar um diplomata a apregoar vitórias. Em um país de bacharéis, era essencialmente pragmático e avesso à retórica. Aparentemente pouco dado a inquietações abstratas, revelava verdadeira obsessão pela precisão das idéias e conceitos.

Sua dedicação ao trabalho tornou-se lendária. Apesar dos sentimentos monarquistas que trouxe do berço e que nunca escondeu, trabalhou com

absoluta lealdade para a República. Foi dos poucos homens públicos que, na jovem República brasileira, continuou a ser reverencialmente conhecido por seu título de nobreza. Rio Branco foi o nosso "Barão" por antonomásia. Na sua concepção, a vida pública constituía uma missão a serviço do Estado e do Bem Comum; nunca um instrumento para atingir fins pessoais ou ambições de poder.

Nomeado pela Regente Izabel para as funções de Cônsul do Brasil em Liverpool em 1876, foi confirmado no posto pela República proclamada em 1889. Liverpool era então o porto mais estratégico para o comércio exterior brasileiro. Os trabalhos do Consulado, embora intensos, não o impediram de aprofundar seus conhecimentos históricos. Desenvolveu amplas e meticulosas pesquisas em fontes primárias nos arquivos históricos das potências coloniais européias, que se revelariam fundamentais para os êxitos que viria a obter posteriormente nas negociações ligadas à definição das fronteiras do Brasil.

A Monarquia o deixou relativamente tranquilo no Consulado em Liverpool, de onde viajava regularmente a Paris para juntar-se à família que lá vivia e de onde só se afastou ocasionalmente, quando exerceu a função de Comissário do Governo Imperial em São Petersburgo, durante a Exposição Internacional de 1884.

A República, porém, demandaria constantemente seus serviços. Um dos objetivos principais da jovem República brasileira consistia em superar as desconfianças que por tanto tempo haviam mantido afastados o Império e as vizinhas repúblicas sul-americanas. A fixação definitiva das fronteiras tornou-se ainda mais prioritária. Só com dois países — o Paraguai (1872) e a Venezuela (1859) — o Império fixara as fronteiras de modo definitivo. A instâncias das autoridades do Governo da República, Rio Branco exerceria missões transitórias em Washington (1894-1898) e Berna (1898-1901), onde se ocupou da defesa dos interesses do Brasil, respectivamente, nas questões das Missões (limites com a Argentina) e Amapá (limites com a Guiana Francesa). Como observa Alvaro Lins, "a herança recebida pela República ... era ... a de uma nação quase sem fronteiras fixadas; ...Seria uma figura formada no Império o estadista que, servindo à República, daria estabilidade e segurança ao mapa político do Brasil"[10].

Vencedor, tanto na questão com a Argentina, quanto no diferendo com a França, Rio Branco assumiu proporções heróicas no imaginário brasileiro.

[10] Álvaro Lins, op cit.

Recebeu insistentes apelos para que retornasse ao país e se envolvesse na política. Resistiu tenazmente. Sua ambição era ser Ministro na Legação em Lisboa. Mas tinha as vistas postas também em Berlim. Em carta ao amigo José Avelino, diria "O lugar de Berlim, que agora vagou muito me conviria, por ser um centro onde eu poderia talvez voltar à paz antiga e aos trabalhos de minha predileção"[11]. O Presidente Campos Salles mandou-lhe oferecer o posto na capital da Alemanha imperial. Foi nomeado por decreto de janeiro de 1901.

Álvaro Lins observa que

> "dos 4 grandes centros de observação da política internacional – Londres, Paris, São Petersburgo, Berlim – só faltava (a Rio Branco) o último para que tivesse da política européia uma idéia completa através de 4 diferentes ângulos de visão. 1876-1902 – o período de sua permanência na Europa – representa justamente uma época culminante da política internacional....Para um Estadista é uma experiência insubstituível, e é esta experiência que se torna(ria) completa para o Barão do Rio Branco como Ministro em Berlim"[12].

[11] Luiz Viana Filho, op cit.
[12] Álvaro Lins, op cit.

III - A Alemanha na virada do século

Consolidada a unificação em 1870 sob a liderança da Prússia, a Alemanha que se ofereceu ao Barão do Rio Branco na virada do Século XIX para o Século XX crescia vertiginosamente em todos os setores de atividade. Era sobretudo notável o desenvolvimento da indústria e do comércio, alicerçado em avanços cumulativos no campo da ciência e da tecnologia aplicadas à produção de bens e equipamentos.

Concomitantemente, a Alemanha buscava ocupar no sistema internacional um lugar equivalente ao que a Inglaterra e a França haviam antes alcançado mediante a revolução industrial e a expansão colonial – o seu "lugar ao sol", na célebre expressão do Príncipe von Bülow. O jogo de alianças e contra-alianças então desatado na Europa entre as grandes potências se acelerava consideravelmente. Na virada do Século, este processo era visto como a consequência natural da emergência de um grande Estado que, do centro do espaço físico europeu, buscava fazer valer seu prestígio, sua influência e seu poder nacional. Mais adiante, iria provocar a catástrofe da I Guerra Mundial.

Bismarck havia sido afastado da Chancelaria por Guilherme II em 1890. Como Ministro-Presidente da Prússia desde 1862 e, posteriormente, Chanceler da Alemanha desde 1870, Bismarck estivera no centro do poder germânico por 28 anos. Guilherme II não desejava manter-se sob a tutela de Bismarck. Os sucessores do "Chanceler de Ferro" na **Wilhemstrasse** abandonariam a prudência que havia sustentado a eficácia da "**realpolitik**"

bismarckiana. Sucessivamente sob o General Graf von Caprivi (1890), o Príncipe de Hohenlohe-Schillinsfurst (1894) e o Príncipe von Bülow (1900), a política exterior alemã passaria a extravasar os limites europeus em que Bismarck construíra, "com sangue e aço", o novo Estado unificado.

Em 1896, no vigésimo quinto aniversário da unificação, o Imperador Guilherme II vangloriou-se de haver efetivamente transformado o Império alemão em um Império mundial. E, como tal, passou a provocar ostensivamente a Inglaterra, ao apoiar a revolta dos Boers na África do Sul. Posteriormente, deixaria caducar o acordo de segurança mútua com a Rússia. Em seguida, a França e a Rússia, ambas temerosas das ambições germânicas, assinariam um entendimento militar. Em 1898, após viagem pelo Oriente Médio, o Imperador, desafiando os interesses britânicos, assegurava junto ao Governo otomano em Constantinópolis, que firmas alemãs financiadas pelo Deutsche Bank obteriam os direitos para construir estradas de ferro pela Mesopotâmia (Baghdadbahn). Em 1898, teria início o projeto alemão de construção de uma frota, destinada a desafiar o controle marítimo exercido pela Inglaterra. Entre 1900 e 1902, a França e a Itália regulariam as respectivas esferas de influência no norte da África. Desde o incidente de Fachoda de 1898, França e Inglaterra tinham-se dado conta de que o entendimento recíproco era necessário para limitar as ambições da nova potência imperial alemã. Em 1904, ambos Governos constituiriam a "**Entente Cordiale**", destinada a conter e isolar a Alemanha.

O desfecho desse jogo de poder que se desencadeava na Europa seria a I Guerra Mundial. À altura em que o Barão do Rio Branco chegava a Berlim, a guerra já era de certa forma previsível. Bismarck havia morrido em 1898 no exílio virtual de sua propriedade no interior da Prússia. A Alemanha ocupara o Togo, os Camarões e o Sudoeste Africano (hoje Namíbia), boa parte da Nova Guiné, a Africa Oriental Alemã (hoje parte do Quênia e da Tanzânia), a maior parte das Ilhas Solomon (rebatizadas então de Arquipélago Bismarck), as Ilhas Carolinas e Marshall no Pacífico Central e parte das Ilhas Samoa. Em breve espaço de tempo, após a fundação da "**Kolonialverein**" em 1882, a Alemanha obteria um império ultramarino cinco vezes maior do que seu já dilatado império europeu. Toda essa atividade, diga-se de passagem, ocorrera sob as complacentes vistas britânicas, cujas lideranças estavam sobretudo preocupadas em criar um equilíbrio no Continente entre o emergente Império alemão, conduzido por uma família imperial dinasticamente vinculada à família real britânica, e o ancestral inimigo francês,

que por tanto tempo dominara o poder na Europa. Gladstone diria significativamente ao filho do Chanceler de Ferro, Herbert von Bismarck em 1885: "*Even if you had no colonial aspirations, I should beseech you to go forward in this direction. I rejoice at your civilizing aspirations*". [13]

Em 1902, como a indicar seu propósito de interferir na área de influência da emergente potência norte-americana, o governo imperial alemão despachou canhoneiras ao Caribe com a missão de "punir" a Venezuela por ter deixado de pagar suas dívidas. A auto-confiança e a audácia alemãs estavam em seu auge. Tudo parecia possível à nação germânica que se erguia unificada sob o comando autoritário do Imperador e sob a proteção de uma poderosíssima máquina militar.

No Brasil, os acontecimentos europeus eram acompanhados a uma certa distância. Euclides da Cunha, porém, um dos intelectuais mais ligados ao Barão do Rio Branco, exercia forte juízo crítico sobre as políticas da Alemanha imperial. Numa coleção de artigos escritos para O Estado de São Paulo e publicada em 1907 sob o título **Contrastes e Confrontos**[14] o autor de **Os Sertões** acentuava os defeitos da liderança do Imperador e previa acertadamente o curso que tomaria a Alemanha:

> Realmente, a Alemanha, que acordou tarde para a expansão colonizadora - longo tempo iludida pela visão errada de Bismarck, preferindo ao melhor trato de território longínquo o arcabouço do último granadeiro pomerânio - a Alemanha agita-se hoje num estonteamento. A dilatação territorial impõe-se-lhe como uma condição de vida, não já no sentido superior de um primado de idéias, senão também no sentido estritamente biológico da própria alimentação. O seu industrialismo robusto matou-lhe a produção agrícola, de sorte que a sua vida intensíssima, a mais intensa da Europa, em grande parte desviada à agitação fecunda das fábricas, é de todo aleatória. Não lha garante, mesmo imperfeitamente, a terra, cada vez mais escassa, à medida que lhe vai crescendo o povoamento constrito entre as fronteiras inteiriças. Dai o seu arremesso dos estaleiros de Kiel para o desimpedido dos mares, visando amplificar a pátria, insuficiente, com o solo artificial e móvel dos conveses de uma frota mercante, que é a segunda do mundo,

[13] Rober K. Massie. Dreadnought: Britain, Germany and the Coming of the I World War Jonathan Cape, Londres 1992.

[14] Euclides da Cunha. Contrastes e Confrontos ***in*** Obra Completa, Afrânio Coutinho, org Ed Nova Aguilar, Rio de Janeiro, 1962.

exigindo, paralelamente, as garantias de uma marinha de guerra formidável. Mas neste concorrer à partilha da terra, com todos os inconvenientes de quem chega tarde e encontra os melhores bocados noutras mãos, a política germânica tem sido, de fato, copiando-se a frase do lendário chanceler de ferro, uma política de gorjetas. Nem lhe disfarça este caráter decaído a maneira arrojada que a reveste. Em todos os seus atos - nos arrogantes ultimata contra a frágil Venezuela, nos assaltos ferocíssimos de Waldersee, em Pequim, ou nas tortuosidades e perfídias diplomáticas que rodeiam a longa história da estrada para Bagdá, ou, ainda, no ganancioso alongar de olhos para os nossos Estados do Sul, a sua ânsia alucinada do ganho, pela pilhagem dos últimos restos da fortuna dos países fracos, pode assumir todas as formas, até mesmo o aspecto heróico: mas destaca-se com aquele traço inferior e irredutível. É um revenant; e este evadido do passado ao mesmo passo que se isola na Alemanha, vai isolando a Alemanha do convívio das nações. Autocrata sem rebuços num império constitucional, em que os seus secretários particulares substituem os ministros responsáveis, aperta-se no estreitíssimo círculo de uma Corte louvaminheira, que não só o afasta do influxo austero da opinião pública germânica, como o impropria a avaliar os desastrosos efeitos de sua garrulice inconveniente sobre todas as nações.

IV - O Brasil na virada do século

Rio Branco chegaria a Berlim como o Representante Diplomático de um país que, superada a instabilidade, o autoritarismo militar e a crise econômica que haviam assinalado os anos iniciais da jovem República, entrava lentamente num período de transformações positivas. Passado o breve período de euforia do **Encilhamento**, as elites brasileiras viram desfeito o sonho de progresso baseado na especulação financeira. Buscava-se recuperar a economia agro-pastoril, mas o açúcar e o café achavam-se em crise nos mercados internacionais. O Rio de Janeiro padecia de insuficiências endêmicas, que lhe davam a fisionomia de uma cidade atrasada e provinciana. Machado de Assis refletia em sua prosa cortante o sentimento de agonia e o enclausuramento do país. A influência cultural francesa era amplamente predominante. **Os Sertões** de Euclides da Cunha, aparecido em 1902, seria o primeiro livro concebido e executado sob uma perspectiva essencialmente brasilianista.

O Presidente Campos Salles (1898-1901) recebera um Brasil abalado economicamente pelos baixos preços do café no mercado internacional e por uma inflação crescente. O país atravessava gravíssima crise financeira. O tesouro estava exaurido. O poder político fragmentava-se em meio às transformações ocorridas nas relações entre o centro e a periferia do país. As seqüelas do fim da escravidão ainda se faziam sentir no campo. Nas cidades, a produção desorganizava-se diante da especulação financeira. O

Brasil havia chegado à beira da insolvência. O acesso aos mercados internacionais de crédito achava-se severamente restringido. Impunha-se uma composição com os credores.

Antes de assumir, Campos Salles viajou como Presidente-Eleito à Europa. Após árduas negociações em Paris e Londres, concluiu um instrumento de consolidação da dívida com a Casa Rothschild, conhecido como o **funding loan**. Mediante este instrumento, assinado em junho de 1898, o Brasil, com vistas a assegurar o pagamento de suas dívidas, obrigou-se a aumentar as tarifas externas e a taxar em proporcões equivalentes a produção interna. O **funding loan** foi garantido pelas rendas da Alfândega do Rio de Janeiro. A partir de janeiro de 1899, o Governo Federal passou a ter de depositar em papel-moeda, em bancos ingleses e alemães no Rio de Janeiro, o correspondente às emissões externas. José Maria Bello comenta:

> Decerto, semelhante acordo, confissão da insolvência, não honrava muito as tradições da pontualidade do tesouro brasileiro; estava todavia na lógica da época, quando os banqueiros influentes controlavam soberanamente as finanças dos países pobres ou imprevidentes, seguros sempre do apoio diplomático e, no necessário, militar, do Império Britânico ...[15]

A atuação de Joaquim Murtinho, um economista liberal do século XIX, à frente do Ministério da Fazenda garantiu o cumprimento estrito dos compromissos assumidos por Campos Salles com os credores. Seu Governo seria caracterizado por rigorosa austeridade. Vangloriou-se em suas memórias: "Não fiz a política dos acontecimentos, mas procurei subordinar os fatos à minha direção, submetendo-os à influência das minhas próprias convicções".[16] Teve de enfrentar os duros efeitos de sua política recessiva: incontáveis falências paralisaram a indústria e o comércio; diversos Bancos quebraram, inclusive o Banco do Estado, controlado pelo Governo Federal; as obras públicas foram suspensas. Para manter a ordem e o controle do país sem recorrer à coerção militar, reforçou alianças e o poder dos Governadores das principais unidades da Federação. Enfrentou vitoriosamente, inclusive, tentativas de golpe monarquistas. O modelo de organização política e institucional então implantado com base na chamada **política dos**

[15] José Maria Bello, op cit.
[16] Tobias Monteiro. O Presidente Campos Salles na Europa. EDUSP, São Paulo, 1983.

Governadores consolidaria as oligarquias estaduais e viria a ficar conhecido na História do Brasil como a **República Velha**. Duraria até a Revolução de 1930. Àquela época, os acontecimentos no Brasil desenrolavam-se com extrema lentidão...

Por ocasião da viagem que fez à Europa em 1898 como Presidente-eleito, Campos Salles esteve na Alemanha, a convite da Casa Krupp, fornecedora de equipamento militar para o Brasil desde 1871. Chegou a Colônia de trem no dia 28 de julho de 1898, e dirigiu-se, a bordo de um vagão especial posto à sua disposição pela empresa, para a Vila Hügel, residência da família Krupp em Essen, ainda hoje utilizada pela firma Thyssen-Krupp para grandes eventos e exposições. Posteriormente à visita às instalações da Krupp e aos contactos com a alta direção da Casa, Campos Salles viajou a Hamburgo. Do grande porto hanseático, seguiu para Berlim, onde almoçou com o Chanceler Hohenlohe-Schillingsfürst, Dresden e Munique. Passou também por Praga, Viena e Budapeste. Desta viagem pela Alemanha, Campos Salles sairia convencido da importância de contrabalançar as relações tradicionalmente mantidas pelo Brasil com a Inglaterra e a França mediante crescente aproximação com a Alemanha. Guilherme II enviaria uma belonave ao Rio de Janeiro para a posse de Campos Salles. E este, em 1901, enviaria a Berlim o mais prestigiado dos diplomatas brasileiros, o Barão do Rio Branco.

Embora a Inglaterra então se perfilasse ainda como o principal parceiro econômico e comercial do país, tanto a Alemanha, como os EUA, se habilitavam a explorar mais decididamente as oportunidades abertas no Brasil. O desempenho favorável da economia tornado possível pela austeridade das políticas do Presidente Campos Salles seria reforçado pelo "**boom**" da borracha e pelo influxo de investimentos estrangeiros.

Alguns historiadores denominam o período 1900-1913 como a **era de ouro** da Primeira República. Depois do arrôcho do período Campos Salles, o país cresceria à média de 4% ao ano e ampliaria gradativamente sua infra-estrutura portuária, ferroviária e rodoviária. A inflação acabaria cedendo. O país continuava, porém, muito vulnerável às flutuações do mercado internacional devido a sua economia primário-exportadora, predominantemente dependente de um só produto: o café.

V - A presença alemã no Brasil

Em 1900, já se contavam em mais de três centenas de milhares os imigrantes alemães estabelecidos no sul do Brasil. A presença dessa concentração significativa de imigrantes germânicos chegados num curto espaço de tempo a uma determinada parte do território brasileiro que, até o século anterior, durante o período de definição dos espaços nacionais dos países que emergiam para a vida independente na América do Sul, estivera envolvida em sérias e constantes tribulações, chegaria a despertar sobressaltos.

A primeira leva de emigração alemã para o Brasil ocorreu entre 1824 e 1830. Antes, em 1818, sob a inspiração da então Princesa Leopoldina, primeira mulher do Príncipe D. Pedro, um grupo de colonos se instalara na Bahia, em Leopoldina e em Frankental. Em 1816, emigrantes suíço-alemães fundaram Nova Friburgo, no Rio de Janeiro. Em 1824, seria instalada a colônia alemã de São Leopoldo no Rio Grande do Sul.

A segunda leva transcorreu entre 1845 e 1860, com a fundação de três núcleos, que viriam a se transformar em grandes cidades no Estado de Santa Catarina: Blumenau (1850), Joinville (1851) e Brusque (1860). Naquele período, os alemães assentaram-se também no Paraná, em São Paulo, no Espírito Santo, em Minas (Juiz de Fora) e no Rio de Janeiro (Petrópolis).

A partir de 1860, o fluxo diminuiu. Continuaram, porém, a se formar pequenas colônias alemãs no Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná.

Paralelamente à imigração, o comércio entre o Brasil e a Alemanha foi-se intensificando pouco a pouco desde a assinatura em 1827 do Tratado de Comércio entre as três cidades Hanseáticas (Hamburgo, Bremen e Lübeck) e o Império. Na virada do século, a Alemanha havia se tornado o segundo parceiro comercial do Brasil, atrás apenas da Inglaterra. Números da Câmara de Comércio e Indústria Brasil-Alemanha[17] dão conta da existência de 80 estabelecimentos comerciais alemães no Brasil em 1875. Em 1900, contavam-se já 150 firmas alemãs no Brasil[18].

Os alemães se revelaram sobretudo ativos nos campos da construção civil, navegação, caminhos de ferro, serviços financeiros e de seguros. Entre 1824 e 1849, produziram-se mais de 800 viagens de navios mercantes hanseáticos a portos brasileiros. A intensidade do comércio aumentaria com a fundação em 1871 da empresa que daria origem à Hamburg Sud, até hoje a maior empresa de navegação em atividade no Brasil.

No Rio Grande do Sul, achavam-se instaladas já 22 firmas alemãs de comércio exterior. Importavam máquinas e exportavam café, cacau e tabaco. Entre 1890 e 1914, um alemão, Franz Schmidt, tornar-se-ia o maior cafeicultor do mundo. A **trading** Theodor Wille passaria a ser a mais importante exportadora de café do Brasil a partir de 1844. Em 1880, os irmãos Hering abririam em Blumenau a malharia que viria a ser a maior indústria textil do Brasil. Em 1889, os irmãos Weissflog, de Hamburgo, fundariam uma empresa de papel que anos mais tarde incorporaria a Cia. Melhoramentos.

Alemães construíam estradas e ferrovias; operavam linhas de navegação fluvial e a vapor. Alemães instalaram as primeiras linhas telegráficas no Brasil. Alemães, entre os quais o Barão de Teffé e o Barão de Capanema, fizeram os primeiros grandes levantamentos hidrográficos, cartográficos e geológicos do Brasil. Von Martius e Spix conduziram a primeira grande expedição científica pelo Brasil. Seguiu-se a expedição Langsdorff, cientista alemão a serviço da Rússia.

Varnhagen tornar-se-ia o grande autor da História Geral do Brasil (1857). Sigismond von Neukomm, discípulo de Haydn, escreveu mais de quarenta obras no Brasil. Tomas Enders e Rugendas foram responsáveis por ampla iconografia do Brasil no Século XIX.

[17] A História Alemã do Brasil. AHK Câmara Brasil-Alemanha, São Paulo, 2001.
[18] Ernst Günther Lipkau. A Presença Econômica Alemã no Brasil antes da I Guerra, In Anuário do Instituto Martius Staden, Família e Vida Editora, SP 1999.

Com a proclamação da República, as leis sobre imigração favoreceram a entrada, até o começo da Guerra de 1914-1918, de mais de 360 mil imigrantes. Destes, 15% eram alemães, que continuavam a fundar colônias, sobretudo no Rio Grande do Sul.

Alemães e descendentes de alemães participaram ativamente da política e da administração republicana, como o Almirante Wandenkolk (Ministro da Marinha de Deodoro da Fonseca), David Morethzon Campista (Ministro da Fazenda de Affonso Penna) e Lauro Muller (o sucessor do Barão do Rio Branco no Ministério das Relações Exteriores).

Há registro de que empresas de colonização alemãs haviam-se tornado proprietárias de cerca de 15 mil quilômetros quadrados de terras no sul do Brasil.

Conserva-se nos arquivos alemães carta dirigida, em 23 de março de 1901, à Legação no Rio de Janeiro pelo Senhor A.W. Sellin, da Sociedade Hanseática de Colonização (**Hanseatische Kolonizations Gesellchaft**) de Hamburgo, na qual alerta para a crescente influência norte-americana no Sul do Brasil, em particular nas áreas próximas aos centros de colonização alemã. Refere-se a Sociedade Hanseática a informações recebidas do Senhor Emil Odebrecht, de Blumenau, segundo as quais os norte-americanos estariam negociando a compra do porto de Porto Belo e das ilhas próximas. Segundo o Senhor Odebrecht, nome que viria a ser associado com uma grande empresa familiar de construção civil no Brasil, a presença norte-americana ameaçaria o projeto alemão de financiar e fornecer os equipamentos para a construçào de uma ferrovia. Sellin conclui significativamente sua comunicação instando o Governo alemão a encontrar "meios e modos de não deixar cair em mãos estrangeiras os frutos de mais de 50 anos de trabalho da cultura alemã".

O documento ilustra com precisão o vigor da competição desatada no Brasil entre a Alemanha e os EUA. Significativamente, a ferrovia com que tanto se preocupavam o Senhor Odebrecht e a Sociedade Hanseática acabaria sendo construida em 1909 com capitais alemães!

Berlim contava com uma **União Teuto-Brasileira**, que se empenhava em disseminar junto aos meios locais as condições econômicas do Brasil, assim como as oportunidades abertas para o comércio e a colonização. Hamburgo crescia incessantemente como porto de ligação com o Brasil. Há nos arquivos do Ministério do Exterior alemão um recorte do **Times** de Londres de 18 de fevereiro de 1901, no qual se comenta o fato de que a Associação de Comerciantes Austríacos no Brasil havia encaminhado uma

resolução ao Governo imperial em Viena solicitando providências para que a presença austríaca no Brasil pudesse se diferenciar da alemã. Propunha-se, entre outras medidas, a publicação de um periódico destinado ao Brasil e a ativação de linhas comerciais entre Trieste, tradicional rival de Hamburgo, e portos brasileiros. O correspondente britânico revelava-se cético quanto à capacidade da Áustria emular "seus rivais mais numerosos e mais bem sucedidos do Império alemão, que ultimamente tem desenvolvido crescente atividade tanto na Alemanha, quanto na América do Sul germânica (German South America)", significativa expressão que certamente causava apreensão no Brasil.

Por estas e outras razões, circulavam no Brasil suspeitas de que o movimento pan-germanista, crescentemente ativo e afirmativo na Alemanha Imperial, insuflasse a idéia de utilizar os colonos alemães como ponta-de-lança para a expansão colonial. Falava-se, inclusive, na existência de um colônia alemã "sem bandeira".

VI - Berlim

Sob Guilherme II, entre 1888 e 1919, a antiga e originalmente despretenciosa Berlim adquiriu ares de cidade imperial. O Imperador mantinha-se em Potsdam. A capital do Reich refletia já na virada do século a exuberância que embalava os sonhos de grandeza da Alemanha. Em 1900, Berlim contava já com cerca de 2 milhões de habitantes. Era a mais nova das grandes cidades européias. Não era ainda a **Weltstadt** (Cidade Mundial) que pretendia (e ainda ambiciona) ser. Mas crescia vertiginosamente. Edifícios monumentais erguiam-se em torno do traçado imaginado na época de Frederico, o Grande. Entre 1894 e 1905, foi construída a Catedral luterana (**Berliner Dom**). O Reichstag foi concluído em 1894. Em 1902, o Kaiser inauguraria um espaço dedicado aos tesouros de Pergamon, desencavados pelo arqueólogo Heinrich Schliemann, posteriormente abrigados no Museu do mesmo nome, que viria a ser construído entre 1912 e 1929. As habitações decadentes da velha Berlim foram gradativamente demolidas. Em seu lugar, construíam-se grandes lojas de departamentos, bancos e escritórios. Guilherme II, embora aparentemente não tivesse maior apreço por Berlim, estava determinado a dotar sua capital da grandeza que almejava para a Alemanha: encheu a cidade de monumentos.

As atividades industriais se expandiam. À época do Barão, na virada do Século, fabricavam-se máquinas a vapor (Borsig), guindastes (Pintsch),

motores elétricos (Siemens, AEG), material fotográfico (AGFA). Em 1900, Berlim havia se tornado uma cidade de trabalhadores e de classe média. Com a industrialização, aumentava a população operária, disposta em grandes bairros populares erguidos ao longo da cidade. Floresciam, em consequência, as idéias socialistas. Em 1890, o Partido Socialista (SPD) abrira sua sede berlinense, contando já com cerca de 10.000 membros na capital do Reich. Nas eleições de 1897 para o Reichstag, 40% da população de Berlim votou pelos socialistas. Nas eleições de 1903, o número elevar-se-ia a 48,5%. A aristocracia prussiana, a começar pelo Imperador, assistia receosa à ascenção socialista e à proliferação de greves em busca de melhores condições de trabalho e de maior remuneração. Estava criada a contraposição que levaria aos confrontos políticos posteriores à I Guerra Mundial: de um lado, autoridades municipais liberais, "progressistas" e, do outro, um Estado monárquico sustentado por uma elite conservadora.

Em 1900, praticamente todas as linhas de transportes coletivos (**trolleys**) já tinham sido eletrificadas. O último bonde a tração animal foi retirado de serviço em 1902. A primeira grande loja de departamentos (Wertheim) abrira suas portas em 1896.

Em 1900, Berlim já tinha mais jornais do que Londres: o **Berliner Morgenpost** contava em 1898 com 200.000 assinantes.

As atividades culturais multiplicavam-se. As produções de Max Reinhardt davam grande impulso ao teatro alemão. Peças de Ibsen e Hauptmann apontavam caminhos de renovação para as artes cênicas.

A Berliner Philarmonie surgiu em 1882 para ocupar um espaço antes reservado unicamente à Orquestra Real. Hans von Bülow era o grande maestro da época. Richard Strauss dirigia a Ópera Real de Berlim. Posteriormente, teria a seu cargo a **Tonkünstler**. Brahms achava-se frequentemente na cidade, que acolhia também a música de jovens experimentalistas como Bruckner, Elgar, Wolf e Schoenberg. Wagner era cultuado como um semi-Deus: a expressão autêntica da "germanidade".

Nas artes plásticas, Menzel e von Werner, pintores oficiais das glórias prussianas, disputavam com os inovadores Max Liebermann, Kate Kollwitz e com o norueguês Munch.

Theodor Mommsen seria o primeiro escritor alemão a receber um prêmio Nobel de Literatura, com sua monumental História de Roma em 1901. No mesmo ano, o jovem Thomas Mann publicava "*Os Buddenbrooks*".

Afonso de Carvalho[19], um dos primeiros biógrafos de Rio Branco, resume o espírito prevalecente em Berlim à chegada do Barão:

> Nada supera Berlim, no auge da glória alemã, com maravilhas de conforto e munificência, empolgando a atenção de todo o mundo com a impressão de um sólido bem estar, as grandezas da Unter den Linden e as paradas de Tempelhof. O Kaiser às vezes causa apreensões. Mas diverte. Berlim irradia pletora de riquezas e o entusiasmo de viver. Ambiente próprio para o Barão.

[19] Afonso de Carvalho. Rio Branco, Biblioteca Militar, Rio de Janeiro, 1945

VII - O Barão do Rio Branco em Berlim

Os passos do Barão em Berlim podem ser recuperados a partir de diversas fontes: a correspondência oficial com o Ministério, no Rio de Janeiro; as notas dirigidas ao Ministério do Exterior alemão, inclusive bilhetes manuscritos não-oficiais, alguns dos quais acham-se reproduzidos adiante, os depoimentos de amigos que o visitaram, assim como as cartas expedidas a correspondentes no Brasil e no Exterior.

Outra fonte importante de informação e de referência é o Diário que o Barão mantinha e que se acha conservado no Arquivo Histórico do Itamaraty. As chamadas "Cadernetas do Barão" durante seu período berlinense registram minuciosamente suas idas e vindas, assim como a de seus filhos, suas visitas, seus contactos, suas providências logísticas, suas cartas, suas compras para a residência, endereços, caricaturas, livros a adquirir, planos de mesa, listas de convidados de seus frequentes jantares, contas, dados sobre personalidades e amigos, chamadas e visitas a fazer. Não há reflexões, análises ou descrições de sentimentos íntimos. Volta e meia aparecem referências a males físicos, especialmente o lumbago que o afligia cronicamente. Aparece até (14 de maio de 1902) uma reprodução do código utilizado para comunicações cifradas da Legação.

Ao chegar, no dia 15 de abril de 1901, Rio Branco instalou-se provisoriamente no elegante Palast Hotel sito à Potsdamer Platz, no centro mais cosmopolita da Berlim imperial.

A chegada em Berlim está assim descrita no diário:

> "Chegamos em Berlim na Estação de Anhalt às 9:20 da manhã: eu, Raul, Amélia e Hortênsia. Esperavam na Estação: Fausto de Aguiar, Primeiro Secretário, Encarregado de Negócios do Brasil; Paulo Fritz, Vice-Cônsul do Brasil; o Dr. Rodrigues Lima, Professor da Faculdade de Medicina do Rio e Deputado Federal e, o porteiro da Legação e nosso creado M. Pauquet. Viemos para o Palast Hotel, Potsdamer Platz.
> Às 6:00 fui visitar o General Mansilla, Ministro da República Argentina, com quem conversei uma hora. ... à noite Raul e Amélia foram à Estação de Anhalt receber a Baronesa Theresa de Berg, chegada de Viena d'Austria, dama de companhia de meus filhos; mas a Baronesa desembarcou em outra Estação e chegou ao Hotel pelas 11:00 da noite".

Rio Branco precisava da nova Governanta, que era viúva de um nobre austríaco. Ele havia enviuvado: sua mulher, Marie Philomène Stevens, de nacionalidade belga, falecera prematuramente em 1898. Amélia viria a casar-se em outubro com um alemão, o Barão Gustaf von Werther.

O ambiente diplomático prevalecente em Berlim foi muito sugestivamente descrito por Daniele Varé, então um jovem aspirante à carreira diplomática italiana, em seu livro de memórias[20]:

> "A Alemanha em 1900 dava a impressão de um país crescendo firme em prestígio e prosperidade ...Comparecia-se às recepções das Embaixadas vestido com as melhores roupas. Senhores mais velhos recobertos de condecorações e Senhoras, com vestidos longos que se emaranhavam pelo chão, iam e vinham saudando-se reciprocamente com uma deferência formal que, como a caridade, frequentemente encobria uma grande quantidade de pecados.
> Reinava nos salões berlinenses a Princesa Radziwill, de quem Varé logo recebeu sedutor convite: "Venha me ver alguma noite dessas na Pariser Platz. Eu sou sobrinha-neta de Talleyrand. Todos os diplomatas vêm à minha casa!"

Terá o nosso Barão ido ver a Princesa? É possível que sim, pois ele fez questão de se instalar com requinte e de criar canais de acesso aos círculos de

[20] Laughing Diplomat. Daniele Varé. John Murray, London, 1938.

poder político, econômico e social de Berlim. Ganhava bem: 206 Libras Esterlinas por mês, conforme comprovam os registros de sua correspondência com o Rio de Janeiro. Seu filho Raul [21] dá conta do gosto do pai pela pintura dos Séculos XVIII e XIX, por vasos gregos e por móveis Luiz XV e Luiz XVI. Em Berlim, o Barão interessou-se por tapetes do Oriente, "tendo adquirido uma coleção de bastante valor", aos conselhos de um amigo austríaco, o Barão Giskra.

Luiz Viana cita correspondência do Barão a um amigo na qual enaltece Berlim, "que hoje na extensão e no número de habitantes... não é inferior a Paris. Os bairros novos são lindíssimos. E, como sabe, um centro intelectual e artístico de primeira ordem". E, referindo-se a anotações no diário do Barão, comenta a "paciência com que, aos poucos, tratou de completar as mobílias da residência." Para concluir: "Assim, como quem se prepara para longa e tranqüila permanência em que retomaria a pena do Historiador, Rio Branco, ajudado pelos filhos e animado da minúcia que lhe era peculiar, retocava de bom gosto as salas do Ministro"[22].

Seus biógrafos acreditam que, após as ansiedades dos litígios com a Argentina e a França, Rio Branco sentia-se cansado em Berlim. Afligia-o a perda da mulher. Preocupava-se com os escassos meios financeiros e patrimoniais de que dispunha. Sentia-se distante do mundo familiar de Paris. Tinha pouco conhecimento do idioma alemão, conforme ele próprio registra em ofício ao assumir o posto. Buscava entrosar-se na aristocrática sociedade prussiana, mas sua personalidade não se ajustava propriamente às demandas do mundanismo da corte berlinense.

O Barão assumiu formalmente suas funções em Berlim no dia seguinte à sua chegada, 16 de abril. Deu conta do fato à Secretaria de Estado por ofício da mesma data dirigido ao Ministro Olyntho de Magalhães. Recebeu a Legação das mãos do Primeiro-Secretário Fausto de Aguiar, Encarregado de Negócios desde a partida, havia já vários meses, do Ministro Cyro de Azevedo.

No próprio dia 16, de acordo com a tradição diplomática, o novo Ministro enviou carta ao Barão de Richthofen, Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros, à qual juntou cópia da revocatória de seu antecessor e de suas credenciais. Na mesma correspondência, como de praxe, pediu a fixação de uma audiência com o Imperador Guilherme II para a entrega formal das cartas credenciais que o acreditavam como Ministro do Brasil.

[21] Reminiscências do Barão do Rio Branco. Raul do Rio Branco. José Olympio Ed. Rio de Janeiro, 1942.
[22] Luiz Viana Filho, op cit.

No dia 17, Rio Branco visitou o Barão von Trotler, que estava de partida para assumir a Legação da Alemanha no Rio de Janeiro. À noite foi despedi-lo na Estação de Friederichstrasse. Nos primeiros dias em Berlim, o Barão foi recebido e acompanhado diversas vezes pelo Ministro da Suíça, Dr. Roth, que conhecia de seus tempos de Berna.

No dia 20, às 5:50 da tarde, Rio Branco fez sua primeira visita ao Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros, Barão de Richthoffen. "Conversamos meia hora", anota sem comentários em seu Diário. Como era de praxe na época, Richthofen, acompanhado do Senhor Lother Eichhorn, Diretor de Seção no Ministério, retribuiu a visita ao Barão.

A apresentação formal das credenciais demoraria algumas semanas. Seria realizada no dia 28 de maio. As formalidades diplomáticas àquela altura eram ainda rígidas. Um representante sem credenciais apresentadas ao Chefe de Estado pouco poderia fazer. Rio Branco, porém, encontrou maneira de ocupar o seu tempo nas primeiras semanas de Berlim. Fez várias visitas protocolares e oficiais. Avistou-se com as principais autoridades do Ministério dos Negócios Estrangeiros, com personagens da corte e com o decano e o vice-decano do Corpo Diplomático, respectivamente o Conde Lanza, Embaixador da Itália, de quem se tornaria assíduo frequentador, e o Embaixador A. L. de Szogyeni, da Áustria. No dia 25 de abril, visitou o Chanceler von Bülow. No dia 24, o Barão registrou em seu diário haver tentado visitar o Chanceler von Bülow às 18:00. "O porteiro disse-me que ele não estava. Fui à Repartição dos Negócios Estrangeiros. Disseram-me que o Chanceler estaria ainda no Reichstag e que me receberia. De novo o porteiro disse-me que o Chanceler não estava. Deixei cartão." A visita se faria no dia seguinte, tal como registrado no ofício de 15 de maio, em que deu conta ao Rio de Janeiro de seus primeiros contactos em Berlim. No dia 9 de maio, visitaria a Baronesa von Bülow.

Nos dias que se seguiram, o Barão visitou vários colegas europeus e esteve com os representantes latino-americanos. Participou de vários jantares diplomáticos. No dia 2 de maio anotou: "Vi hoje pela primeira vez o Imperador Guilherme, de carro. Está de passagem em Berlim e segue amanhã para o interior."Anotou em seu diário as pessoas que iam vê-lo, quem jantava em casa, quem o convidava, os planos de mesa dos jantares que oferecia e dos que frequentava como convidado.

Tendo crescido sob o regime monárquico brasileiro (cuja inspiração vinha do parlamentarismo britânico) e tendo vivido longos anos em Liverpool, Rio Branco, segundo Álvaro Lins, "acompanhava a política européia do ponto

de vista inglês". Isto explicaria sua simpatia pela Alemanha. Além disso, ainda segundo Álvaro Lins, "ele admirava certas virtudes que, não sendo exclusivas dos estadistas alemães, eram neles características e definidas: a sobriedade, a integridade funcional o zêlo dos deveres".[23]

Ainda antes da entrega formal das credenciais, viu-se o Barão às voltas com um problema delicado. Recebeu a visita do Senhor E. Brethger, Diretor da Sociedade Bancária **Diskonto Gesellshaft**, de Berlim, que lhe entregou um memorial sobre a a inadimplência do Governo de Minas Gerais com relação a títulos de dívida emitidos por seu Banco em 1889, juntamente com o Norddeutsche Bank de Hamburgo e a Casa Rothschild de Frankfurt, para o financiamento da Estrada de Ferro Oeste de Minas. Em atenção ao pedido de bons ofícios que lhe fez o Senhor Brethger com vistas ao pagamento da dívida, Rio Branco, conforme registra em ofício ao Rio de Janeiro, limitou-se a "responder que... transmitiria ao Ministério das Relações Exteriores o documento que acabara de receber e que era perante o governo do Estado de Minas que os interessados deveriam tratar de promover o arranjo que desejavam". Brethger adiantou a Rio Branco que as diligências jurídicas estavam em curso e que, não obstante, a Legação do Império Alemão no Rio de Janeiro tinha instruções para apoiar as reclamações dos credores, "com a maior moderação, no tom amigável com que este Governo quer que sejam tratados todos os negócios com o Brasil".

Sensata e corretamente, Rio Branco limitou-se a tomar nota do pleito alemão, sem se envolver na discussão de possíveis soluções tal como especificamente aventadas por seu interlocutor. Ao Ministério, no entanto, ponderou: "Pelo que tenho ouvido a outras pessoas do comércio relacionadas com o Brasil, esta questão nos tem desacreditado profundamente aqui. Deixá-la na situação atual, seria tornar impossíveis novos empregos de capital alemão em empresas ou empréstimos brasileiros". E recomendou: "Parece-me, portanto, urgente que nos empenhemos em chegar a um acordo satisfatório, sobretudo, quando há na Alemanha sincero desejo de poder alargar as suas relações de comércio com o Brasil..."

Acentuando que "por ora, não há inconveniente em que me restrinja a dizer que não tenho conhecimento perfeito da questão e que apenas me consta que está sendo encaminhada com muita atenção pelo Governo Federal", solicitou ao Rio de Janeiro instruções para o encaminhamento futuro da questão, em particular, "que linguagem devo ter ou que explicações posso dar".

[23]Alvaro Lins, op cit.

Não é difícil imaginar o constrangimento do agente diplomático obrigado a iniciar suas atividades em Berlim às voltas com uma pendência desagradável, que expunha desde logo as fragilidades da economia brasileira e despertava reações adversas à credibilidade do país.

Em 4 de junho, o Barão se instalaria na residência definitiva, sita no térreo da Romanisches Haus, Kurfürstendamm nº 10, cujo telefone, conforme bilhete manuscrito ao Cerimonial (adiante reproduzido) era: 9-7375.

A Romanisches Haus havia sido construída entre 1894 e 1896 com grande riqueza de ornamentos: um vestíbulo de mármore, mosaicos e vitrais coloridos na escadaria. O Imperador havia feito erigir na **Kurfürstendamm** uma Igreja de estilo românico, consagrada em 1895, em memória de seus pais, a **Kaiser Wilhelm Gedächtnis Kirche**. De maneira a compor um ambiente urbano esteticamente coerente no início da longa avenida que continua a ser a principal artéria comercial de Berlim, Guilherme II estimulou simultaneamente a construção, de um lado e outro da praça onde se erque a Igreja, de edifícios no mesmo estilo românico: a **Romanisches Haus I**, onde viveu o Barão; e a **Romanisches Haus II**, onde, além de apartamentos residenciais havia casas de espetáculo, restaurantes e comércio. A Igreja permanece em ruínas, transformada pelo governo da então "Berlim Ocidental" em memorial ao horror e à destruição das guerras. As duas **Romanischen Häuser,** por sua vez, foram destruídas. Em seu lugar ergueram-se edifícios modernos.

O apartamento tomado pelo Barão situava-se no térreo da **Romanisches Haus I.** Era bastante amplo: o que havia de mais arrojado para a época. O diário do Barão contém várias referências aos preparativos que fez para a intalação: compras de tapetes, objetos e móveis, arremates de decoração. É conhecida a descrição da Residência feita por Rodrigo Otávio, ex-Secretário do Presidente Prudente de Morais:

> Rio Branco me recebeu com a mais expansiva amabilidade...Do pequeno salão de entrada, levou-me para seu gabinete de trabalho, que era a maior peça da casa, vasto aposento com três ou quatro janelas, de um lado, sobre a rua com rico sistema de armários e estantes ao longo das paredes e meio do salão, abrigando opulenta biblioteca. Em torno de uma ampla mesa, cheia de papéis e livros, havia confortáveis poltronas de couro. [24]

[24] Luiz Viana Filho, op cit.



Hotel Palast (Potsdamer Platz): residência provisória do Barão ao chegar a Berlim
Fonte: Sítio Internet da Prefeitura de Berlim



Romanisches Haus I: Residência da Legação do Brasil em Berlim (andar térreo à direita da porta de entrada)
Fonte: Sítio Internet da Prefeitura de Berlim



A Biblioteca do Barão na Residência da Romanisches Haus. Na foto, tomada em 9 de julho de 1902, o Barão aparece sentado entre Rodrigo Otávio (esq) e Domício da Gama (dir). De pé: Comandante Felinto Ferri, Comandante Armando Duval (Adido da Legação) e José Cavalcanti



O Barão em passeio por Baden Baden
Foto de W. Innstreitmuller
Col Roberto Paranhos do Rio Branco
Fonte: reproduzido de "O Barão do Rio Branco, Uma Biografia Fotográfica' (vide nota correspondente)



Foto do Barão em Berlim feita pelo fotógrafo K. Buchta Wun
Fonte: Aluizio Napoleão, Rio Branco e as Relações entre o Brasil e os Estados Unidos, MRE, 1946)

VIII - O encontro com o Imperador: apresentação de credenciais

Rio Branco entregou credenciais ao Imperador Guilherme II às 12 horas do dia 28 de maio de 1901 no **Neues Palais**, em Friederichskron, junto a Potsdam. Apresentou-se sozinho, envergando o uniforme diplomático correspondente. Não era então praxe na Alemanha que o Chefe de Legação se fizesse acompanhar. Tomou o trem das 11:05 da manhã para Potsdam, onde o aguardavam, também uniformizados, o Secretário de Estado Richthofen, e o Introdutor Diplomático, Von Knesebeck. Da estação, o cortejo seguiu para o Palácio numa carruagem da Corte.

Quem sabe o que terá passado pela mente de Rio Branco ao ingressar no monumental Palácio, construído em estilo rococó por Frederico II após a Guerra dos Sete Anos (1757-1763). O **Neues Palais** é o maior dos edifícios imperiais de Potsdam. É propositadamente ostentatório. Seu portão principal acha-se encimado pela águia imperial e pelos dizeres **Non Soli Cedit** ("Não Cede ao Sol"). Era a residência preferida do Imperador Guilherme II. Tendo crescido à sombra da austera monarquia bragantina, Rio Branco entrava então num mundo em que o poder e a pompa não conheciam limites. Não há, porém, indicação de que se tenha de alguma forma deslumbrado.

O Imperador, vestido com o uniforme dos hussares vermelhos, recebeu o Ministro do Brasil no grande Salão das Conchas do térreo do Palácio. Feita a reverência de estilo, e após a entrega de suas credenciais, cujo original se conserva nos arquivos do Ministério do Exterior alemão (vide cópia

adiante), Rio Branco procedeu à leitura em francês do seu discurso, tal como previamente submetido ao Secretário de Estado e ao Introdutor Diplomático, conforme mandava o costume diplomático.

No discurso, Rio Branco, além das formalidades de praxe, ressaltou ao Imperador as boas relações que, desde a Independência em 1822, o Brasil vinha mantendo, "inicialmente com os Estados alemães e em seguida com o grande e poderoso Império fundado pelo augusto e glorioso avô de Vossa Majestade". Ressaltou igualmente a crescente prosperidade dos "antigos centros de imigração germânica" no Brasil, assim como o crescimento do comércio bilateral. Sua missão, afirmou, seria a de contribuir para o fortalecimento dessas relações e para o estreitamento dos laços de amizade entre o Brasil e a Alemanha.

Ao encerrar sua saudação ao soberano, Rio Branco acrescentaria um toque pessoal, que dá bem a medida da importância atribuída pelo Brasil - e por ele próprio - à Alemanha. Após afirmar que sua missão oficial correspondia plenamente a seus sentimentos pessoais, Rio Branco expressaria a "respeitosa admiração (que professava), como o mundo inteiro, pelas grandes qualidades de (Sua) Majestade Imperial e Real, reforçadas ainda mais pelo profundo reconhecimento que lhe inspiravam as demonstrações de simpatia dadas tão graciosamente por (Sua) Majestade (ao Brasil) em circunstâncias solenes". Em resposta, o Imperador expressou satisfação com o bom estado das relações entre o Brasil e a Alemanha, fazendo votos para que se fortalecessem ainda mais.

Nem o Barão, porém, apesar de sua reconhecida circunspecção, resistiria à tentação em que incorrem os Embaixadores em geral de valorizar e singularizar suas próprias entregas de credenciais. No ofício em que relatou a solenidade vangloriou-se:

> "O Imperador fez-me o favor de exprimir-se com muita benevolência a meu respeito dizendo que se alegrara com a escolha de minha pessoa para representar o Brasil por saber que gozo da confiança particular do Presidente Campos Salles (próprias palavras de Sua Majestade) e por ter conhecimento dos serviços que pude prestar ao país".

Feitas as alocuções formais, produziu-se uma conversa que, segundo o relato de Rio Branco, durou cerca de 20 minutos. Versou sobre "o melhoramento da situação interior e financeira (do Brasil) graças à energia e

à perseverança do Presidente Campos Salles"; sobre o comércio bilateral (cujo incremento o Imperador atribuia "em grande parte ao progresso das antigas colônias de alemães que o Governo brasileiro fundou"); sobre a Guerra do Paraguai; sobre os esforços do Brasil para abrir a navegação dos rios interiores; e sobre um "projeto recentemente apresentado no Congresso Latino-Americano de Montevidéu para a ligação por meio de canais das duas bacias do Amazonas e do Prata". O Imperador se referiu também muito especialmente à presença do elemento germânico no Brasil, manifestando gratidão ao Governo e aos brasileiros em geral "pelo modo por que tem tratado os alemães que vão ao Brasil". Aludiu igualmente aos brasileiros de origem germânica, "nascidos no Brasil e sumamente dedicados à terra do seu nascimento, que espera que sejam sempre um elemento de ordem e de trabalho".

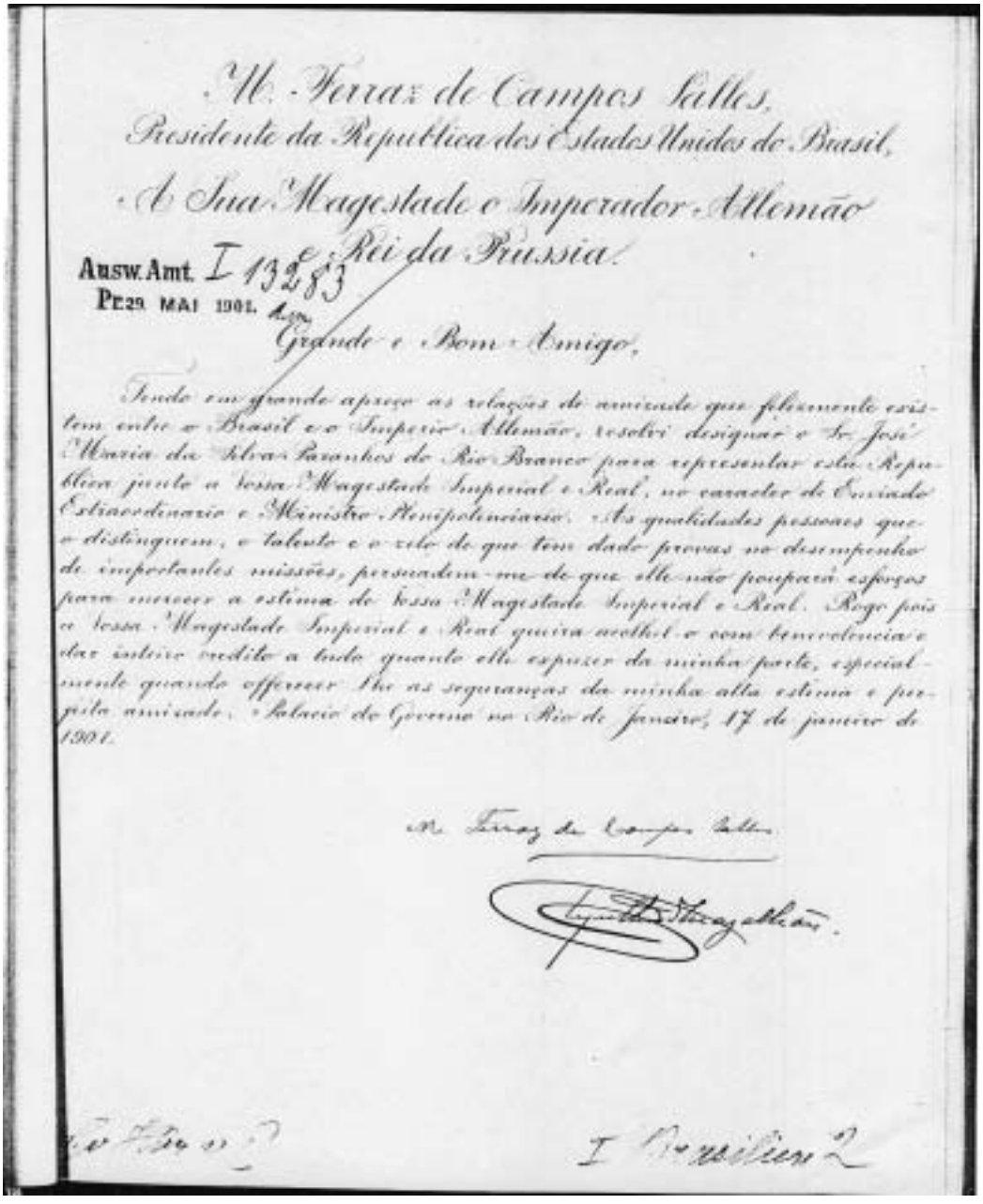
Rio Branco, por sua vez, reiterou a satisfação do Brasil com "a prosperidade de nossas colônias alemãs", assim como com os "colonos e com os nossos compatriotas descendentes de imigrantes alemães".

Finda a audiência com o Imperador, Rio Branco foi levado ao Salão da Imperatriz Augusta Victoria. Vestida de preto, a Imperatriz recebeu os cumprimentos do novo Ministro do Brasil portando a Grã Cruz da Águia Vermelha. A conversa foi breve. O tema principal foi a natureza do Brasil (não existia ainda o conceito de meio ambiente, nem tampouco se falava da mudança do clima ou da destruição da Amazônia...) e sua comparação com a da Suíça, de onde provinha parte da família da Imperatriz.

Conta ainda Rio Branco que regressou a Berlim de trem, acompanhado pelo Introdutor do Corpo Diplomático, que o levou num carro oficial da estação até a Residência da Legação na Kurfürstendamm.



Fotografia do Barão em uniforme de Chefe de Legação (possivelmente tomada quando de sua apresentação de credenciais ao Kaiser em 28 de maio de 1901)



M. Ferraz de Campos Salles,
Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil,
A Sua Magestade o Imperador Allemão
e Rei da Prussia.

Ausw. Amt. I 13283
Pr. 29. MAI 1901.

Grande e Bom Amigo,

Tendo em grande apreço as relações de amizade que felizmente existem entre o Brasil e o Imperio Allemão, resolvi designar o Sr. José Maria da Silva Paranhos do Rio Branco para representar este Republica junto a Vossa Magestade Imperial e Real, no caracter de Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario. As qualidades pessoaes que o distinguem, o talento e o zelo de que tem dado provas no desempenho de importantes missões, persuadem-me de que elle não poupará esforços para merecer a estima de Vossa Magestade Imperial e Real. Rogo pois a Vossa Magestade Imperial e Real queira acolhel-o com benevolencia e dar inteiro credito a tudo quanto elle expuzer da minha parte, especialmente quando offerecer-lhe as seguranças da minha alta estima e perfeita amizade. Palacio do Governo no Rio de Janeiro, 17 de janeiro de 1901.

M. Ferraz de Campos Salles

Carta Credencial do Barão, tal como dirigida ao Imperador Guilherme II pelo Presidente Campos Salles
Fonte: Arquivo do Ministério do Exterior da Alemanha

IX - O casamento da filha

Dois temas aparecem com muita frequência nas anotações do Barão em seu diário nos primeiros meses de Berlim: o andamento da votação no Congresso de subvenção que lhe fora prometida em recompensa por suas vitórias diplomáticas e o casamento de sua filha Amélia.

A subvenção fora aprovada pelo Congresso Nacional, mediante lei que concedia ao "benemérito brasileiro José Maria da Silva Paranhos do Rio Branco dotação anual de 24.000.000, com transmissão a seus filhos e filhas, enquanto vivessem, e mais o prêmio de 300.000.000 como recompensa nacional pelos relevantes serviços prestados nas missões especiais de arbitramento de Washington e Berna."[25] Até a efetivação da subvenção, Rio Branco via-se freqüentemente tomado por aflições quanto a sua situação financeira.

O casamento de Amélia com o Barão Gustav von Werther, por sua vez, fora arranjado por intermédio da governanta, Baronesa von Berg. Von Werther descendia de ilustre família de Koenigsberg. Seus antepassados haviam-se distinguido no serviço diplomático da Prússia. Ao mesmo tempo, porém, que preparava com minucioso empenho o casamento da filha na nobreza prussiana, Rio Branco receava possíveis interpretações maldosas no Brasil que o incompatibilizassem com a República: a mesma ambivalência que o levava a ter relações hesitantes e discretas com o Imperador D. Pedro II no seu exílio parisiense após a proclamação da República.

[25] Luiz Viana Filho, op cit.

Conforme anota no diário, no dia 14 de julho, domingo, "O Barão Gustav de Werther pediu a mão de Amélia. Respondi que desejo saber a esse respeito a opinião da sua mãe e do seu tio, o Barão de Arco-Zinnenberg". Nos dias seguintes, o Barão faria completo levantamento dos dados da família Werther. Investigou cuidadosamente a linhagem do futuro genro e anotou todos os dados no seu Diário.

Em 21 de julho, já registra seus planos para o casamento da filha. A esperada dotação do Congresso não havia chegado. Ainda assim perguntaria ao Deputado José Avelino se "esperando posso sobre ele levantar empréstimo para começar os preparativos do casamento de sua amiguinha Amélia que desejo fazer em setembro ou outubro".

No dia 24, o Barão recebeu carta do futuro genro dando conta de que estaria em Munique com o tio Arco-Zinnenberg "para anunciar-lhe oralmente, além de anúncio por carta, seu noivado e para pedir-lhe seu consentimento. De lá ...irá a Basiléia ver a mãe".

Quando foi finalmente votada a dotação, o Barão, entre aliviado e orgulhoso, se daria ao trabalho de copiar literalmente o ato correspondente em seu diário.

Os preparativos do casamento ocupam páginas e páginas do diário: listas de convidados, compras, planos de mesa, organização da cerimônia, menus.

No dia 21 de outubro, começariam as grandes atividades de recepção, com um jantar na Residência para o Secretário de Estado Richthofen: "Chegou e esteve aqui a Baronesa Werther. Jantaram aqui: o Barão de Richthofen (Secretário de Estado), o Conselheiro da Legação, Dr. Zahn; von Flöckrer, Secretário da Legação alemã no Rio; von Teichmann, do Ministério dos Negócios Estrangeiros; o Barão e a Baronesa de Stefensz; Barão de Sendal (Encarregado de Negócios de Portugal); Aguiar (Secretário da Legação do Brasil) e Senhora; Albano; Barão G. de Werther; e nós de casa: Baronesa de Berg, eu, Raul, Amélia e Hortensia, Luiz Cavalcanti. Ao todo: 18 pessoas".

O casamento civil deu-se no dia 23 de outubro. O Barão descreve no diário:

> "Casamento civil de minha filha Amélia (Maria Amélia), nascida em Paris, 22 de junho de 1878, com o Barão Gustav Karl Marian von Werther, nascido em Damnig, 8 de abril de 1876 (filho do Barão Maximilian von Werther, nascido em 5 de janeiro de 1847 e de sua mulher a Baronesa Isabella von Werther, nascida Giechnska, em 16 de março de 1853 em Strzemesona, Polonia russa. A noite passada chegaram de Paris meu filho Paulo, de

> Munique o Conde Maximiliano de Arco-Zinneberg, a Condessa Olga, sua mulher (nascida Baronesa de Werther), tios do noivo; o Conde Nicolás de Arco-Zinneberg e as Condessas Léodive e Matilde, filhas dos dois e primas do noivo. Esta manhã chegaram de Londres Joaquim Nabuco e Graça Aranha, e de Paris Hermano Ramos, o primeiro e o último testemunhas de Amélia".

O casamento religioso realizou-se no dia seguinte, 24 de outubro, na Igreja de São Paulo, havendo sido a benção nupcial dada pelo Prior dos Dominicanos, P. Raymundo Lentz, "o qual pronunciou um discurso em francês", anota o Barão no Diário. E segue: "A orquestra e o coro (60 cantores) dirigidos pelo Professor Joseph Degène, órgão, cantores e música do Regimento de Fuzileiros de Guarda".

Segundo Luiz Vianna, o **Berliner Anzeiger** descreveu minuciosamente a artística decoração do templo e elogiou a escolha e execução das peças de música durante a benção nupcial e a missa:

> "... Depois do casamento houve na Romanisches Haus, onde reside o Barão do Rio Branco, um almoço de cinquenta talheres, durante o qual uma orquestra executou escolhidas peças de música e terminado pelo Hino Nacional brasileiro ...À tarde, os noivos seguiram para a Áustria, onde contam viajar"[26].

O casamento e a dotação votada pelo Congresso nacional tranquilizaram bastante o espírito do Barão. Logo no dia 29 de outubro, registrou ele em seu diário haver partido para Paris, onde foi testemunha de um casamento e avistou-se com seus antigos amigos da aristocracia brasileira estabelecida na capital francesa. No dia 6 de novembro, proveu-se de boa quantidade de vinhos finos: 10 caixas de Chambertin, outras tantas de Château Lafitte, 5 de Haut Sauternes, 10 caixas de Champagne Montebello, 2 barricas de Saint Estèphe e outras tantas de um Bordeaux Branco.

Há igualmente várias anotações sobre o tema da nacionalidade adquirida pelo casamento. Preocupava-se o Barão em assegurar que Amélia poderia adquirir a nacionalidade de seu novo marido sem perder a brasileira. Compara a legislação brasileira com a de vários países europeus e dos EUA.

[26]Luiz Viana Filho, op cit.

Já em 23 de dezembro, porém, começam a surgir indícios de problemas com Werther. Luiz Vianna comenta: "Alto, louro, olhos de um azul transparente, desportista, fora preparado para uma despreocupada vida de fausto. Quando os Werther empobreceram, mostrar-se-ia despreparado para ganhar a vida".[27] Surgem alusões no Diário a "negócios do Werther" junto com referências a uns certos Doutor Frankel e Senhor Auerbach. Seguem-se várias notas sobre contactos com o Conde Arco e personagens locais a respeito da situação do Conde Werther. O Barão não especifica, porém, em seu Diário o propósito de suas confabulações. Presume-se que estejam ligadas a questões financeiras e à eventual nomeação de seu genro para algum posto importante no Governo.

Em 22 de maio, o Barão anotaria entre as suas contas o recebimento de 25.000 marcos do Senhor Frankel. E observa:

> "eu tinha emprestado por intermédio dele 30.000 marcos ao Barão Gustav von Werther, meu genro, para o arranjo de seus negócios. Desse dinheiro tirei 1.000 marcos para pagar os honorários de Frankel. Ficaram 29.000 marcos. Mas só recebi 25.000 porque Werther reteve 4.000 para pagar o seu homem de negócios e para outras despesas suas".

O Barão achava que, com o casamento, estaria assegurado o futuro da filha. O genro, por sua vez, iludido pelas aparências pensava estar dando um verdadeiro golpe do baú. Ambos resultariam enganados!

[27]Luiz Viana Filho, op cit.

X - Temas político-militares

-A VISITA DO ENCOURAÇADO FLORIANO A KIEL

Logo após a entrega de credenciais, Rio Branco viu-se às voltas com um rocambolesco episódio ligado à visita ao porto de Kiel de um encouraçado da Marinha de Guerra do Brasil: o **Floriano**. Vale a pena relatar com certa minúcia este caso, de vez que dele podem ser retiradas interessantes ilações a respeito das relações entre os meios civis e militares, tanto na Alemanha, quanto no Brasil. Acham-se reproduzidas, ao final do capítulo, oito correspondências escritas do próprio punho pelo Barão (sete das quais datadas ainda de sua residência provisória no Hotel Palast) a diferentes interlocutores do Ministério do Exterior alemão a respeito das tratativas para o recebimento da tripulação do **Floriano** pelo Imperador. Os originais encontram-se no arquivo do Ministério alemão.

A notícia da visita precedera a chegada do Barão a Berlim. Em 1 de fevereiro, instruído pelas autoridades do Rio de Janeiro, o Encarregado de Negócios João Fausto de Aguiar dirigira ofício ao Secretário de Estado das Relações Exteriores, Barão de Richthofen, no qual anunciou que o Presidente do Brasil confiara aos oficiais superiores do encouraçado **Floriano** a missão de "retribuir a visita que as belonaves alemãs em nome do Imperador haviam feito ao Brasil por ocasião de sua posse em 15 de novembro de 1898". Segundo a nota, que se se conserva nos arquivos do Ministério Exterior

alemão, juntamente com toda a correspondência subsequente, o barco brasileiro chegaria "proximamente" a Wilhelmshaven e "o Comandante e três oficiais (do "Floriano") estão encarregados de apresentar pessoalmente a Sua Majestade o Imperador e Rei os cumprimentos e os agradecimentos de Sua Excelência o Presidente da República, em nome do Brasil". Sem poder ainda determinar a data de chegada do encouraçado, o Encarregado de Negócios adiantou que a transmitiria logo que possível "para que fossem dadas as ordens de Sua Majestade o Imperador e Rei quanto ao dia e hora em que se dignaria a receber a missão".

Em 8 de março, o Encarregado de Negócios expediria outra nota em que informaria estar o **Floriano** ainda no porto francês de Toulon. Na mesma comunicação, foram listados os nomes dos 16 oficiais que compunham o Estado Maior do encouraçado e antecipou-se que o Comandante Duarte Huet Bacellar Pinto Guedes previa partir de Toulon no dia 15 de março. Antes de aportar em Wilhemshaven, a belonave brasileira visitaria os portos de Spezzia, Lisboa e Plymouth, razão pela qual não era possível ainda determinar a data exata da sua chegada ao porto alemão.

Várias semanas depois, já tendo assumido a chefia da Legação, mas não havendo ainda apresentado suas credenciais ao Imperador, Rio Branco dirigiria carta manuscrita ao Barão de Richthofen na qual informaria haver recebido do Comandante Bacellar notícia de que o **Floriano** partiria de Lisboa diretamente para Kiel onde esperava chegar no dia 6 de maio (original reproduzido adiante).

Nada se passaria, porém, como antecipado. Dois dias antes da data prevista para a chegada, o Barão voltaria a se dirigir ao Ministério Alemão para informar haver recebido nova comunicação do Comandante Bacellar segundo a qual "por motivo de força maior" o **Floriano** havia sido obrigado a aportar ao Havre e que não seria ainda possível determinar o dia de partida para Kiel. Comunicação posterior do Barão no dia 10 de maio informava que o **Floriano** havia partido na véspera e que chegaria a Kiel no dia 13. Ambas correspondências estão reproduzidas ao final do capítulo.

É de imaginar a ansiedade do Barão ao receber, no dia 23 de maio, nota em que o Ministério do Exterior anunciava que se o **Floriano** chegasse a tempo em Kiel, o Imperador receberia o Comandante e três Oficiais da tripulação no dia 27 no Neues Palais em Potsdam por ocasião das festividades navais conhecidas como **Schippenfest**. Àquela altura o Barão não teria apresentado ainda suas credenciais. Na realidade, só no dia 26 é que teria a

notícia de que seria recebido pelo Imperador, como de fato foi, no dia 28. Isto significava que ele não poderia estar presente à audiência com os oficiais do **Floriano**.

Terá sido, portanto, com alívio que, na manhã do dia 24 de maio, comunicaria ao Senhor Zahn, do Ministério do Exterior, que o **Floriano** ainda se encontrava no Havre e que, mesmo que fosse capaz de partir naquela mesma sexta-feira, não teria condições de chegar a Kiel no domingo 26. Nova comunicação ao Senhor Zahn na tarde do dia 24 daria conta de que o navio brasileiro continuava no Havre, onde passava por reparos "que só serão concluídos daqui a alguns dias" e que o Comandante Bacellar comunicaria assim que possível a data provável de sua partida para Kiel. Ambos bilhetes estão adiante reproduzidos.

Estava, assim, aparentemente salva a possibilidade de que o Barão recebesse o navio brasileiro e acompanhasse o Comandante em visita ao Imperador. Haveria, em princípio, tempo para que fosse, como de fato seria, fixada a data para a entrega das credenciais.

Mal sabia o Barão, porém, que as suas tribulações não haviam findado. Sem que fosse prevenida a Legação, o **Floriano** acabou chegando a Kiel no dia 2 de junho, exatamente 5 dias após a apresentação de credenciais, no curso da qual, curiosamente, o Barão não suscitou o tema com o Imperador. Se o fez, não deixou registro no seu ofício ao Rio de Janeiro.

No dia 1, o Barão informou o Senhor Rücker-Jenish no Ministério de Assuntos Exteriores de que o **Floriano** havia levantado ferros do Havre para Kiel na noite do dia 30 de maio e que esperava receber logo notícia de sua chegada (cópia do original adiante).

Em carta manuscrita ao Ministério datada de 3 de junho (por sinal, a mesma correspondência na qual comunicou sua mudança para a residência definitiva da **Kurfürstendamm**), Rio Branco ver-se-ia obrigado a admitir haver recebido muito tarde a notícia da chegada da belonave ocorrida na véspera, dia 2. Adiantou, porém, que pedira ao Comandante uma indicação sobre quando poderia viajar a Berlim para uma eventual audiência com o Imperador. A essa comunicação informal, fez seguir no dia 4 nota ao Secretário de Estado Barão de Richthofen, na qual formalizava o pedido de audiência com o Imperador e informava que, após a visita ao **Floriano** no dia 6 pelo Príncipe e pela Princesa da Prússia, o Comandante viajaria para Berlim, onde aguardariam "as ordens de Sua Majestade o Imperador e Rei". Ambas correspondências estão reproduzidas ao final do capítulo.

Cessam com essa nota as referências ao tema nos arquivos do Ministério do Exterior. Os diários do Barão, porém, registram cotidianamente, sem comentários, as idas e vindas do caso **Floriano**.

Na realidade, a tripulação jamais viria a Berlim para ver o Imperador. Surpreendemente, porém, o próprio Imperador se dirigiria a Kiel no dia 12 de junho, ofereceria almoço à tripulação e subiria a bordo para uma visita ao navio de guerra brasileiro. E, surpreendentemente também, o Barão não se faria presente em tão significativa ocasião. É difícil imaginar que isso possa ter ocorrido por acaso!

A longa série de desacertos e desencontros produzidos em torno deste episódio foram registrados minuciosamente pelo Barão em ofício enviado no dia 13 de junho ao Ministro Olyntho de Magalhães, acompanhado de precisa cronologia de suas comunicações com o Comandante Bacellar. Curiosamente, porém, Rio Branco não procurou especular sobre o que estava por detrás do acontecido.

O Almirante (na época Capitão de Mar e Guerra) Duarte Huet de Bacelar Pinto Guedes, era um homem altivo. O Almanaque da Marinha assim o descreve: "Foi um espírito de escol, uma ilustração invulgar, disciplinador, homem dotado de superior visão da época em que viveu. De linhagem, fino, cavalheiresco, fidalgo no trato, nobre nas ações". Era perito na arte da construção naval. Daí sua escolha para fiscalizar a construção do **Floriano** em estaleiro francês e posteriormente atuar como seu primeiro Comandante. Foi um dos principais agentes da expansão da Marinha brasileira. Como Chefe da Comissão Naval na Europa geriu o lançamento ao mar dos Encouraçados Minas Gerais e São Paulo, dois Cruzadores e cinco Contratorpedeiros. Quando o Governo brasileiro, no contexto da I Guerra Mundial, tomou a decisão de alienar à Inglaterra o Encouraçado Rio de Janeiro, também construído sob sua gestão, rebelou-se e foi preso.

Este era o perfil do homem que, a julgar pelas circunstâncias, marginalizou propositadamente o Barão no episódio do **Floriano**, impedindo-o de acompanhar a visita do Imperador a bordo.

Segundo o Ministério do Exterior teria explicado ao Barão, a partir da chegada da belonave a Kiel passou a predominar o cerimonial militar e os entendimentos sobre o assunto se fizeram diretamente entre a comandância do navio brasileiro e o Palácio Imperial. Só então teria sido dito ao Barão, conforme registrado no ofício ao Rio de Janeiro, que na Alemanha "missões de natureza militar são recebidas militarmente", sendo os "oficiais que aqui

vem apresentados ao Imperador pelos Adidos Militares ou Navais ou pelos Ministérios da Guerra ou da Marinha alemães". Não, portanto, pelos Representantes Diplomáticos. Ao Ministro do Brasil competiria, reflete o Barão, possivelmente com alguma ironia ou mal disfarçado desapontamento, "pedir uma audiência para o Comandante e não uma audiência para apresentar ao Imperador o Comandante e seus oficiais".

É estranho que isto só tenha sido dito ao Barão pelo Ministério do Exterior após o fato. E, ainda mais estranho, que o Comandante tenha-se portado após a chegada da embarcação a Kiel como se efetivamente não quisesse ter contacto com o Barão.

Na verdade, estando o Imperador nas proximidades e tendo sido cursadas por canais militares as correspondentes comunicações, os oficiais brasileiros foram recebidos por Sua Majestade, sem que Rio Branco tivesse a oportunidade de se deslocar ao porto de Kiel, para almoço no dia 12 de junho, seguido de visita a bordo, que teve a duração de meia hora.

Após a visita, o Imperador mandou um telegrama ao Presidente Campos Salles, no qual revelou-se "encantado pelas excelentes instalações do cruzador" e de seu estado "exemplar". Deu igualmente conta o Imperador da condecoração que outorgara ao Comandante e aos três primeiros oficiais da embarcação. Em resposta, Campos Salles remeteu ao Imperador um telegrama em que agradeceu a visita e suas palavras elogiosas: "a opinião de Vossa Majestade será considerada pelo povo brasileiro como uma nova prova dos laços de amizade que o unem ao povo alemão e que desejo ver estreitadas cada vez mais".

Essas comunicações foram tramitadas diretamente. Rio Branco delas tomou conhecimento pela imprensa alemã que as publicou na íntegra. Terá ficado profundamente agastado ao ver-se marginalizado, sem poder estar com o Imperador, num momento solene e de óbvio significado para as relações bilaterais. Tal como registrou em sua comunicação ao Ministro, "depois de tantos anos de ausência da pátria afagava... ter o gosto de passar alguns momentos a bordo de um navio de guerra brasileiro".

Rio Branco ainda tentou fazer com que o Comandante viesse a Berlim. Alegados imprevistos, porém, impediram que a visita se concretizasse. E o Barão anota ao final de sua comunicação ao Rio de Janeiro: "Senti muito que o Comandante e os oficiais do "Floriano" não pudessem vir por alguns dias a esta cidade, onde me preparava para os acolher como foram acolhidos pelos Ministros do Brasil nas duas capitais que já visitaram".

Simples contratempos circunstanciais ou indícios de algum deliberado intuito de separar a ordem militar da ordem civil na jovem República brasileira? Pensariam os oficiais àquela altura que o Barão do Rio Branco, cujo nome seria mais adiante muito cultuado pelas Forças Armadas brasileiras, pudesse de alguma forma representar a ordem monárquica que cumpria superar definitivamente? Não ficaria bem que um Barão visitasse uma belonave batizada com o nome do herói republicano: "**Floriano**"?

Algo, de fato, terá havido, pois na correspondência com o Comandante, tal como anexada ao ofício ao Ministério, o Barão afirma peremptoriamente:

> "Sinto saber que não poderá vir a Berlim e que, por força de sua missão, até não permite que os seus oficiais aqui venham. Como os seus deveres oficiais lhe não permitem rever por alguns dias ao menos esta bela cidade, espero que nem o Senhor, nem seus Oficiais estranhem que os meus encargos me privem também de ir até Kiel e do grande gosto que teria de ali ver e visitar o seu encouraçado".
> A franqueza do Barão chega ao ponto de registrar com altivez : "Conto (ter-lhe) deixado a convicção de que procuro cumprir as ordens que tenho de facilitar a sua missão e ao mesmo tempo o dever que a delicadeza me impõe de não me intrometer onde não sou chamado".

E anota, como para enfatizar sua identificação com a glória da Marinha:

> "Os últimos encouraçados brasileiros que visitei foram os do Paraguai, em 1869, fundeados diante de Humaitá e de Assunção....Estas linhas vão chegar aí às suas mãos amanhã, aniversário de Riachuelo. Peço-lhe que receba e transmita a seus oficiais e marinheiros as saudações de um velho patrício que foi contemporâneo daquele feito, que o festejou com entusiasmo quando ainda estudante em São Paulo e que teve a fortuna de conhecer de perto os marinheiros daquele tempo, Barroso, Inhaúma e outros de quem guarda, com o maior cuidado, cartas afetuosas e preciosos documentos sobre coisas da Marinha".

Pois foi a este homem público que o Comandante Bacellar mandou dizer por um interlocutor da Marinha alemã, que "não viria (a Berlim) por já ter cumprido em Kiel a sua missão junto ao Imperador". E foi pelos jornais que o Barão soube que o **Floriano** havia partido no dia 16 de Kiel, "declarando-se o Comandante muito penhorado com o acolhimento que aqui teve a oficialidade brasileira".

O relatório feito pelo Comandante Bacellar às autoridades navais brasileiras é detalhado e muito revelador do interesse demonstrado pela oficialidade alemã em conhecer a instalação e impressionar o lado brasileiro com seus produtos bélicos.

Reproduzo na íntegra a parte referente à visita a Kiel, tal como publicada na "Revista Marítima Brazileira", edição de agosto de 1902. Observo que não há menção alguma à Legação do Brasil ou ao Barão do Rio Branco.

"Missão em Kiel

Às 7 horas da manhã do dia 2 de junho atracou uma lancha com o 1º tenente Whittmann, que veio apresentar-se por ter sido nomeado official às minhas ordens durante a permanencia do couraçado Floriano nas aguas de Kiel.

Saudei à terra, ao vice-almirante commandante em chefe de esquadra, ao almirante turco e ao contra-almirante chefe da estação, salvas que foram correspondidas.

Fiz as visitas officiaes, annunciando-me sua alteza o príncipe Henrique da Prussia, a sua para as 2 horas da tarde desse mesmo dia,

Foi sua alteza recebido a bordo com todas as honras e passou revista minuciosa no navio, fazendo-me os maiores elogios pela boa ordem e asseio do que observava. Ao despedir-se, convidou-me sua alteza para, nesta mesma noite, jantar com o immediato e tres officiaes a bordo do navio capitanea e no dia seguinte em seu palacio.

Não foi a Missão a Berlim por ter S.M. o Imperador communicado que daria audiencia à Missão em Kiel.

Nova visita do príncipe Henrique da Prussia e sua senhora, festas, recepção e jantar no Cassino Naval nos proporcionaram motivos para nos regozijar da boa impressão que causavam o Floriano e seu pessoal à fina flor da sociedade allemã e às suas primeiras autoridades navaes.

Assistimos a uma serie de exercicios de torpedos, organizada pela fabrica Schwartzkopff em honra dos hospedes brazileiros. As experiencias foram feitas com torpedos munidos dos apparelhos auto reguladores do systema Kaselosky, sendo os primeiros disparos feitos com o tubo lança-torpedos orientado segundo a direcção da trajectoria do torpedo, que em diversas profundidades percorre sempre a distancia de mil metros com a velocidade de 29 nós por hora, e ferio o alvo no centro.

Os outros disparos foram feitos orientando-se o tubo lança-torpedo de fórma que fizesse um ângulo até 90 gráos com a direcção do alvo, resultando o torpedo caminhar ainda assim à distancia de mil metros e ferir o alvo no centro com a mesma velocidade de 29 nós por hora. No meu entender estes torpedos são superiores aos de Whitehead que usamos na marinha e julgo ser fóra de duvida a necessidade de substituição destes ultimos pelos de Schwartzkopff, pois embora não fossem estes superiores e guardassem igualdade de effeitos e de preço àquelles, ainda assim seriam preferiveis e mais baratos por serem de bronze phosphoroso e portanto de uma facil e eterna conservação.

No dia 12 de junho, pelas 9 horas da manhã, chegou a Kiel sua Majestade o Imperador Guilherme, acompanhado do grão-duque de Baden e da grã-duqueza, recolhendo-se immediatamente a bordo do Yacht imperial Hohenzollern, que estava ao lado do couraçado Floriano.

Em sua passagem no porto foi saudado por todos os navios de guerra com uma salva de 33 tiros e cinco hurrhas partidos das guarnições distribuidas pelas bordas dos navios.

Às 10 horas da manhã apresentou-se a bordo do Floriano o ajudante de campo de Sua Majestade para transmittir-me o convite de seu soberano para almoçar a bordo do Yacht imperial, à 1 hora da tarde, trajando o 3º uniforme, isto é, em caracter particular.

No mesmo dia assisti com meus officiaes o lançamento ao mar do couraçado Zachringen, construido nos estaleiros da Germania, de propriedade do conselheiro Fried Krupp. Depois desta ceremonia, me foi notificado, Sua Majestade receberia a Missão no local do lançamento do navio.

O Imperador presidio ao acto, que teve a maior solennidade, mandando avisar-me de que a audiencia ficaria para outra occasião. Às 6 horas da tarde veio a bordo do Floriano o ajudante de campo participar-me que o Imperador em vez de dar-me audiencia resolvera vir visitar o encouraçado. Mal acabava de receber este recado, sem que precedesse outro aviso, atracou a lancha imperial, sendo todavia recebido com todas as honras ao som do hymno allemão.

Em acto de mostra geral passou o Imperador revista na guarnição e percorreu todo o navio, assistindo às manobras das torres e da artilharia.

No mesmo dia partio o Imperador para Berlim. Durante a sua passagem pela bahia, os navios illuminaram-se e salvaram com 33 tiros.

Obsequiados pelo almirante chefe da Marinha, Sr. Von Koester, pelo principe Henrique da Prussia, pelo Casino Naval com um banquete de 300 talheres, estendeu-se a gentileza aos inferiores e marinheiros que gosaram dos divertimentos a elles oferecidos pelo Governo.
No dia 16 de junho, tendo concluido a minha missão em Kiel, suspendi com destino a Plymouth".

Na "História Naval Brasileira", volume V, tomo I B, relata-se a missão do **Floriano** igualmente sem qualquer alusão ao Barão. Tampouco há referências a contactos com autoridades diplomáticas nas outras etapas do roteiro da belonave:

"Comissão do Encouraçado Floriano à
Europa
1901

Quando terminou a Revolta da Armada, destruida praticamente nossa Força naval, o Governo brasileiro sentiu a necessidade de reconstruí-la de forma consentânea com a grandeza territorial do País. Assim, encomendou ao estaleiro Forges et Chantiers de La Mediterranée, em Toulon, entre outros, um navio encouraçado guarda-costa, que denominou Floriano.
O início da construção deu-se a 25 de abril de 1898, sendo a mostra de armamento a 31 de dezembro de 1900. Assumiu o comando do Floriano, em Toulon a 16 de janeiro de 1901, o Capitão-de-Mar-e-Guerra Duarte Huet de Bacellar Pinto Guedes. Sua primeira comissãao foi de retribuir visita feita ao Brasil por várias Esquadras estrangeiras, quando da posse do Presidente Campos Salles.
Largou de Toulon a 15 de março de 1901, aportando em Spezia a 16, seguindo comitiva de oficiais para Roma, onde foi recepcionada pelo Rei Humberto I no Palácio do Quirinal, a 21 de março.
Zarpou do porto de Spezia a 8 de abril, com destino a Lisboa, chegando a 15 de abril. No dia 18, a missão brasileira visitou o Rei D. Carlos, no Passo das Necessidades. O tempo de permanência do Floriano neste porto deu ocasião a grandes festividades oferecidas pelas autoridades portuguesas.
Partiu de Lisboa a 13 de maio, rumo a Kiel. Mas devido ao mar grosso encontrado na costa de Portugal e no Golfo de Gasconha, abriram-se na proa alguns arrebites, inundando a enfermaria, os paióis de mantimentos e

das amarras. Diante desta situação, resolveu o comandante voltar ao Havre, a fim de fazer no estaleiro Forges et Chantiers as obras necessárias.

Findos os novos reparos, o Floriano largou do porto de Havre com destino a Kiel, a 30 de maio. O Imperador Guilherme enviou o seguinte telegrama ao Presidente Campos Salles, agradecendo a visita do navio brasileiro, e elogiando o Comandante Huet Bacellar pelo estado exemplar com que era mantida a disciplina de sua guarnição. Dizia: "Eu me regozijo de todo o meu coração pela bondade que teve V.Exa. de enviar o Cruzador Marechal Floriano a Kiel, dando-me desta sorte a oportunidade de ver e visitar este vaso de guerra da mais moderna construção. Estou não somente encantado pelas excelentes instalações do cruzador como igualmente admiro o estado exemplar em que vejo o Comandante Bacelar manter o navio e sua guarnição. Como prova das boas relações entre nossos dois países, distingui o comandante e os seus primeiros oficiais com condecorações como lembrança da visita que fiz ao Floriano em Kiel".

Deixou o Floriano o porto de Kiel a 16 de junho, chegando a Plymouth a 19. A 28, foram o Comandante e alguns oficiais recepcionados pelo Rei Eduardo VII.

Ao retornar a Portugal, o Encouraçado Floriano incorporou-se a Força Naval portuguesa que vinha de regresso de comissão na Ilha dos Açores, o que foi muito apreciado pelos monarcas portugueses, que se encontravam a bordo de um dos navios da Esquadra lusa.

Zarpou o Floriano de Lisboa a 23 de julho, com destino ao porto do Rio de Janeiro, tocando nos portos de Las Palmas, São Vicente, Recife, chegando ao seu destino em 8 de setembro, após terem sido percorridas 8.200 milhas."

O Barão não parece haver-se conformado com o acontecido e, embora não tenha chegado a especular, seja nos seus ofícios ao Rio de Janeiro, seja nos seus apontamentos pessoais, sobre as razões, tanto da parte dos militares brasileiros, quanto dos alemães, continuou a insistir por esclarecimentos. Em ofício ao Rio de Janeiro datado de 17 de junho, após a partida do encouraçado, relataria em termos objetivos a atitude do Comandante Bacelar e explicaria que havia procurado as autoridades do Ministério do Exterior no dia 14 para conhecer os pormenores dos eventos em Kiel. "Nada sabiam",

registra o Barão. Segundo lhe foi dito, "havendo tudo corrido militarmente, ...a Repartição da Marinha nenhuma comunicação faria à de Estrangeiros". Ao Barão, se quisesse, competiria buscar as informações junto às autoridades navais. Tendo-lhe sido indicado que o Almirante Barão de Senden-Bibran, Chefe do Gabinete Naval do Imperador, acabara de voltar de Kiel com o Imperador, a ele poderia o Barão recorrer. O Barão não hesitou em ir ter com o Almirante Senden-Bibran, que o recebeu em seu gabinete logo no dia 15, o que demonstrou o prestígio que já havia alcançado em Berlim. O Almirante disse-lhe que não havia estado presente à audiência de recepção, mas que haviam subido a bordo do "**Floriano**" com o Imperador. Afirmou que o Comandante Bacelar e os oficiais brasileiros haviam produzido "excelente impressão e souberam fazer muito bem as cousas, embora prevenidos da visita imperial poucos minutos antes de que ela se realizasse". O Imperador elogiou "a extrema limpeza em que estava o navio" e achou que "o Floriano é um excelente vaso de guerra, inteiramente moderno, de construção elegante e arranjado com o gosto artístico que em tudo revelam os franceses".

Rio Branco não o comenta, mas aí talvez esteja a explicação desse estranho episódio, em particular da inusitada subida a bordo do Imperador: o navio era francês! Rara ocasião para que, afetando naturalidade e afagando o ego dos oficiais brasileiros, pudesse Sua Majestade, àquela altura impulsionando ativamente a indústria naval bélica alemã, inspecionar com toda tranquilidade um navio construído por seus antigos e futuros inimigos franceses!

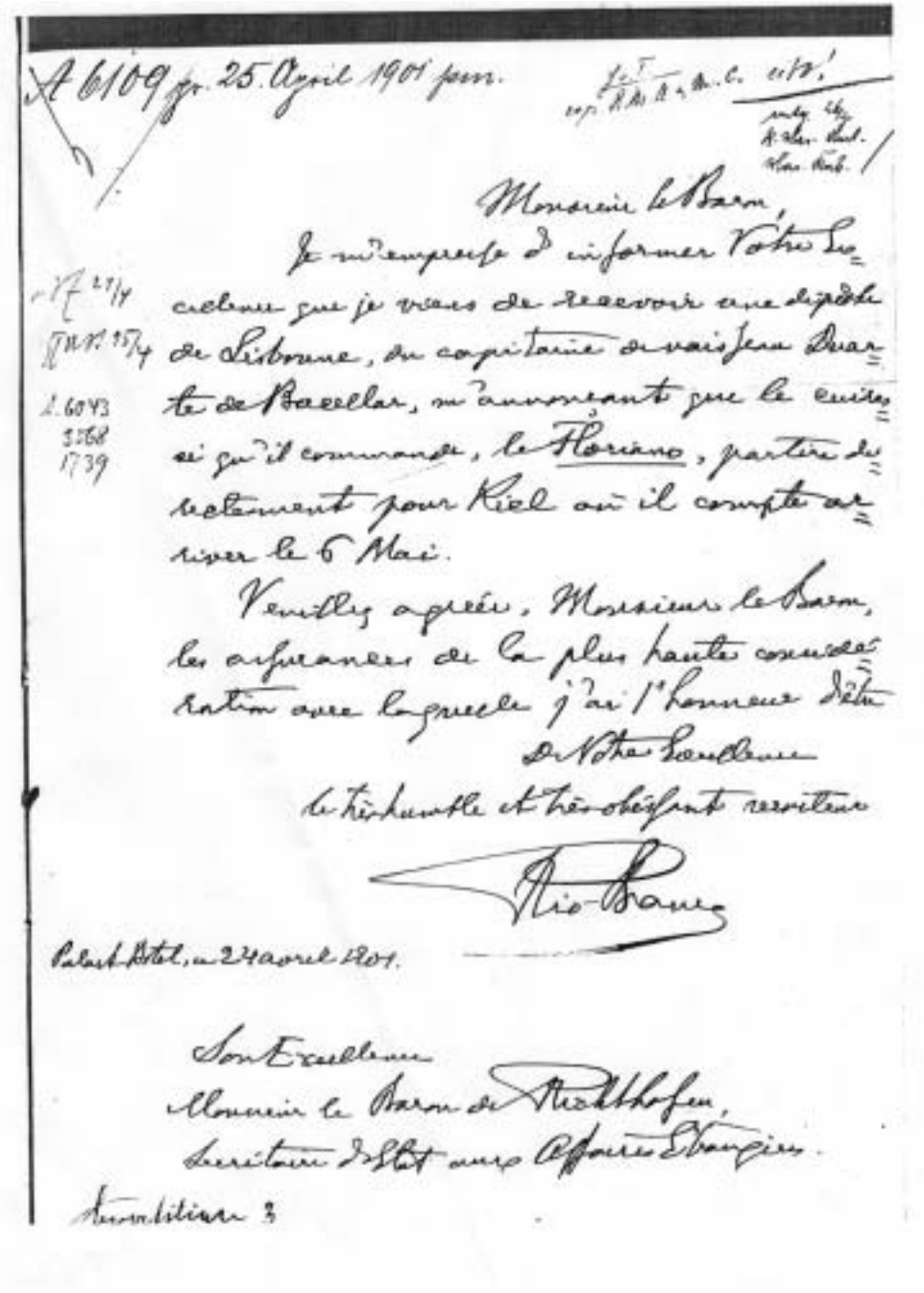
O episódio do **Floriano** é rico em possíveis ilações. Expõe o modo de agir militar na Alemanha, revelando a separação que se fazia estritamente entre os mundos da diplomacia e das armas, assim como a maior afeição pessoal do Imperador por este último, o que viria anos mais tarde precipitar a catástrofe da Guerra de 1914-1918 e o fim da monarquia alemã. Não deixa também revelar uma certa maneira de proceder por parte dos militares brasileiros da época à qual fica subjacente uma falta de apreço às autoridades civis, no caso representadas pelo Ministro em Berlim. Os militares haviam proclamado a República em 1889, haviam deixado o poder formal em mãos civis em 1894, mas continuavam desconfiados dos chamados "casacas". Por muitas tribulações ainda passaria o Brasil antes que essas atitudes viessem efetivamente a desaparecer nos anos oitenta.

Não terá sido este talvez o início mais estimulante para a gestão do nosso Barão em Berlim. Talvez venha daí a impressão de enfado e cansaço a que aludem os seus biógrafos como características de seu comportamento na temporada berlinense. Nada mais equivocado. Como será exposto a seguir, mediante uma breve análise dos principais temas concretos com que Rio Branco teve de lidar na capital do Reich sua atividade diplomática foi substantiva, intensa e frutífera.



O Encouraçado Floriano
Fonte: Sítio Internet da Marinha do Brasil

Bilhetes manuscritos e cartas do Barão do Rio Branco a interlocutores no Ministério de Assuntos Exteriores da Alemanha



A 6109 fr. 25. April 1901 pm.

Monsieur le Baron,

Je m'empresse d'informer Votre Excellence que je viens de recevoir une dépêche de Lisbonne, du capitaine de vaisseau Jean Duarte de Barcellar, m'annonçant que le croiseur si qu'il commande, le Floriano, partira de Rochement pour Kiel où il compte arriver le 6 Mai.

Veuillez agréer, Monsieur le Baron, les assurances de la plus haute considération avec laquelle j'ai l'honneur d'être

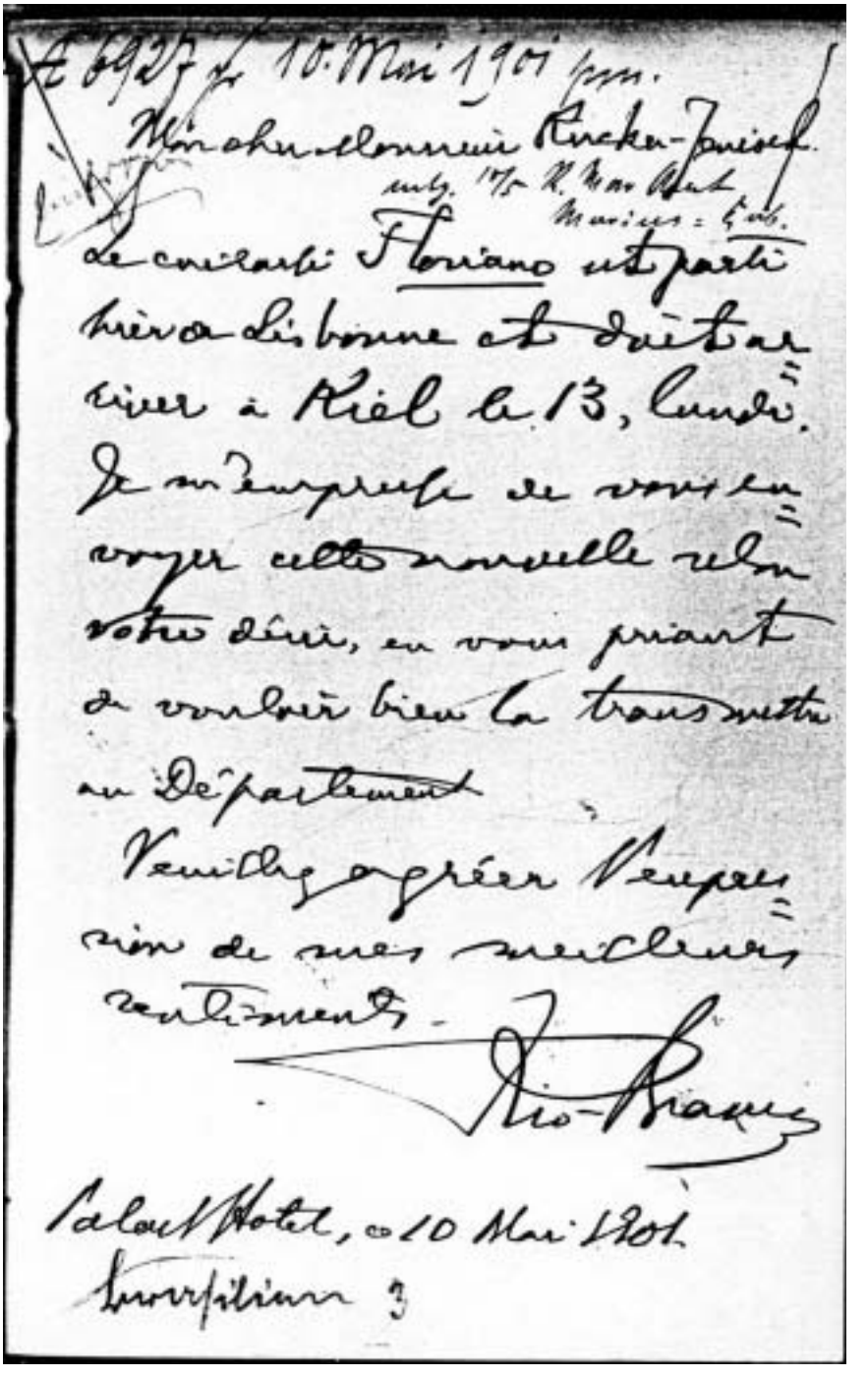
de Votre Excellence

le très humble et très obéissant serviteur

Rio-Branco

Palast-Hotel, 24 avril 1901.

Son Excellence
Monsieur le Baron de Richthofen,
Secrétaire d'Etat aux Affaires Etrangères.



A 6925 Nr. 10. Mai 1901 Vorm.

Mündlich dem Vertreter Rücker-Jenisch.

mitg. 17/5 K. Max Akad.

Marines = Cab.

Le croiseur Floriano est parti hier de Lisbonne et doit arriver à Kiel le 13, lundi.

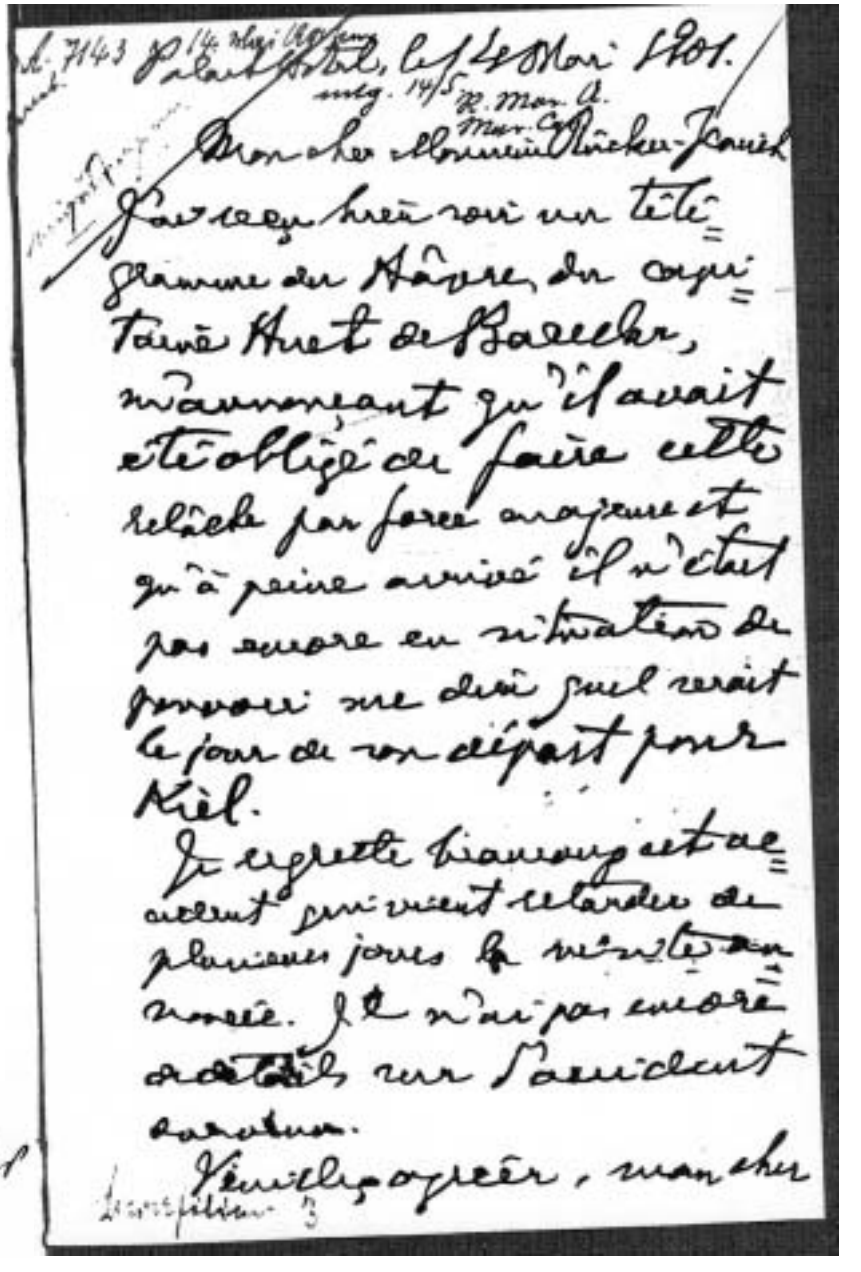
Je m'empresse de vous envoyer cette nouvelle selon votre désir, en vous priant de vouloir bien la transmettre au Département

Veuillez agréer l'expression de mes meilleurs sentiments.

Rio-Branco

Palace Hotel, le 10 Mai 1901.

Transmission 3

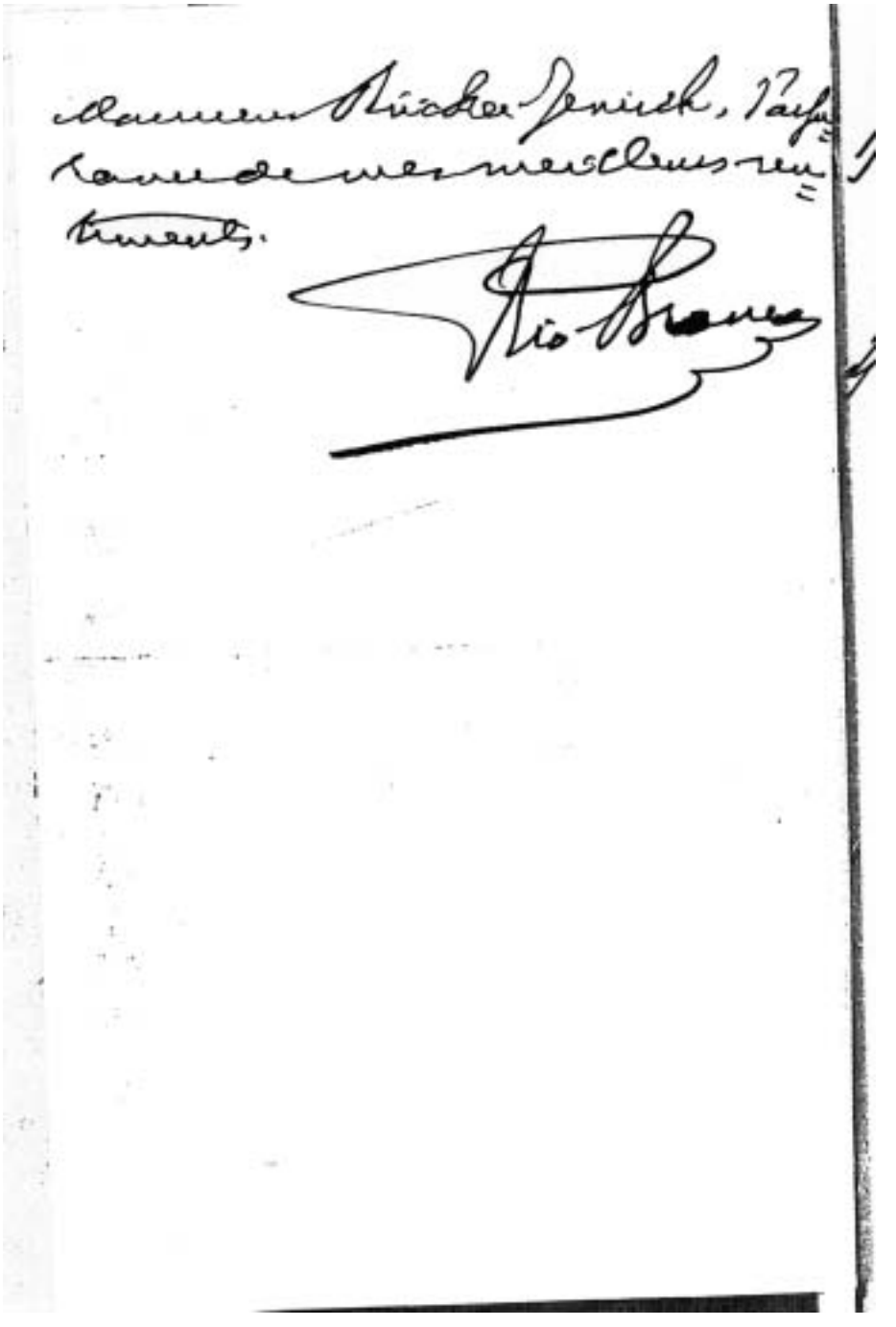


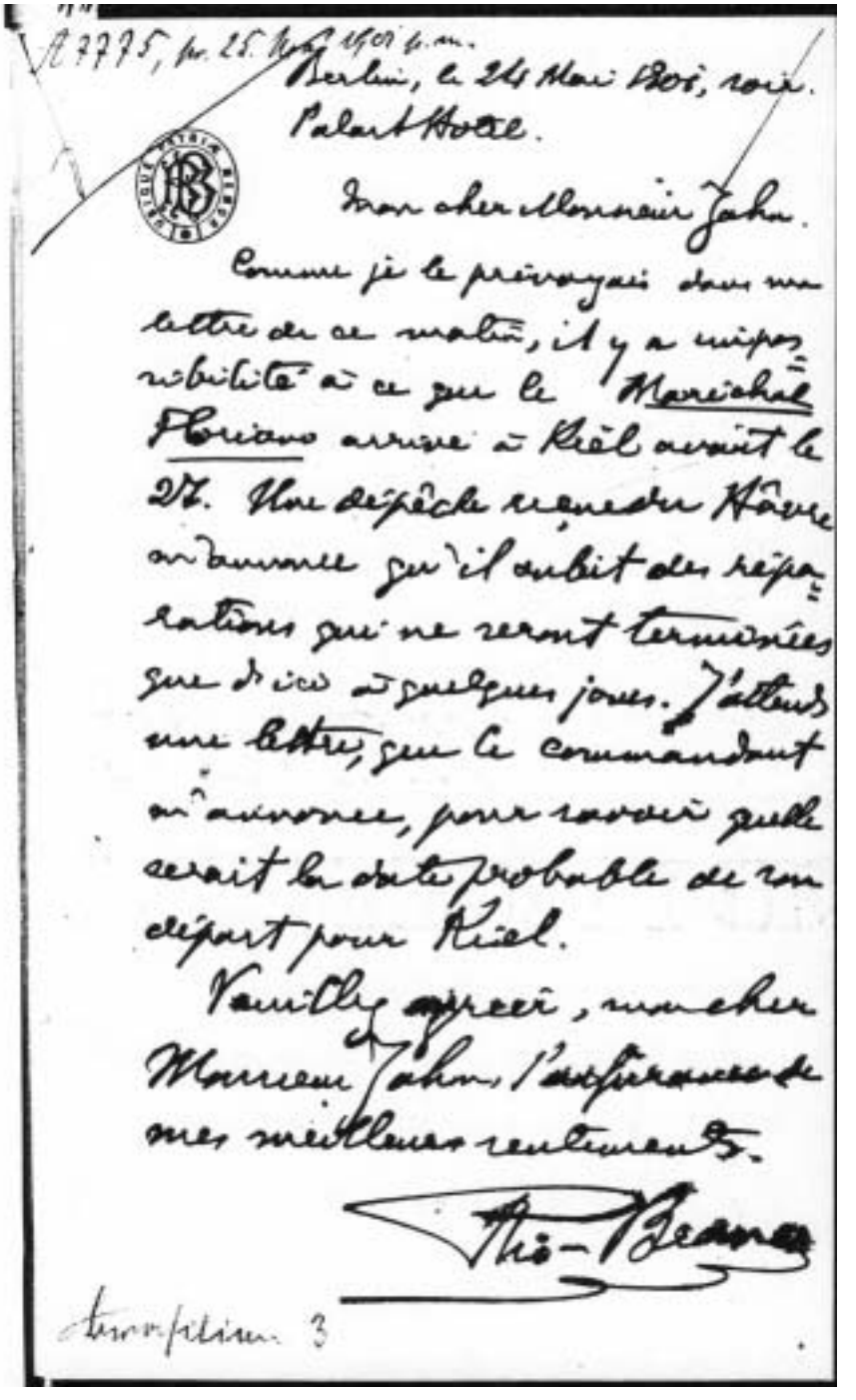
Mon cher Monsieur Rücker-Jaenicke

J'ai reçu hier soir un télégramme du Hâvre, du capitaine Huet de Bacalan, m'annonçant qu'il avait été obligé de faire cette relâche par force majeure et qu'à peine arrivé il n'était pas encore en situation de pouvoir me dire quel serait le jour de son départ pour Kiel.

Je regrette beaucoup cet accident qui vient retarder de plusieurs jours la visite en rade. Je n'ai pas encore de détails sur l'accident en question.

Veuillez agréer, mon cher





A 7775, pr. 25. Mai 1901 a.m.

Berlin, le 24 Mai 1901, soir.
Palast Hotel.

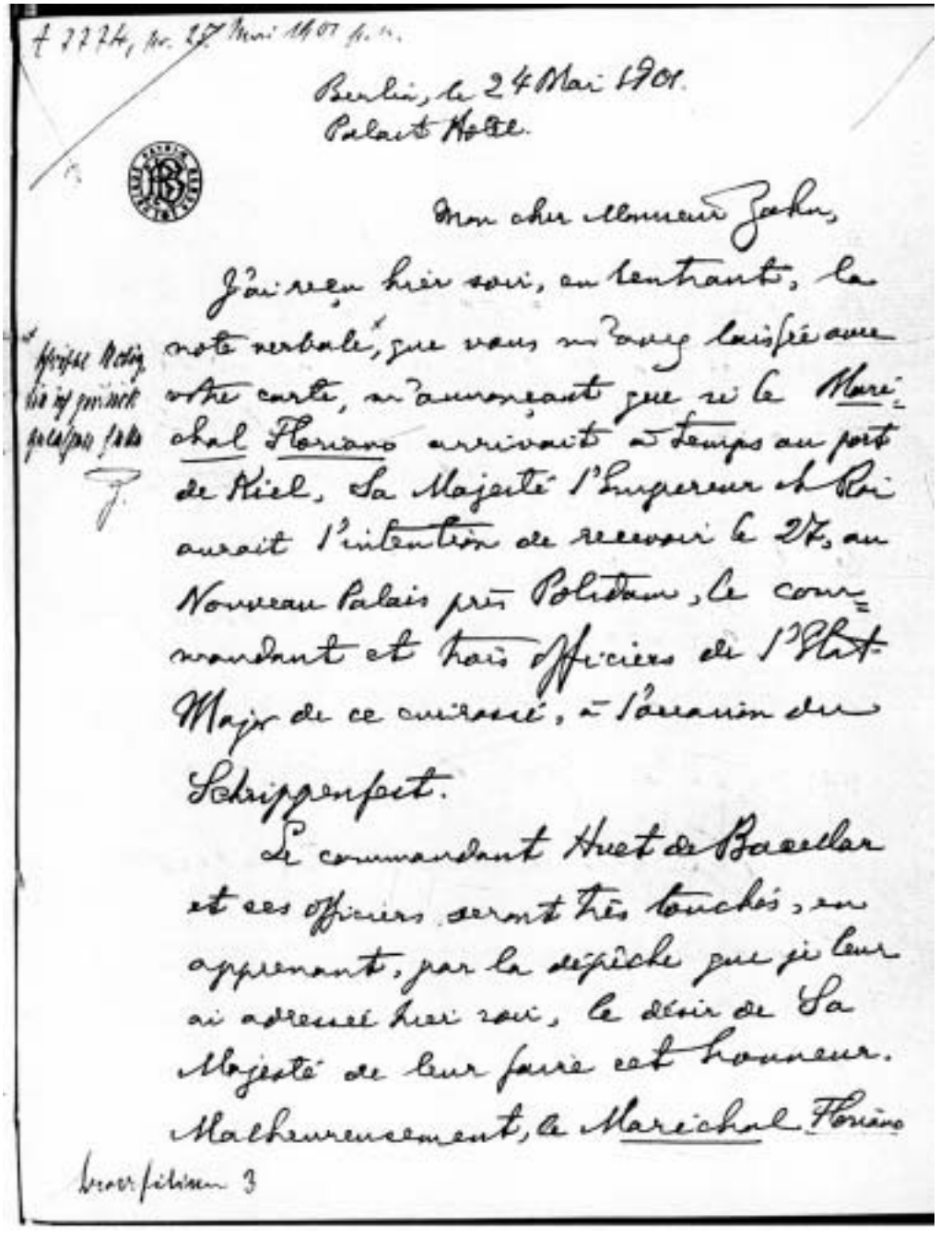
Mon cher Monsieur Jaha.

Comme je le prévoyais dans ma lettre de ce matin, il y a impossibilité à ce que le Maréchal Floriano arrive à Kiel avant le 27. Une dépêche reçue du Havre m'annonce que l'on subit des réparations qui ne seront terminées que d'ici à quelques jours. J'attends une lettre, que le commandant m'annonce, pour savoir quelle serait la date probable de son départ pour Kiel.

Veuillez agréer, mon cher Monsieur Jaha, l'assurance de mes meilleurs sentiments.

Rio-Branco

Ausw. Aktion 3



f 2224, No. 27 Mai 1901 A. M.

Berlin, le 24 Mai 1901.
Palais Hôtel.

Mon cher Monsieur Jadin,

J'ai reçu hier soir, en rentrant, la note verbale, que vous m'avez laissée avec votre carte, m'annonçant que si le Maréchal Floriano arrivait à temps au port de Kiel, Sa Majesté l'Empereur et Roi avait l'intention de recevoir le 27, au Nouveau Palais près Potsdam, le commandant et trois officiers de l'Etat-Major de ce cuirassé, à l'occasion des Schiffgenfest.

Le commandant Huet de Bacellar et ces officiers seront très touchés, en apprenant, par la dépêche que je leur ai adressée hier soir, le désir de Sa Majesté de leur faire cet honneur.

Malheureusement, le Maréchal Floriano

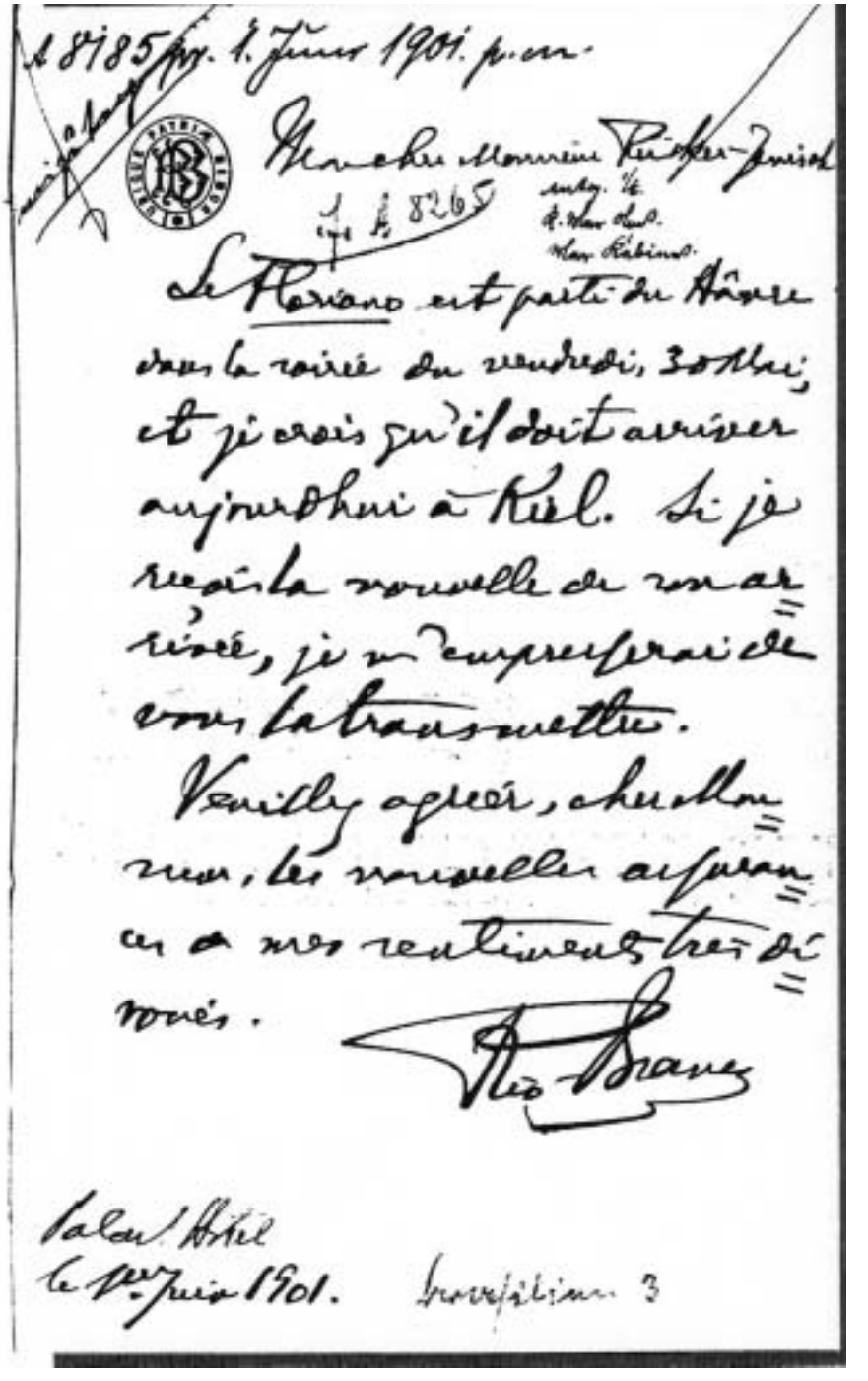
Envoyé pièces 3

se trouve encore au Hâvre et, même
s'il pouvait partir aujourd'hui, vendredi,
je crois qu'il y aurait impossibilité
matérielle à ce qu'il arrivât à Kiel
dimanche, à temps pour que les offi-
ciers puissent se trouver à Potsdam
le lundi, 27.

J'attends ce matin la réponse
du commandant à mon télégramme
au sujet du jour de son départ.

Veuillez agréer, mon cher
Monsieur Zahn, avec mes remer-
ciments, l'assurance de mes sen-
timents dévoués.

Rio-Branco



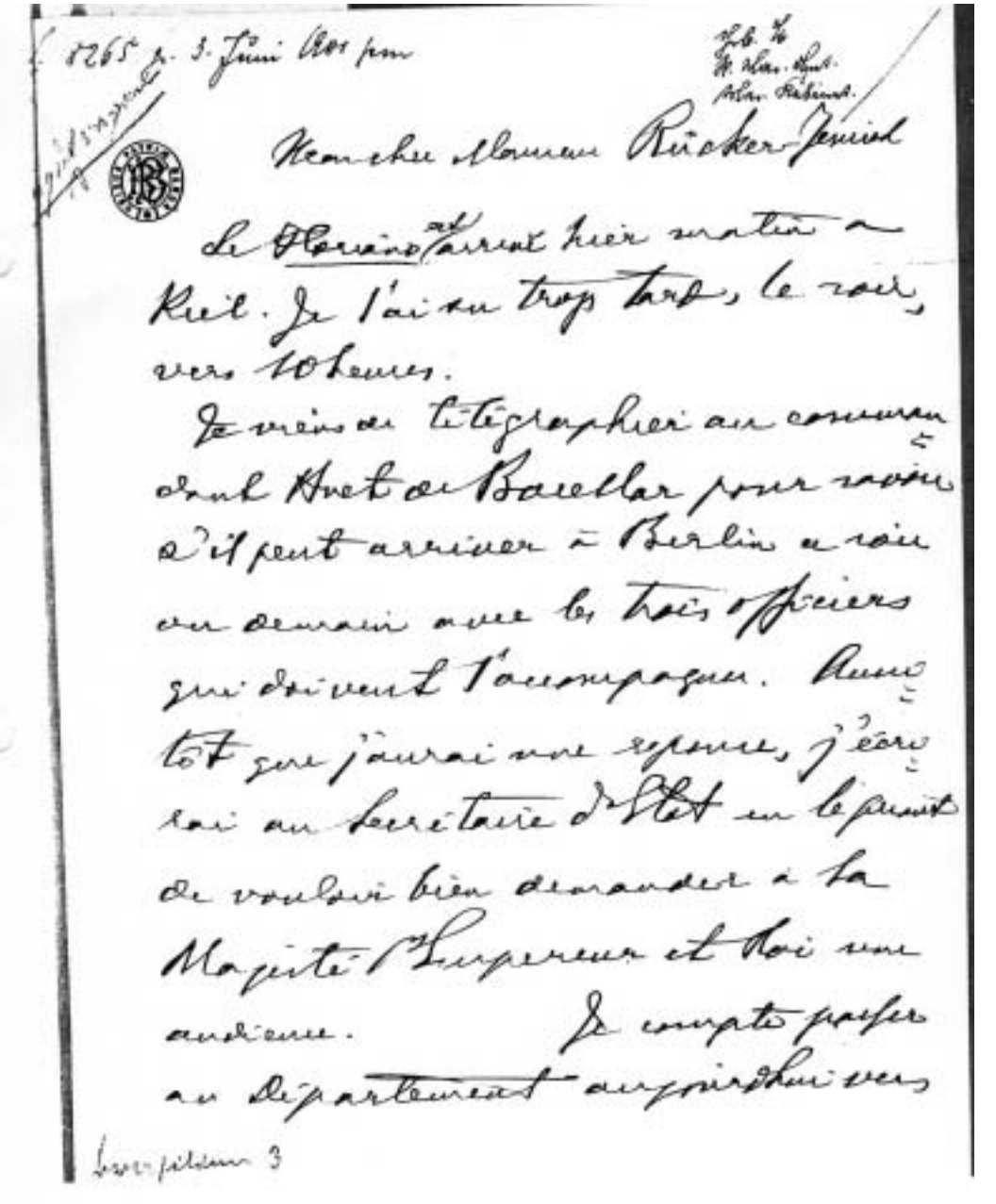
A 8185 Rpp. 1. Juin 1901. p. cm.

Cher Monsieur Pichon-Jouard

Le Navarre est parti du Havre dans la soirée du vendredi, 30 Mai, et je crois qu'il doit arriver aujourd'hui à Kiel. Si je reçois la nouvelle de son arrivée, je m'empresserai de vous la transmettre.

Veuillez agréer, cher Monsieur, les nouvelles assurances de mes sentiments très dévoués.

Palace Hôtel
le 1er Juin 1901. Invitation 3



8265 p. 3. Juin 1901 pm

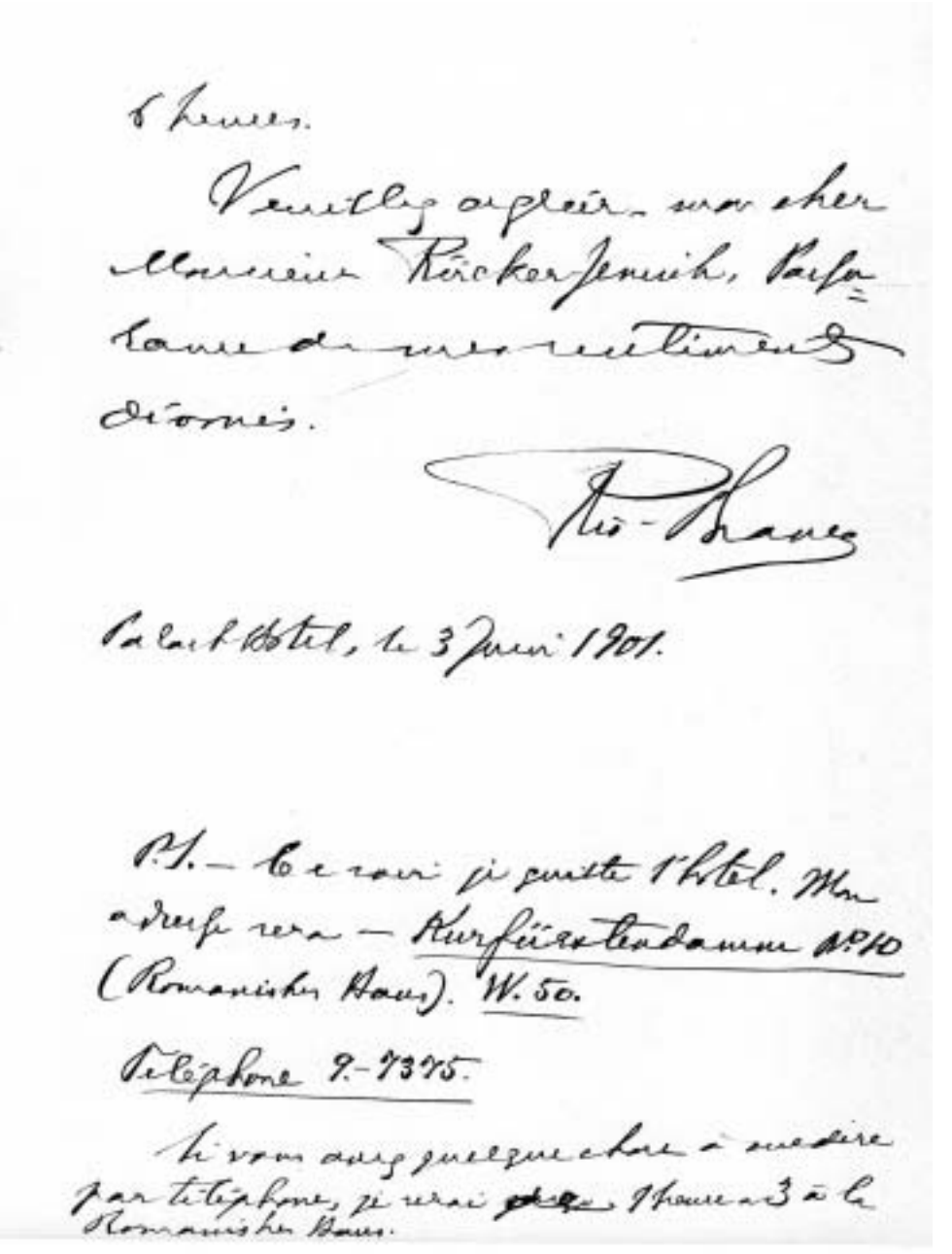
Zu 8265 pr.
W. Han. Ges.
Han. Reisend.

Mon cher Monsieur Rücker-Jenisch

Le Florino arrivait hier matin à Kiel. Je l'ai vu trop tard, le soir, vers 10 heures.

Je viens de télégraphier au commandant Huet de Bacellar pour savoir s'il peut arriver à Berlin ce soir ou demain avec les trois officiers qui doivent l'accompagner. Aussitôt que j'aurai une réponse, j'écrirai au Secrétaire d'Etat en le priant de vouloir bien demander à Sa Majesté l'Empereur et Roi une audience. Je compte passer au département aujourd'hui vers

Voir pièce 3



8 heures.

Veuillez agréer mon cher Monsieur Röcker-Jenrich, l'assurance de mes sentiments distingués.

Rio-Branco

Palace Hotel, le 3 Juin 1901.

P.S. — Ce soir je quitte l'hôtel. Mon adresse sera — Kurfürstendamm N.º 10 (Romanischer Haus). W. 50.

Téléphone 9-7375.

Si vous avez quelque chose à me dire par téléphone, je serai chez moi demain à 3 à la Romanischer Haus.

A. 8905, fa. 4 Juni 1901 p.m.

16

Légation des Etats-Unis du Brésil
Berlin, le 4 Juin 1901.

Monsieur le Secrétaire d'Etat,

En me référant à la note adressée à Votre Excellence le 1er Février par la Légation du Brésil, j'ai maintenant l'honneur de Lui annoncer l'arrivée à Kiel du cuirassé brésilien le Floriano et de La prier de vouloir bien prendre les ordres de l'Empereur et Roi au sujet du jour et de l'heure où Sa Majesté daignera recevoir le Capitaine de Vaisseau Huet de Bacellar, commandant ce bâtiment de guerre, ainsi que les trois officiers qui doivent l'accompagner: les Capitaines Arthur Thompson et Carlos Noronha et le Lieutenant Adalberto Nunes.

Le Floriano devant avoir l'honneur de faire visite le jeudi prochain, 6 Juin, par Leurs Altesses Royales le Prince et la Princesse Henri de Prusse, le commandant Huet

A Son Excellence
Monsieur le Baron de Richthofen,
..

de Bacellar et ses officiers s'empresseront de venir attendre dès le lendemain, à Berlin les ordres de Sa Majesté l'Empereur et Roi.

Je saisis avec plaisir cette occasion, Monsieur le Secrétaire d'Etat, pour renouveler à Votre Excellence les assurances de ma plus haute considération.

Rio Branco.

- VENDA DE EQUIPAMENTO MILITAR ALEMÃO AO BRASIL

A Casa Krupp empenhava-se ativamente em ampliar sua presença no Brasil. O Presidente Campos Salles estivera nas instalações da empresa em sua viagem à Alemanha antes de assumir o cargo. Rio Branco, mais adiante igualmente convidado pela empresa, viajou a Essen em 3 de dezembro de 1901. Anota em seu diário no dia 4: "Cheguei a Essen às 6:44 da manhã. Octavio Haupt esperava-me na estação. Com ele segui num carro da Casa Krupp para a residência destes em Auf den Hugel. Às 8:½ primeiro almoço com a família. Com Krupp e o General von Ardenne visitamos das 9:½ ao meio dia a propriedade e suas dependências." Não há registro, porém, da substância das conversações.

A correspondência oficial deixa claramente entrever a importância atribuída ao tema pela parte alemã. Em ofício datado de 30 de dezembro de 1901, a Legação imperial no Rio de Janeiro assinalava a preocupação da Krupp com a concorrência francesa:

> "A representação comercial local da empresa Krupp, muito zelosa e aplicada, não acredita que o Presidente esteja em condições de outorgar, a esta altura, encomendas importantes. Porém não deixa de estar preocupada, uma vez que, na sua opinião muito justa, já uma pequena encomenda junto à Schneider, em atenção a suas insistente gestões. Isto poderá representar uma derrota importante para a Krupp, algo que terá possivelemente conseqüências irritantes no futuro".

Em 1902, o interesse alemão em aumentar a presença de suas empresas no fornecimento de equipamento militar ao Brasil assumiu proporções ainda mais notáveis. Acirrava-se a competição, em particular entre a Krupp e a empresa francesa Schneider. Rio Branco anotou no diário de 15 de abril de 1902 a chegada do 2º. Tenente Armando Duval Sergio Ferreira, encarregado de "assistir ao fabrico das baterias torpedeiras encomendadas à casa Krupp e praticar no fabrico da pólvora".

Os arquivos alemães contêm diversos relatórios sobre o tema da venda de armamentos e, em particular, correspondência trocada entre o Ministério do Exterior e a Direção da Krupp a propósito do fato de o Exército Brasileiro ter enviado alguns canhões e obuses fabricados pela firma alemã para "reparos" e "melhoramentos" na França e na Inglaterra. Isto foi

considerado como um agravo pelo lado alemão. Preocupavam-se especialmente os representantes alemães com a existência de setores nas Forças Armadas brasileiras ligados à França. Em carta de 23 de abril de 1902 dirigida ao Secretário de Estado Richthofen, o Diretor da Krupp, Senhor Friedrich Krupp, relata suas preocupações quanto ao acesso ao mercado brasileiro.

O texto merece ser citado em sua íntegra:

"ESSEN, Prússia Renânia, em 23 de abril de 1902

Excelência,

Tenho a honra de expressar-lhe, em nome de Sua Excelência Friedrich Alfred Krupp, o mais profundo agradecimento pela comunicação datada do dia 10 do mês corrente, pela qual encaminhou relatório do Ministro Imperial em Petrópolis, do dia 14 do mês passado, sobre a concorrência francesa na venda de material bélico.

Conforme mencionado no relatório do Sr. Ministro, irei despachar ao Rio o protótipo de um obus de campanha para ensaios comparativos no local, construído especificamente para as condições brasileiras e que deverá ser embarcado no final deste mês.

Em seu tamanho e características balísticas, o obus corresponde aos requisitos definidos pela artilharia brasileira – o que não é o caso no obus de teste apresentado pela empresa Schneider, de Le Creusot.

Enviarei ao Brasil o Primeiro Tenente von Restorff, para que apresente o obus. Nessa missão especial, irá assistir, com seus conhecimentos técnicos, a meu representante comercial e manterá os contatos com os oficiais interessados. Espero que o Sr. Von Restorff, que já viajou ao Exterior várias vezes, seja a pessoa indicada para as condições locais e que sua presença possa preencher, de forma eficaz, o vazio apontado no relatório do Sr. Ministro quanto à atividade do capitão Gallonier.

Ficaria profundamente grato se Vossa Excelência tivesse a gentileza de recomendar o Sr. von Restorff junto ao Ministro Imperial, que dá prova de seu interesse nas minhas atividades em todos os seus relatórios que até hoje chegaram ao meu conhecimento.

Sem dúvida, a encomenda brasileira de um número ainda não definido de baterias de obuses,o que seria de esperar após a conclusão dos testes,

será arduamente disputada entre os diversos concorrentes. E apesar de todas as vantagens técnicas que apresenta o obus que irei demonstrar – as simpatias que tem o Ministro de Guerra, Marechal Mallet, para com os franceses, serão de crucial importância para a decisão. Essas simpatias se explicam com a origem do Marechal e são sustentadas por intervenções evidentes por parte do representante diplomático francês em favor de Creusot, intervenções essas que muito ultrapassam os habituais limites da discrição diplomática.

Diante dessas circunstâncias, esperaria um fundamental progresso nas minhas perspectivas comerciais, caso pudesse o Ministro Imperial ser autorizado a fazer valer, em momento oportuno, toda a sua autoridade moral em favor da outorga da referida encomenda à minha empresa. Tais providências se justificam sobretudo porque o Governo brasileiro ainda me deve satisfação – que já fora exigida pelo Ministério do Exterior e pela Missão Imperial em Petrópolis há anos.

Sem entrar demais em detalhes, gostaria de lembrar que, naquela altura, me vi ofendido pelas difamações na imprensa e ainda pelo comportamento grosseiro do general Luz por ocasião da minha última remessa de obuses. A grosseria culminou no envio dos meus obuses para fábricas de canhões inglesas e francesas, alegando necessidade de aprimoramento. Em 26 de março de 1898, Vossa Excelência teve a gentileza de receber pessoalmente o memorando que relatava esses acontecimentos, para buscar a devida satisfação por intermédio do Ministro brasileiro em Berlim.

Mas apesar da intermediação em favor de meus interesses, me foi dada satisfação apenas parcial.

Em 4 de abril de 1898 o antigo Ministro de Guerra brasileiro declarou, com poucas palavras dirigidas a meus representantes, que – contrariamente às acusações feitas contra mim – eu teria cumprido todas as disposições do nosso contrato. No entanto, a restituição dos meus obuses, fornecidos aos meus concorrentes em meu prejuízo material e moral, embora tivesse sido prometida diversas vezes, não se deu de um modo que tivesse refletido de alguma forma a satisfação que se me devia. Ao invés de exigir a pronta devolução, o lado brasileiro procurou ganhar tempo com falsas promessas até que foram concluídos os alegados melhoramentos. Ainda por cima, com vistas a dar satisfação

às fábricas "melhoradoras" e contrariando todas as promessas que me foram feitas, os obuses ainda foram usados em testes no Brasil.
Graças à correspondência mantida aqui com o Ministro Conde de Arco-Valley, a Missão Imperial em Petrópolis está a par de todos os detalhes dessas ocorrências.
Movido pelo desejo de melhorar novamente as nossas relações, que tradicionalmente têm sido muito boas, resolvi trocar – sem que estivesse obrigado por promessas ou outros acordos afins – por uma pólvora que não produz fumaça aquela pólvora preta ordinária que tinha sido adquirida juntamente com as 30 baterias de obuses de campanha pela exclusiva vontade da Artilharia brasileira e a despeito de conselho contrário da minha parte. Demonstro, assim, a minha boa vontade, pela qual espero ter a devida resposta e consideração.
Permiti-me citar esses detalhes porque poderiam servir de referência no caso de uma eventual intervenção por parte do Sr. Ministro.
Meus representantes no Rio foram autorizados a dar ao Sr. Ministro quaisquer informações sobre as ocorrências e a atual situação.

Subscrevo-me, com a expressão de minha mais profunda estimação,

Fried. Krupp
A Diretoria
[ppa. Otto Eccius e Carl Menshausen[28]]"

Anexo à carta, figura o seguinte projeto de aide-mémoire que se propunha entregar ao Barão do Rio Branco em Berlim:

"Pour le fait que quatre canons de campagne de sa construction avec de la munition ont été livrés à des maisons rivales en France et en Angleterre pour être transformés, la maison Krupp se voit doublemente lésée d'une manière sans précédent, attendu que non seulement des détails de construction secrets sont dans les mains de sa concurrence, mais qu'aussi sa renommée de fabricant doit souffrir par suite de cette mesure blessante.

[28] Otto Eccius (1868-1937) e Carl Menshausen (1847-1909), diretores da KRUPP naquela altura; resultado de um pedido de informação junto ao arquivo da Fundação Krupp.

La maison proteste contre ce procédé portant préjudice à ses intérêts et faisant preuve d'une partialité injustifiée, procédé qui est en contradiction directe avec des déclarations faites à plusieurs reprises par le président et les ministres de la guerre décédé et actuel vis-à-vis du ministre allemand et du lieutenant-colonel Leydhecker et d'après lesquelles la maison a rempli son contrat et avait donné toutes les preuves de bonne volonté.

La maison Krupp demande que la satisfaction officielle promise à plusieurs reprises lui soit donnée par écrit et que le matériel livré aux maisons rivales leur soit retiré immédiatement par des ordres télégraphiques aux ministres du Brésil en France et en Angleterre, qui seraient chargés de garder le matériel au moins jusqu'à ce que la commission dernièrement nommée ait donné son opinion.

La maison Krupp regrette infiniment ce désagréable état de choses dû uniquement à l'animosité du Général Luz et ne désire rien plus ardemment que de voir rétablies les relations excellentes qu'elle s'est toujours efforcée à maintenir dans de bons et de mauvais jours avec le Gouvernement Brésilien".

Não há registro nos arquivos do Itamaraty ou do Ministério do Exterior alemão de que o aide-mémoire tenha sido efetivamente entregue. Se o foi, terá sido tratado por Rio Branco de maneira a não deixar traços. Após sua malfadada experiência no episódio da visita do **Floriano**, o Barão terá tido um cuidado ainda mais extremo em evitar que temas de natureza militar se imiscuíssem nas relações políticas bilaterais. A documentação alemã revela, porém, que toda vez que os interesses econômicos e comerciais alemães estavam em jogo o Ministério de Assuntos Exteriores não hesitava em usar os canais diplomáticos para promover os objetivos da indústria bélica alemã. No Brasil, possivelmente, a coordenação entre as autoridades militares e civis não se fazia de forma igualmente fluente.

Devido às eficientes gestões do lado alemão, o fato é que as relações do Exército Brasileiro com a Krupp se normalizariam a seguir com a instalação em Essen de uma comissão brasileira de compras de material de Artilharia.

A correspondência alemã mostra ainda uma preocupação constante com o prestígio das Forças Armadas e do equipamento fabricado no país. Em ofício de 30 de julho de 1901, ao comentar a visita do Presidente Campos Salles à belonave alemã **Vineta,** surta no Rio de Janeiro, o Ministro von

Treutler, assinalaria o fato do seu colega americano não ter deixado passar a oportunidade de pressionar o Presidente Campos Salles para que visitasse igualmente o navio americano **Atlanta** também presente no porto do Rio "para o que não havia qualquer outra razão senão o medo de que nós pudéssemos ofuscar os americanos". Na verdade, conclui o Ministro, "a Alemanha pode ficar contente com a comparação, não só entre os barcos, mas também entre as recepções havidas a bordo."

Anteriormente, o **Vineta** fizera uma longa travessia por portos brasileiros: Recife, Salvador, Santos, Desterro e Rio de Janeiro.

O "Relatório Político-Militar" do comandante da Embarcação, datado de 28 de maio de 1901 descreve sua passagem por cada um dos portos brasileiros. Acompanhado dos respectivos Cônsules alemães, o comandante do Vineta ofereceu recepção a bordo e visitou os Governadores de Pernambuco e Bahia e o Prefeito de Santos. No porto santista, observou o comandante, já se contavam 500 membros da colônia alemã. O Brasil, anotou ainda, exportava então anualmente 12 milhões de sacas de café, das quais 8 milhões a partir de Santos e destes, a metade, 4 milhões, destinavam-se à Alemanha, mais precisamente à Casa Theodor Wille em Hamburgo. Por Santos passavam também produtos manufaturados alemães: máquinas, material ferroviário, produtos "eletrotécnicos" e siderúrgicos. Os negociantes alemães, porém, queixavam-se da baixa dos preços internacionais do café devido à super-produção brasileira. O Comandante, deixando entrever certos preconceitos, faz menção à presença em Santos de muitos trabalhadores italianos que " devido a sua conhecida falta de ambição são tidos como os chineses da Europa".

A visita a Desterro foi encurtada por determinação do Estado Maior. Haviam surgido vários comentários na imprensa brasileira "certamente provindos de Londres ou dos EUA", segundo as quais, após a intervenção na Venezuela (cobrança de dívidas) a Alemanha tinha instruções de se apropriar das províncias do sul do Brasil. A missão do **Vineta** seria, segundo os rumores que corriam no Brasil, a de reconhecer o terreno para preparar a intervenção alemã.

Estas notícias não impediram que o **Vineta** fosse recebido com todas as honras de estilo no porto do Rio de Janeiro, seguindo depois viagem para Montevidéu.

XI - Temas financeiros e comerciais

- EMPRÉSTIMO DE MINAS GERAIS

Vários meses se passaram desde que, logo ao assumir o posto, o Barão fora confrontado com reclamações do setor financeiro alemão quanto ao não pagamento do empréstimo tomado para a construção da ferrovia Oeste de Minas. O assunto aparentemente esteve por algum tempo fora da agenda diplomática. Em 29 de janeiro de 1902, porém, o Barão relataria, em ofício de 6 de fevereiro, que fora abordado em jantar social pelo Subsecretário de Estado von Muhlberg, o qual lhe mencionou "por primeira vez as queixas dos possuidores de títulos do empréstimo feito em 1889 na Alemanha".

Rio Branco reagiu com toda serenidade. Disse que, embora não tivesse recebido informações do Brasil a respeito do tema, "sabia particularmente que o empréstimo fora feito à Companhia da Estrada de Ferro do Oeste e não ao Governo de Minas Gerais ou ao Governo brasileiro". E procurou desviar o "locus" da gestão, retrucando a seu interlocutor que, "tratando-se de reclamação de alemães apoiadas, segundo ele me dizia, pelo seu Governo, era à Legação da Alemanha no Brasil que cabia a apresentação e a defesa das mesmas".

Von Muhlberg aparentemente aceitou a colocação de Rio Branco mas, dado que "tinha instruções para insistir na defesa dos interesses alemães" e que as gestões no Rio de Janeiro não haviam sido frutíferas, insistiu em

enviar-lhe uma memória sobre a questão com o pedido de que o Barão a transmitisse ao Governo federal e "chamasse sua atenção sobre a conveniência de um arranjo satisfatório que pusesse termo prontamente ao clamor dos prejudicados". O Barão não podia senão concordar com a solicitação.

Em 3 de fevereiro, Rio Branco efetivamente recebeu uma nota do Ministério do Exterior, junto à qual se encontrava a memória antecipada pelo Subsecretário Von Muhlberg. O pormenorizado memorial alemão (3 documentos) foi anexado, sem comentários, ao ofício do dia 6. A nota propriamente dita, porém, não foi remetida ao Rio de Janeiro.

O procedimento que seguiu para dar andamento ao tema revela a extensão da fineza diplomática do Barão do Rio Branco e o sentido aguçado da dignidade soberana do Estado que sempre caracterizou a sua conduta. Constitui ainda interessante exemplo de como as sutilezas diplomáticas podem e devem ser adequadamente empregadas para resguardar sensibilidades governamentais.

Em comunicação particular da mesma data ao Ministro Olyntho de Magalhães, Rio Branco enviou efetivamente a nota e explicou que deixara de anexá-la ao ofício formal "porque não me agradaram os termos em que está redigida e desejo pedir ao Senhor Von Muhlberg que os modifique".

O motivo do desagrado do Barão era o seguinte: na nota original, von Muhlberg, após referir-se ao encontro que havia tido sobre o assunto com Rio Branco, pedia: "*...je vous serais très reconnaissant de vouloir bien appeler l'attention de votre Gouvernement sur la question et de lui recommander d'accorder aux interêts allemands la considération qu'ils méritent*".

Em nova comunicação particular e confidencial ao Ministro datada do dia seguinte, Rio Branco conta que voltou a von Muhlberg e disse-lhe ter achado "bastante duro" o trecho em itálico. Argumentou que "não podia fazer semelhante recomendação, nem devia (prestar-se) a ser o transmissor de documentos pouco agradáveis".

Revelando compreensão, Von Muhlberg aceitou as ponderações do Barão e, bem assim, sua sugestão de redação. A nota original foi restituída e já em ofício do dia 7, Rio Branco encaminharia a segunda versão, mais apropriada, a seu ver, à dignidade do Governo brasileiro. O trecho questionado por Rio Branco foi substituido por outro mais suave: "*...je vous serais très reconnaissant de vouloir bien appeler l'attention de*

votre Gouvernement sur la question et de lui exprimer l'espoir du Gouvernement Imperial qu'il ne manquera pas d'accorder aux interêts allemands la considération qu'ils méritent" (textos originais em francês, como era o costume diplomático da época).

Em março, Rio Branco voltaria ao assunto com o Rio de Janeiro. Por ofício do dia 13 relatou a publicação no principal jornal de Colônia (**Kölnische Zeitung**) de editorial sobre as reclamações alemãs. Redigido em termos que Rio Branco qualificou de "muito fortes", o artigo começa tratando da questão da Oeste de Minas e "pedindo ao Governo alemão que proceda com a energia com que a França tem sabido proceder na defesa dos interesses de seus nacionais", refere-se ao "pronto e satisfatório arranjo da reclamação dos credores franceses do Estado do Espírito Santo".

O caso do Espírito Santo, segundo a notícia do jornal alemão, referia-se a um empréstimo tomado em 1894 pelo Governo do Estado no valor de 17,5 milhões de francos. "Este dinheiro dissipou-se em pouco tempo na construção de teatros, quartéis e palácios que até hoje não foram acabados e n'uma estrada de ferro cuja continuação exigiu finalmente outros 2 milhões". Posteriormente o Estado declarou-se insolvente para com os credores estrangeiros. Diante da recusa do governo estadual em pagar a dívida - que teria sido acompanhada de exortações ao Governo federal para que protegesse o Espírito Santo de eventuais medidas retaliatórias francesas que atentariam contra a soberania territorial do Brasil – o Governo francês "tomou conta da questão com uma energia que merece ser imitada....responsabilizando o Governo federal pelas obrigações contraídas por qualquer Estado da União e exigindo que os coupons vencidos fossem pagos imediatamente". Aparentemente, ainda segundo o editorial do jornal de Colônia, o Governo do Rio de Janeiro hesitou, o que levou Paris a ameaçar "uma demonstração naval diante do Rio de Janeiro". Em poucos dias, afirma-se, "o assunto ficou arranjado a contento dos credores franceses".

Há também referência a um problema supostamente ocorrido em São Paulo com imigrantes italianos, que só teria sido resolvido após o Governo italiano haver ameaçado suspender totalmente a emigração de seus nacionais para o Brasil.

As referências à credibilidade do Brasil são muito depreciativas: "Este caso é sumamente característico da leviandade com que os brasileiros

contraem obrigações de direito qundo precisam de dinheiro e tratam de livrar-se delas quando começam a lhes ficar onerosas".

O editorial refere-se ademais à alegação de que "no Estado do Rio Grande do Sul os alemães andam sendo despojados das terras que compraram sob o pretexto de que os antigos títulos de propriedade dos primeiros e remotos vendedores não eram regulares ou legítimos" e pede ações enérgicas do Governo alemão a exemplo do que fizera o italiano, para proteger os colonos alemães, observando, inclusive, que, apesar de que a maior parte deles "tenham perdido, por ocasião da naturalização de 1890, a sua qualidade de cidadãos alemães no Império Alemão, não faltarão meios para defender seus filhos contra essa violação dos seus direitos".

Rio Branco manifestou então ao Rio de Janeiro que "estimaria ter dados positivos para fazer desmentir a notícia das violências ou injustiças atribuídas ao Governo do Rio Grande do Sul e que não podem ser exatas". E referiu-se adiante no seu ofício a artigo aparecido no jornal parisiense "**Le Temps**", no qual se lê: "*le même syndicat de banques allemandes qui presse le gouvernement de Guillaume II d'agir vigoureusement au Vénézuela pour qu'il soit donné satisfaction à leurs interêts engagés dans le chemin de fer de Caracas à Valencia, s'agite pour que le même gouvernement intervienne énergiquement ao Brésil*".

O jornal francês antecipa que

> *"les bonnes relations établies entre l'Allemagne et les Etats Unis par le voyage du Prince Henri détermineront le gouvernement américain à se départir des rigueurs de la doctrine de Monroe pour laisser le cabinet de Berlin liquider à son aise les questions d'interêt qu'il a en souffrance dans les républiques sud-américaines".*
> *Mas previne:*
> *"Toutefois, il est à croire que l'Allemagne qui a reculé jusqu'ici devant l'ultimatum au Vénézuela hésitera encore plus devant une action au Brésil".*

Assim, de fato, ocorreu. O caso da Venezuela terminou com uma intervenção conjunta teuto-estadunidense, enquanto os casos de Minas Gerais e do Rio Grande do Sul terão encontrado alguma solução amistosa: não tornam a aparecer na correspondência de Rio Branco com o Rio de Janeiro nem nos maços do Arquivo do Ministério do Exterior alemão. Todas as indicações apontam para a ocorrência de alguma solução pragmática para estas questões.

É de imaginar-se a apreensão do Barão com estas perspectivas de conflito que, se materializadas, poriam em sério risco as relações entre o Brasil e a Alemanha e, por conseguinte, o êxito de sua missão em Berlim.

- DIREITOS DA CHINA

Por despacho de 27 de agosto de 1901 (recebido em 17 de setembro), o Itamaraty solicitou à Legação em Berlim consultas às autoridades alemãs a respeito de um acordo entre os países "aliados" sobre direitos de exportação. Os EUA haviam pedido oficialmente o consentimento do Brasil para a execução deste suposto acordo. O Brasil estranhava que a "Alemanha e as demais Potências representadas em Peking" não haviam feito igual pedido.

A resposta do Barão, contida em Ofício de 29 de outubro daquele ano, bem demonstra o acesso que tinha aos altos escalões de Berlim. Relata que conversou três vezes sobre o tema com o Secretário de Estado Barão von Richthoffen no Ministério do Exterior até que este explicou, em jantar a ele oferecido na Residência da Legação, que

> "sendo onze as Potências que tomaram parte nas negociações de Peking, não era necessário que fizessem todas (ao Brasil) igual pedido; bastava que uma o fizesse e comunicasse a resposta às outras e por isso dividiam entre si o trabalho".

Este é talvez um dos primeiros testemunhos autênticos de uma tendência ainda prevalecente nos dias atuais no sentido de considerar que os assuntos que de alguma forma envolvam interesses comuns das Grandes Potências em relação a países latino-americanos devam ser conduzidos pelos EUA. Revela igualmente, o que não deixa de ser significativo, o grau de coordenação entre as Potências européias e os EUA em temas ligados ao comércio com a China.

Mostra ainda como existia inversamente uma certa descoordenação entre o Rio de Janeiro e as Legações do Brasil no Exterior. Rio Branco foi informado pelo Secretário de Estado alemão de que o Brasil

> "respondera prontamente ao acordo respondendo neste sentido à consulta da Legação norte-americana em nota que lhe havia sido encaminhada pelo Ministro alemão no Rio". Rio Branco termina o seu despacho secamente: "Concluo pois que (o Ministro alemão) se explicou

posteriormente convocado a tal respeito e que lhe destes cópia da resposta ao Ministro americano..."

- COMÉRCIO BRASIL-ALEMANHA

Rio Branco acompanhava pontualmente os temas comerciais de interesse para o Brasil. Em ofício de 30 de dezembro de 1901, remeteu ao Rio de Janeiro resumo do projeto de reforma da "Tarifa das Alfândegas" submetido ao Conselho Federal e à Câmara dos Deputados pelo Governo imperial. Havendo comparado as novas tarifas com as até então vigentes, Rio Branco assinala: "Podereis assim ver que o Governo alemão não propôs aumento de direitos que possa prejudicar a nossa exportação para este país".

E quais eram estes produtos? O quadro preparado pelo Barão mostra que muitos eram, em linhas gerais, os mesmos que até hoje compõem a pauta de exportações agrícolas brasileiras: milho, arroz, algodão, tabaco, produtos manufaturados com tabacos, erva-mate, bananas, laranjas, ananás, café cru, café torrado, cacau cru, cacau tostado, pimenta, goma elástica, lã de carneiro, crina de cavalo, couros e peles, chifres, mandioca, tapioca, araruta e sagu, açúcar e aguardente.

O quadro mostra também como já se perfilava algo que até hoje nos prejudica e que ainda não foi possível resolver nas negociações comerciais multilaterais: a escalada tarifária! O "tabaco (fumo) em maços de folha, não preparado, só fermentado ou seco" pagava 85 marcos por 100 kg. Já o tabaco em folhas preparadas no todo ou em parte; o tabaco para mascar, o rapé e o fumo em rolo ou em pó pagavam 180 marcos; os charutos e os cigarros 270. O café cru pagava 40 marcos; o torrado 60 (este último segundo anotação feita no quadro "não vem do Brasil"). O cacau cru em favas pagava 35 marcos por 100 kg; o tostado 45; o açúcar pagava 40; a aguardente 160.

Estes dados revelam com bastante singeleza e precisão de quão longe vêm as distorções todavia existentes no comércio internacional de produtos primários!

XII - A questão do Acre

Em junho de 1902, Rio Branco defrontou-se com um tema que teria grande incidência sobre sua futura atuação como ministro das Relações Exteriores do Brasil: a questão do Acre. Telegrama recebido do Rio de Janeiro no dia 7 daquele mês dava-lhe conta de notícias segundo as quais a companhia que havia arrendado o Acre do Governo boliviano cogitava transformar-se em companhia internacional, de maneira a assegurar o apoio das Potências européias. Circulavam rumores de que o Chanceler da Alemanha, sondado a respeito por um certo Sir William Conway (presidente da Associação de Autores Britânicos e autor de um livro sobre os Andes bolivianos), parecera disposto a considerar o assunto favoravelmente. A instrução era clara: Rio Branco deveria informar-se e conversar com o Chanceler pois "convém que as Potências, sobretudo a Alemanha, não se envolvam neste negócio que lhes não interessa e que nos pode criar dificuldades e perigos pois a fronteira não está demarcada".

Em ofício do dia 12 de junho, Rio Branco admite ter conhecimento do assunto apenas pela imprensa européia e brasileira. Adianta, porém, que já havia feito contacto com seu colega em Londres. Esclarece, em seguida, não ser prática em Berlim que o Chanceler receba os Ministros Plenipotenciários: mesmo em recepções ao Corpo Diplomático apenas os cumprimenta rapidamente, detendo-se a conversar apenas com os Embaixadores e representantes dos estados da Alemanha. "Se lhe pedisse audiência, seria

preciso esperar muitos dias e desgostaria o Barão de Richthofen, que na sua qualidade de Secretário de Estado e membro do Gabinete, é quem recebe os Embaixadores e Ministros", argumenta em seguida, com toda razão.

Rio Branco solicitou, então, audiência a Richthofen, que o recebeu no dia seguinte em sua casa: outra demonstração do acesso de que desfrutava o Ministro do Brasil em Berlim. Havendo-lhe posto em antecedentes, Rio Branco comentou que o Governo brasileiro não acreditava que "tais boatos" tivessem fundamento, mas que ainda assim o encarregara de informar o Governo imperial, primeiro, de que a fronteira entre o Brasil e a Bolívia ainda não estava demarcada "nessas partes"; e segundo, de que "de sua boa amizade esperamos que se não envolva em questões como essa, o que seria sumamente desagradável para nós ...que estamos em negociações com a Bolívia".

Palavras certeiras e duras. Somente um representante diplomático de muito peso e prestígio como Rio Branco poderia sentir-se em condições de usá-las!

Richthofen conhecia o tema. Disse ao Barão que ele (não o Chanceler) de fato havia recebido (depois admitiria que por recomendação do Embaixador alemão em Londres, Conde Wolff Metternich) a visita de William Conway, acompanhado de um norte-americano. Ambos haviam-lhe mostrado um mapa no qual estava traçada a fronteira entre o Brasil e Bolívia, assegurando-lhe de que "o território arrendado era incontestavelmente boliviano". O objetivo dos visitantes, segundo Richthofen, fora o de pedir apoio ou recomendação do Governo imperial para que alguns Bancos alemães "entrassem nesse negócio, que daria lucros imensos" em associação com os americanos e os ingleses. Richthofen afirmou que não lhes prometera nada além de estudar a questão. E perguntou a Rio Branco, certamente em tom desafiador, como o Governo brasileiro poderia impedir que o Governo boliviano arrendasse parte do seu território a uma companhia estrangeira?

Após argumentar que o Brasil esperava convencer a Bolívia "de que haveria perigo ....em levar para diante o projeto de arrendamento, abdicando nas mãos de estrangeiros a sua soberania", Rio Branco voltou a ser incisivo junto a seu alto interlocutor alemão: "estamos resolvidos a embaraçar por todos os modos a realização do projeto". E arrematou: "Nisto nos achamos de acordo com outros Governos da América do Sul". Declarou também que existia litígio entre o Peru e a Bolivia sobre o território

do Acre e que a população nele residente é composta em sua quase totalidade de brasileiros do Ceará, "únicos que resistem ao clima". Acrescentou ainda, de maneira a desencorajar a empreitada: "os europeus que até lá penetraram tem morrido quase todos".

O Barão foi mais adiante e procurou convencer o Ministro alemão de que, apesar de estar buscando sócios europeus, o sindicato era basicamente uma empresa norte-americana: "se puderem conseguir o que desejam esses especuladores de Nova York logo depois de conseguirem seu intento, não deixariam de suplantar pelo peso dos seus capitais o elemento europeu e de excluí-lo por fim". Mais ainda, argumentou o Barão, a iniciativa não é bem vista em Washington: "O Governo de Washington... é inteiramente estranho a essas manobras de alguns especuladores bolivianos e norte-americanos, os quais supõem que a América do Sul pode ser tratada como a África".

Ante uma indagação concreta de Richthofen, o Barão confirmou que o Governo brasileiro vinha trabalhando em Washington e em Londres para que o sindicato não encontrasse apoio oficial.

Tudo o que dissera a seu interlocutor alemão, confessa Rio Branco no ofício ao Itamaraty, fora fruto de suposição, "que julgo bem fundada", e do que pudera depreender da leitura de jornais, "porquanto, como sabeis, ignoro quanto se há passado sobre esta questão nas negociações do Rio de Janeiro, de La Paz, de Washington e de Londres".

Ao dar por finda a conversa pedindo ao Barão que lhe dirigisse carta particular sobre o objeto de sua gestão verbal, Richthofen reassegurou-lhe de que nada havia prometido aos representantes do Sindicato. Aconselhou-o, ao mesmo tempo, a indicar ao Rio de Janeiro que seria em Washington e em Londres que o Brasil deveria concentrar suas gestões – "no que tem toda a razão", observa o Barão em seu ofício. Richthofen acrescentou, porém, significativamente, que se o Brasil conseguisse impedir o arrendamento, não deveria "privar o mundo das riquezas naturais dessa região, (cabendo-nos fazer) o que dependa de nós para explorar e tirar partido delas". Richtofen fez menção a relato feito pelo Comandante de uma canhoneira alemã que havia subido o Amazonas sobre a "grande riqueza do território regado por ele e seus afluentes". É interessante observar esta clara evidência do instinto "intervencionista" europeu em torno da Amazônia, que levou os meios brasileiros a justificadamente se preocupar desde então com a chamada tendência à "internacionalização do Amazonas".

A análise seguidamente transmitida por Rio Branco ao Ministério no Rio de Janeiro revela completo domínio do que estava em jogo no caso do Acre:

> "Se a Inglaterra ou se ingleses influentes entrarem neste negócio com os americanos, é natural que os interesses políticos e as rivalidades comerciais levem outros governos europeus a não perder a ocasião de concorrer para o enterro da Doutrina de Monroe". A Doutrina, prosseguiu, "tem sido até hoje um espantalho para impedir intervenções européias e nos tem servido de muito em algumas ocasiões... O fato de aparecermos em público com conflito de interesses ou em desacordo com a poderosa República do Norte – que até aqui passava por firme aliada do Brasil – far-nos-ia bastante dano, enfraquecendo consideravelmente a nossa situação aos olhos da Europa".

Se, porém, argumenta com absoluta objetividade e clareza o Barão,

> "modificando a chamada Doutrina de Monroe, o Governo de Washington convidar agora, direta ou indiretamente, os Governos europeus a se unirem aos americanos para a exploração de qualquer trato da América do Sul e para impor a completa liberdade de navegação do Amazonas e seus afluentes, creio que dificilmente recusarão eles o convite e a nova fórmula: a América do Sul para os Americanos do Norte e para os Europeus".

Rio Branco comenta finalmente haver lido notícia na imprensa segundo a qual o Presidente Theodore Roosevelt desaprovara a atuação do representante norte-americano em La Paz favorável ao Sindicato. E conclui, dando mostras de sua visão (tão atual e relevante ainda hoje!) sobre os interesses permanentes do Brasil:

> "Faço votos para que esta notícia seja exata e para que meia dúzia de ambiciosos de La Paz e New York não consigam agora despertar a cobiça com que os Estados Unidos em outros tempos olhavam para o Amazonas, cobiça que ocasionara tantos incômodos e sobressalto a mais de um Gabinete do Império".

As comunicações de Rio Branco não tranquilizaram o Rio de Janeiro. Era preciso insistir junto a Richthofen para que recusasse apoio ao projeto do Sindicato e aconselhasse os banqueiros alemães a evitar riscos indevidos

para seus capitais. E era preciso também alcançar a comunidade financeira alemã, uma vez que notícias vindas de La Paz davam conta de interesses já manifestados por investidores alemães.

Rio Branco deu cumprimento a suas instruções. Em ofício de 19 de junho, informa haver redigido nota a ser dirigida aos banqueiros e à imprensa alemã na qual exporia as reais circunstâncias da questão do Acre, sujeita a reivindicações peruanas e brasileiras, assim como a falta de sustentação do Sindicato, concluindo: "*Il serait donc désirable que les capitaux allemands ne se risquent pas dans une entreprise qui ne pourra pas aboutir ou même commencer ses opérations sur les lieux*".

Informa ainda ter voltado a ver Richthofen, que ficara surpreso com a notícia de interesses concretos alemães já supostamente ativos no tema, reiterando não ter deles conhecimento. Acrescentou, porém, que "o Governo imperial não pode impedir que alemães no estrangeiro ou aqui entrem nesse ou outros negócios, mas que podia assegurar-me de que o Governo não se envolverá na questão do Acre".

Rio Branco tentou então, segundo relata ao Rio de Janeiro no longo e circunstanciado ofício de 19 de junho, redigir em sua presença uma nota que caracterizasse a posição alemã de maneira adequada para os interesses do Brasil. Richthofen concordou com a primeira parte da nota redigida pelo Barão, autorizando-o a dizer: "*que le gouvernement allemand ne se mêlera pas de l'affaire et que jusqu'à présent il ne sait rien d'une participation allemande dans le Syndicat*". Mas, "com certa perturbação" pediu-lhe que não acrescentasse o trecho seguinte que estava redigido nos seguintes termos: "...e se for consultado por banqueiros e capitalistas, aconselhará que não entrem nesse negócio".

O Barão comenta haver-lhe parecido natural a reação do Ministro alemão à segunda parte de sua proposta, já que não havia conversado nem com o Chanceler nem com o Imperador. Não insistiu. Deu por finda a conversa, antecipando-lhe o teor da nota que sairia no dia seguinte na imprensa alemã, por iniciativa da Legação do Brasil, alertando os banqueiros para os riscos do eventual apoio ao projeto do sindicato. A nota seria, ao mesmo tempo, remetida pelo correio para os banqueiros em Berlim, Hamburgo, Colônia e Frankfurt, assim como aos principais órgãos da imprensa provincial, ao Ministério do Exterior e aos consulados e vice-consulados brasileiros.

De volta à Legação, porém, Rio Branco, em comunicação com Joaquim Nabuco, Ministro em Londres, foi informado de que o "**Financial News**" publicara notícia, segundo a qual o investidor norte-americano que acompanhara Conway à audiência com Richthofen, Frederick Wellingford Whitridge, teria conseguido que o Deutsche Bank e outros poderosos elementos em Berlim apoiassem o Sindicato.

Sem perda de tempo, relata o Barão haver transmitido essa notícia a Richthofen. Relata também haver pedido ao Cônsul Honorário Hermann que procurasse obter informações precisas na praça. Nada foi encontrado que confirmasse a informação difundida pelo agente norte-americano. O Deutsche Bank garantiu que a notícia era inexata e que não tinha interesse no Sindicato do Acre.

Nos dias subsequentes, as notícias do **Financial News** apareceram em vários órgãos da imprensa francesa e alemã dando conta ademais da autoridade do Sindicato para "administrar fiscalmente, policiar e governar uma extensão de 80.000 milhas quadradas de florestas de seringais na Bolívia", o que, tendo em conta a reação negativa do Brasil, justificaria transformar o território numa "propriedade internacional".

Antecipando indagações que certamente lhe faria Richthofen na próxima vez que tratassem do tema, Rio Branco conclui seu ofício ao Rio de Janeiro assegurando o Ministério de que procuraria armar-se de informações seguras "para não me mostrar...inteiramente ignorante do que se tem passado nas nossas negociações de Washington, Londres, La Paz e Rio de Janeiro". Se hoje ainda é difícil montar um sistema de "*cross-information*" pontual e eficiente no Itamaraty, imagine-se o que seria naquela época!

E pede encarecidamente ao Ministério que lhe diga se poderia "com segurança afirmar que o Governo de Washington e o de Londres nem apóiam o Sindicato, nem procuram inutilizar o trabalho que fazemos em La Paz para induzir o General Pando (Presidente da Bolívia) a rescindir o contrato".

Em ofício de 2 de julho, Rio Branco deu conta do andamento do assunto. Fora novamente ver Richthofen por ocasião da audiência semanal concedida aos Ministros estrangeiros. Segundo relata ao Ministério, Richthofen, mal o viu, foi logo dizendo que a notícia relativa ao Deutsche Bank não era exata e que nenhum banqueiro ou capitalista alemão havia-se comprometido com o Sindicato. Rio Branco quis mais segurança. Mostrou-lhe novas notícias aparecidas na imprensa norte-americana. Richthofen frisou então que: "à vista das representações do Brasil, o Governo alemão não se

envolverá na questão do Acre. Não sabe que nela tenham-se envolvido alemães e duvida que tenham entrado nisso sem pedir conselho à Repartição de Negócios Estrangeiros". Ainda mais pressionado pelo Barão, Richthofen reafirmou que não poderia desaconselhar expressamente os banqueiros ou capitalistas alemães a investirem no Sindicato pois isto contrariaria "um ato do Governo da Bolívia". Mas, com vistas a "tranquilizar" o Governo brasileiro, comprometeu-se a mostrar a quem o procurasse sobre o assunto a nota que o Barão havia feito publicar, acrescentando estar informado de que o Brasil "está disposto a suscitar todas as dificuldades que puder ao Sindicato".

Rio Branco termina seu despacho dando conta ao Rio de Janeiro de todas as notícias que vinha lendo na imprensa brasileira, européia e norte-americana sobre o assunto e manifestando a expectativa de que a propalada resistência do Governo norte-americano a apoiar o Sindicato devia-se ao interesse em não afetar "a amizade do Governo e do povo do Brasil". Não há referência alguma, porém, a informações oficiais recebidas do Rio de Janeiro.

Na sua correspondência com o Ministério, Rio Branco dá também notícia de sua troca de cartas com Assis Brasil, Ministro em Washington. Ambos monitoravam a evolução das tratativas do Sindicato com muita atenção. Assis Brasil revelar-se-ia interlocutor freqüente e arguto do Barão em particular sobre o tema do Acre. De Washington, conforme se pode verificar pelos volumes publicados pelo CHDD/FUNAG **Assis Brasil, Um Diplomata da República**[29], mandaria extensa correspondência oficial e particular, revelando extrema sensibilidade para o tema do Acre. Em ofício reservado de 10 de março de 1901, já dava conta de boatos sobre a possibilidade de que o sindicato norte-americano da borracha viesse a adquirir os direitos da Bolívia sobre "o chamado território do Acre". O Brasil, diria Assis Brasil, "teria tudo a ganhar em estar prevenido para embaraçar a empresa dos bolivianos". E acrescentaria enfaticamente:

> "Nenhuma peste deve ser evitada com mais cuidado que a intromissão de sindicatos norte-americanos no coração da nossa terra, ou sequer com a serventia das nossas aguas fluviais, que eles não tardariam em reclamar, a par de mil outras vexações para a soberania nacional".

[29] Assis Brasil – Um Diplomata da República. CHDD/FUNAG, Rio de Janeiro 2006.

Em carta reservada ao Ministro Olynto de Magalhães datada de 2 de julho, Rio Branco dá conta de correspondência que lhe fora enviada em fins de junho por Assis Brasil, na qual o Ministro em Washington assegura não ter indicação de que o Deutsche Bank ou outros investidores alemães tivessem-se associado ao Sindicato. Assis Brasil comenta igualmente haver recebido do Departamento de Estado segurança de que o Governo norte-americano "nunca intervirá em coisa alguma que possa ofender a soberania ou os legítimos interesses do Brasil".

Ao Ministro, Rio Branco informa, portanto, que não poderiam ser verazes as notícias partidas de La Paz, segundo as quais os investidores alemães no Sindicato faziam maioria e se opunham à rescisão de seu acordo com o Governo boliviano. E comenta, com bastante presciência e não sem uma certa ironia:

> "A rescisão depende apenas da vontade do Governo boliviano ou da pressão que sobre ele possam fazer as nações vizinhas e diretamente interessadas no caso. A indenização a pagar ao Sindicato não pode ser grande....e a perspectiva de pagamento de uma razoável compensação aos interessados não deve assustar a Bolívia, que não é país habituado a pagar regularmente o que deve".

Apesar de continuar sem informações regulares do Rio de Janeiro, Rio Branco seguiu cuidando de observar as ações alemãs. No encontro regular das sextas feiras dos Ministros com Richthofen voltou a indagar-lhe se haveria alguma novidade. O Ministro alemão reconfirmou que não havia sido procurado por qualquer potencial investidor e que, se o fosse, os "dissuadiria de entrar no negócio". Rio Branco observaria então, sem disfarçar seu contentamento com o êxito de suas gestões: "Isto é mais do que havia prometido nas nossas anteriores entrevistas."

O Barão obteria ainda do Ministro a confirmação de que a Alemanha havia designado um Cônsul de carreira em La Paz e que seu representante em Lima seria cumulativamente Ministro na capital boliviana.

As últimas comunicações de Rio Branco sobre o tema são de 23 de julho, 30 de setembro e 1 de outubro. Na primeira, reproduz notícias de jornais que haviam chegado a seu conhecimento sobre a possibilidade de que o Governo norte-americano oferecesse seus bons ofícios para o arranjo da desinteligência entre a Bolívia, o Peru e o Brasil sobre a posse do território do Acre, dando a entender, porém, que não desejaria intervir entre os governos

interessados, contentando-se de sustentar os pedidos razoáveis formulados pelos seus nacionais que querem explorar aqueles territórios. Se for verdadeira a notícia, comenta, com certa apreensão Rio Branco, "está dado o primeiro passo para a intervenção dos Estados Unidos em favor dos interesses dos americanos que fazem parte do Sindicato".

Na segunda, registra factualmente despacho da Agência Wolff datado de Lima, segundo o qual Bolívia e Peru haviam assinado em La Paz um Tratado de Limites. E na terceira dá conta de notícia aparecida na imprensa alemã segundo a qual os brasileiros do Acre, havendo declarado a independência do território, puseram-se em estado de guerra com a Bolívia. Outra notícia, procedente dos EUA, dava conta da organização de um "trust" da borracha a fim de monopolizar a colheita na Bolívia e no Acre: o Rei dos Belgas seria um dos acionistas.

A importância dada por Rio Branco a esse tema durante sua gestão na Alemanha e a sensibilidade que adquiriu para seu potencial de gravíssimos problemas de política externa e de segurança para o Brasil certamente foram decisivas para a urgência que atribuiu logo ao assumir o Ministério à negociação de uma solução pacífica para a questão do Acre. A experiência adquirida em Berlim terá sido determinante também para a configuração da estratégia extremante sofisticada com que conduziu as negociações simultaneamente nos planos interno, bilateral com a Bolívia e internacional com os EUA.

Na realidade, muito antes de sequer ser confrontado com a possibilidade de ser feito Ministro e, portanto, sem pensar que a solução do caso do Acre viria a lhe cair nos braços, Rio Branco firmara posição contrária ao Ministro Olyntho de Magalhães. Este, relata Hélio Viana[30], acreditava que o território do Acre não era brasileiro... "É objeto de litígio entre a Bolívia e o Peru...Enquanto este litígio não for resolvido a favor do Peru, para o Brasil é território boliviano em virtude do Tratado de 1867. Não pomos portanto em dúvida a soberania da Bolívia". Rio Branco não pensava assim: Em carta a Hilário de Gouvêa de 23 de julho de 1902, tal como reproduzida por Hélio Viana, argumentaria:

> "...rompendo-se com a má interpretação dada em 1868 ao Tratado de 1867, poderia afirmar...o nosso direito sobre um território imenso, direito esse que com toda probabilidade ficaria reconhecido em processo arbitral.

[30] Helio Viana, op cit.

> Não haveria inconveniente em dizermos que tínhamos dado aquela inteligência ao Tratado somente para favorecer a Bolívia, mas que estamos resolvidos a sustentar agora a verdadeira inteligência... porque nulo o Tratado de 1777, tínhamos direito a ir muito mais ao sul, até as nascentes dos tributários do Amazonas que ocupávamos na foz e curso inferior... Podíamos perfeitamente mudar agora de política, como uma vez mudamos... Se (o Acre) não é brasileiro, com que direito havemos de procurar impedir as operações do Sindicato americano?"

Belíssimo sofisma, em torno do qual - e de muitas outras considerações - Rio Branco tecia desde Berlim a estratégia que levaria à incorporação do Acre de pleno direito ao Brasil, mediante o Tratado de Petrópolis de 1903, de forma pacífica, equilibrada e mutuamente vantajosa para a Bolívia e o Brasil. Sua atividade em Berlim a respeito do tema Acre foi comprovadamente efetiva. Memorandum interno do Ministério do Exterior alemão, datado de 3 de novembro de 1902, poucos dias antes da partida do Barão, diz textualmente:

> "O Ministro do Brasil, Rio Branco, foi hoje informado de que, segundo é do nosso conhecimento, o Deutsche Bank não participará do Sindicato do Acre. Foi igualmente informado de que o Ministro da Legação Imperial no Rio de Janeiro não se associou a seu colega francês para protestar contra o fechamento do curso do Amazonas. Este assunto, consoante as idéias alemãs, só foi tratado verbalmente com o Governo". Na realidade, conforme lhe comunicou Assis Brasil e conforme anotara em seu diário em 16 de junho "O Deutsche Bank diz que não está interessado no negócio do Acre".

Ao evitar envolvimento de capitais alemães no sindicato que pretendia explorar o Acre, Rio Branco impediu que se configurasse um perigoso precedente e uma virtual anomalia na América do Sul: o controle praticamente soberano de uma parte do território continental por uma empresa formada por capitais norte-americanos e europeus, que certamente se tornaria muito poderosa.

Mais adiante, após a solução da questão do Acre mediante o Tratado de Petrópolis, o Ministro alemão no Brasil, von Treutler, relataria a Berlim que a solução da crise, a assinatura do Tratado e o afastamento definitivo do perigo de uma intervenção norte-americana eram devidos unicamente a Rio

Branco. Em ofício dirigido ao Chanceler Von Bülow, de 15 de novembro de 1903, tal como conservado nos arquivos alemães, Teutler comentou, demonstrando não só conhecimento do tema, como uma visão bem ajustada das circunstâncias e dos métodos de operação diplomática do Barão:

> "Caiu no esquecimento o fato de que a principal conquista na disputa pelo Acre – a de anular o contrato de arrendamento e de, dessa forma, banir o perigo de uma intromissão americana – foi alcançada apenas graças a Rio Branco.
> Também se esqueceu de que foi Rio Branco quem, durante a disputa com a Bolívia, deixou o infértil solo do Direito e, com a compreensão própria a um homem de Estado, resolveu abordar a questão com base numa realpolitik. Seus argumentos partiam do princípio de que, no interesse de um desenvolvimento pacífico e frutífero, o Brasil devia absolutamente possuir terras às quais, em parte, não tivesse politicamente direito, mas que, devido à permeabilidade dos limites, foram exploradas e colonizadas quase que unicamente por brasileiros. Por outro lado, argumentou que seria mais vantajoso para a Bolívia ceder a região do Acre ao Brasil em troca de uma moderada recompensa, e assim poder solucionar, uma vez por todas, uma questão de fronteira delicada, do que apostar na possibilidade de um laudo arbitrário, por tão boa que seja. Mesmo se favorável à Bolívia, a arbitragem não seria capaz de mudar as condições naturais e fornecer a este país melhores possibilidades para dominar e explorar economicamente essas terras que, do ponto de vista da população e da situação geográfica, estão mais voltadas para o Brasil.
> Pelo visto, esperava-se que Rio Branco, com a arte da Diplomacia que lhe é própria, conseguisse convencer a Bolívia de aceitar de boa vontade as exigências brasileiras, que não apenas eram legítimas mas também aumentavam no decorrer da disputa.
> Depois de se chegar a conhecer algumas condições do contrato, ainda em negociação, certos círculos indignaram-se com o fato de que o Brasil, em troca daquelas vastas terras reclamadas, cujos rendimentos são estipulados em 6.000 contos anuais, além de uma recompensa, a ser quitada em prestações, ainda devesse ceder umas terras bastante inúteis na fronteira do Mato Grosso. As vozes que acham que o Brasil não deveria fazer concessões à Bolívia no que tange à aquisição das terras

em questão estão fortemente presentes no Senado, mas também existem no seio do Ministério, até entre os colegas do próprio Rio Branco. As motivações desse grupo devem estar fundamentadas – como muitas vezes – não em reflexões pragmáticas, mas sim, em intrigas partidárias, ou seja, pessoais. O porta-voz desse grupo é o Senador Ruy Barbosa. Rio Branco nomeara-o plenipotenciário para as negociações, devido à influência que tem e ainda em antecipação das dificuldades políticas que passaria a enfrentar na solução da questão do Acre. Ruy Barbosa, porém, livrou-se, de modo tão desleal quanto confortável, da responsabilidade que lhe fora incumbida, quando resolveu defender a posição intransigente supramencionada e se retirar das negociações.

Nessas circunstâncias parece incerto que o tratado sobre o Acre, ainda em fase de elaboração, tenha uma maioria no Senado brasileiro, mesmo se for encontrado um acordo diplomático definitivo dentro do prazo de negociação novamente prolongado. Caso rejeitado o Tratado, o cargo de Rio Branco como Ministro das Relações Exteriores tornar-se-á muito difícil. A alegação amplamente feita contra o Ministro de que apenas estaria esperando momento oportuno para se retirar a um posto de Ministro numa Legação no Exterior parece altamente contestável, sobretudo quando se leva em consideração o quanto se esforça, até para ir ao encontro das nada justas opiniões pública e parlamentar. Pelo menos os plenipotenciários bolivianos, visivelmente insatisfeitos, explicam que os repetidos adiamentos da assinatura do Tratado seriam causados pela constante mudança de atitude por parte do Barão do Rio Branco, cada vez que seus "*ballons d'essais*" a respeito da questão encontram reação desfavorável".

XIII - Colonização alemã no Brasil

A Legação e os Consulados alemães no Brasil acompanhavam muito atentamente a evolução do tema "imigração alemã" nos meios políticos e na imprensa brasileira. Os arquivos alemães contêm diversos ofícios procedentes do Brasil, assim como recortes de imprensa a respeito do significado e da importância da presença alemã no Sul do Brasil. Observa-se, tal qual no tema da venda de equipamento militar para o Brasil, uma articulação constante entre a atuação dos setores diplomáticos alemães com os interesses econômicos e comerciais ligados, de uma forma ou de outra, à presença da comunidade germânica no Brasil.

Longo despacho do **Hamburg Correspondent** de 4 de fevereiro de 1901, descreve minuciosamente o alcance das duas principais empresas alemãs envolvidas: a já mencionada Sociedade Hanseática de Colonização e a Sociedade Viária do Noroeste ("**Nordwest Bahn Gesellchaft**"). No texto ficam evidentes as vinculações entre, de um lado, as atividades de colonização e, de outro, o comércio e a indústria alemães. Transparece ademais com total clareza a preocupação com a concorrência: "Graças às atividades das colônias alemãs", registra o jornal, "temos podido vencer a concorrência com os ingleses e os franceses". Desde 1823, sublinha o correspondente, "colonos alemães trabalham no sul do Brasil. O que lá existe de patrimônio econômico foi criado em primeiro lugar por alemães...Eles representam um bastião para nosso crescente comércio...proporcionando aos produtos industriais de sua

Pátria alemã a maior difusão imaginável". A mensagem é precisa: para que isto continue a ocorrer e para que as atividades desenvolvidas pelas empresas de colonização continuem a ter êxito, elas precisam de "proteção diplomática e apoio econômico da Mãe-Pátria".

Não eram, portanto, infundados os temores de alguns setores no Brasil tal como expressos em diversos recortes da imprensa brasileira conservados no arquivos alemães. Jornais como **O Paíz**, traziam matérias intituladas "O Perigo Alemão". O **Jornal do Commercio** de 7 de abril de 1901, registra comentários ouvidos em meios políticos segundo os quais "o Imperador Guilherme pensa em readquirir sua popularidade implantando a sua autoridade nas colônias alemãs na América do Sul e abrindo assim luta franca contra a Doutrina de Monroe". **A Notícia**, de 8/9 de abril comenta que as informações sobre a pretensão do Imperador alemão "de inaugurar uma vasta política colonial na América do Sul e especialmente em territórios brasileiros ... não passam de meros canards". Provêm certamente de quem "não está satisfeito com o estreitamento das relações entre o Brasil e o Império alemão". E cita, como exemplo do fortalecimento das relações teuto-brasileiras (1) o fato de o Brasil ter como Ministro em Berlim o Barão do Rio Branco, "altamente estimado em toda a Europa por suas qualidades pessoais e reconhecida capacidade diplomática"; e (2) a nomeação do Senhor von Teutler, homem "que tem servido com o Imperador há anos como Oficial do mesmo Regimento de Hussardos", como futuro Ministro alemão no Rio de Janeiro.

As preocupações com a presença alemã no Brasil alcançavam também os meios políticos norte-americanos. No começo de 1901, Washington determinou ao Ministro da Legação dos EUA no Rio de Janeiro, Senhor Charles Page Bryan que fizesse uma viagem de inspeção pelo Sul do Brasil para averiguar se efetivamente era ou não alarmante. Preocupava-se, em particular, o Departamento de Estado com a possibilidade de que a Alemanha Imperial, em desafio à Doutrina de Monroe, se dispusesse a encetar "aventuras coloniais" no Brasil.

A Missão do Ministro Bryan foi objeto de cuidadoso acompanhamento pelas Repartições alemãs no Brasil e pela Embaixada alemã em Washington. Os arquivos alemães conservam textos como o aparecido no **Berliner Tageblatt** de 25 de maio de 1901, que descreve a competição entre os EUA e a Alemanha como uma verdadeira luta (**kampf**) que já alcançava muitas esferas econômicas e muitas partes do mundo e que poderia evoluir em direção a uma guerra. Contêm, por outra parte, vários recortes da

imprensa norte-americana com avaliações benevolentes da presença alemã no Brasil.

A Embaixada imperial em Washington enviou a Berlim sugestiva matéria aparecida no Washington Post de 8 de maio, intitulada "Os alemães no Brasil". Embora reconhecendo que Guilherme II "nutre sonhos de dominação não apenas na América do Sul, mas em todos os cantos da Terra", o jornal revela-se convencido de que no Brasil, como nos EUA, os alemães "não chegaram com o objetivo de estabelecer um núcleo hostil nas suas terras de adoção". Na mesma matéria, aparece o texto de carta enviada pelo Ministro Bryan, que, por sinal, era alemão de nascença, a um amigo em Washington, na qual o representante norte-americano afirma ter voltado de sua missão ao Sul do Brasil convencido de que não havia sentimentos anti-americanos na sociedade local:

> "*The welcome given me and my party...was royal and at times from a patriotic point of view, affecting, as when Julio de Castilhos, a political leader in Southern Brazil, aroused the throng of twelve thousand assembled to bid us good bye to intense enthusiasm with cheers America for Americans*."

Os mesmos sentimentos, afirmou Bryan, eram partilhados pelos colonos alemães,

> *"whom I repeatedly addressed in their own language". Bryan conclui sua carta dizendo-se convencido de que "the people among whom I have been, whether foreign-born or native, are thorough republicans, ready with a well equipped army and militia to defend their territory valiantly if threatened."*
> *"They recognize their obligations to the USA for the free institutions which they enjoy and for our sympathy past and present"*.

O articulista do Washington Post termina dizendo-se convencido de que os colonos alemães no Sul do Brasil não estariam intrometendo-se na política sul-americana e que serão bons cidadãos, "forças poderosas para o desenvolvimento material do país". Qualquer pretenso autocrata europeu que espere o apoio deles "está condenado a um amargo desapontamento".

Idêntica matéria aparece no **Chicago Record-Herald** do dia 9 de maio, na qual se aborda ademais a possibilidade de que toda a suposta ação alemã no Brasil não passaria de intriga de "certos imaginosos editores londrinos". No dia 11, o **Washington Evening Star** iria ainda mais adiante ao atribuir a fontes britânicas o interesse em criar um atrito imaginário entre o Brasil, os EUA e a Alemanha. Não há o menor indício, diz o **Star**, "de que o Governo de Berlim abrigue desígnios ulteriores em sua política de colonização na América do Sul que possam afetar o prestígio ou a segurança dos EUA". Ao contrário, insiste o jornal, a colonização alemã poderá trazer consigo uma regeneração que seria benvinda por toda a América do Sul:

> *"The American Body politic has been strenghtened and generally helped by the German blood which has flowed into it. The citizen of teutonic birth is today among the staunchest supporters of the American system and nothing better could well happen to the restless countries of South America than to receive a similar infusion to steady them and lead them to a more vigorous, progressive entreprise".*

Toda esta coincidência de artigos, pontualmente transmitidos pela Embaixada alemã em Washington para Berlim, sugere a eficiente ação de um "lobby" de relações públicas germânico (quem sabe apoiado pelo próprio teuto-norte-americano Bryan?) nos meios norte-americanos.

Esta possibilidade sobressai, em particular, da leitura de sugestivo ofício da Legação alemã no Rio de Janeiro, datado de 9 de abril de 1901, no qual o Encarregado de Negócios, Senhor Flöckher, realça a importância adquirida pelo Ministro norte-americano, Page Bryan, nos círculos governamentais do Brasil republicano. Segundo Flöckher, a fluência de Bryan no Rio de Janeiro, devia-se sobretudo a recomendações feitas pelo Barão do Rio Branco, seu antigo conhecido. Graças aos alegados bons ofícios de Rio Branco na sua qualidade de Ministro em Berlim, prossegue o Encarregado de Negócios alemão, Bryan logo conseguiu vencer "a forte desconfiança dos círculos governamentais (brasileiros) em relação ao Corpo Diplomático, ampliando consistentemente ao mesmo tempo o seu trânsito social ". Isto era reconhecido até, diz ainda o Encarregado de Negócios, "pelo Ministro de Portugal, Senhor Lampreia, que está há longos anos no Brasil e conta com o apoio de sua excepcionalmente amorosa esposa".

Flöckher comenta que, de ser assim tão forte a influência do Barão, o próximo Ministro alemão, Senhor von Teutler, que já era amigo de Rio Branco "conhecido como o melhor diplomata brasileiro, certamente terá êxito e gozará das melhores relações com a família republicana brasileira". E não deixa de vangloriar-se, ao relatar que ele também, embora Encarregado de Negócios, recebeu, graças às recomendações de Rio Branco, acesso aos altos círculos do Rio de Janeiro. Comenta que a mulher do Presidente Campos Salles, "que raramente aparece em público, visitou diversas vezes a minha mulher, aproveitando todas as oportunidades para ressaltar seu caloroso interesse pela Alemanha". "Ainda ontem", aduz, "esteve a Alta Senhora aqui para informar-se sobre o bem-estar de Sua Majestade o Imperador". Vangloriou-se também o Encarregado de Negócios de manter excelentes relações com o General Bocayuva, Presidente do Estado do Rio de Janeiro, a cuja mesa era freqüentemente convidado. E relatou ter ouvido diversas vezes de interlocutores brasileiros expressões de admiração pelo Imperador: "É comum que mesmo os mais inflamados republicanos digam que o futuro do Brasil estaria assegurado se um dia o país tivesse um Presidente parecido com o Imperador".

Em ofícios subsequentes, tanto Flöckher, quanto o Cônsul alemão em Porto Alegre, Ostman, fariam positivas avaliações da Missão desempenhada pelo Ministro Bryan no Sul do Brasil.

De fato, Bryan parecia particularmente solícito aos interesses alemães. O mesmo **Chicago Record Herald** publicaria em 29 de outubro de 1901, nota sobre a audiência concedida pelo Presidente Roosevelt ao Ministro Bryan, de passagem pelos EUA. Segundo o jornal, Roosevelt estava "ansioso por obter informações precisas sobre a questão da colonização alemã no Sul do Brasil". Bryan, que o jornal qualifica como "o mais popular e bem sucedido Ministro que os EUA jamais haviam enviado ao Rio", teria sido enfático ao afirmar a inexistência de qualquer desígnio colonial alemão no Brasil. Se houvesse, afirmou Bryan, "seria resistido não apenas pelos brasileiros... mas pelos próprios colonos alemães".....")o perigo de uma violação da Doutrina de Monroe pelo estabelecimento de soberania alemã no Rio Grande do Sul é algo em que ninguém no momento acredita no Brasil".

Mas nem toda a imprensa norte-americana parecia acreditar no idílico panorama traçado pelo Ministro Bryan. Os arquivos alemães conservam recortes, por exemplo, do **New York Herald**, de 2 de junho de 1901, cujo título é o seguinte: "*Pan-German Press A Danger – Profound suspicions*

of the aims of the Empire aroused in Brazil – Change in Public Opinion- German Settlers regarded as the Advance Guard of an Army of Occupation". O jornal cita artigo aparecido na véspera na "**Cologne Gazette**" segundo o qual haveria no Sul do Brasil claros sentimentos anti-germânicos derivados do receio de que a Alemanha estivesse empenhada em transformar o Sul do Brasil numa colônia. O correspondente do **Cologne Gazette** responsabiliza os proponentes do pan-germanismo na Alemanha por este sentimento efetivamente existente no Sul do Brasil. Observa, porém, que tal estado de coisas era resultado de intrigas francesas e não de políticas seguidas pela Alemanha.

Posteriormente pode-se determinar que os rumores ligados ao perigo alemão eram em boa parte insuflados pelos EUA. Clodoaldo Bueno, citando Pierre Renouvin, acredita que

> "não obstante não tenha partido do Governo imperial alemão qualquer iniciativa ou incentivo, os elementos pangermanistas, em 1900, mantiveram a ilusão de transformar aquelas "colônias sem bandeiras"em base de um império na América do Sul. Embora os responsáveis pela condução da política exterior germânica não tenham sustentado sonhos no sentido apontado, os anseios pangermanistas, uma vez vindos a público, despertavam receios entre os eventuais agredidos e provocavam as suscetibilidades das políticas concorrentes. As intenções dos pangermanistas eram repelidas pelos norte-americanos na mesma medida em que a Doutrina Monroe o era pelos alemães... A rivalidade entre as duas novas Potências foi visível na imprensa: a Alemanha procurou excitar a opinião nos países latino-americanos, advertindo-os para o perigo de um protetorado norte-americano; o mesmo fazia a imprensa norte-americana ao levantar o fantasma do "perigo alemão". O debate teve eco no Brasil, onde as opiniões se dividiam".[31]

Não se exclui também a hipótese de que a Argentina pudesse estar por detrás dessa campanha, movida pelo interesse de desviar em seu benefício parte do fluxo migratório alemão.

[31] Clodoaldo Bueno. Política Externa da Primeira República. Paz e Terra, São Paulo, 2003.

Rio Branco ocupou-se oficialmente do tema da colonização alemã em agosto de 1902, quando alertou o Rio de Janeiro sobre a possibilidade de que estivesse em preparação um "movimento geral" de emigração para o Brasil entre os anarquistas da Alemanha, Áustria e Suíça. Notícias na imprensa davam conta de que um anarquista alemão proprietário de terras no Brasil "desejava fundar uma colônia comunista". O movimento, noticiava-se, estava vinculado a anarquistas da América do Norte que se sentiam perseguidos.

Rio Branco manifestou que não tinha como averiguar de imediato a procedência da notícia, mas que iria proceder a investigações junto a autoridades alemãs. E concluiu: "Se há semelhante projeto ou algum anarquista proprietário de terras no Brasil, é natural que a nossa polícia já esteja atenta e seria conveniente que viessem em tempo as instruções para as Legações e Consulados na Europa e na América do Norte".

O assunto não teve seguimento.

Posteriormente, em ofício de novembro de 1902, pouco antes, portanto, do término de sua missão em Berlim tratou do tema de forma mais ampla. Reunira-se na capital do Reich em outubro o "I Congresso Colonial Alemão". Segundo relata em ofício ao Rio de Janeiro, a principal conclusão do evento foi a de que as sociedades de colonização deveriam esforçar-se para que os emigrantes alemães se dirijam de preferência para os Estados do Brasil Meridional.

O Brasil esteve representado pelo Senhor Carlos Rheingantz, do Rio Grande do Sul. Os interesses do Brasil foram também defendidos, diz o Barão, pelo Dr. Hermann Meyer, "fundador de algumas colônias" no Rio Grande. Segundo lhe foi dito, "um agente" da República Argentina (a eterna competição!) ter-se-ia esforçado para que a recomendação relativa ao Brasil se aplicasse também àquele país. Sua proposta, porém, foi rejeitada.

Anexo ao seu ofício de 5 de novembro, Rio Branco remeteu ao Rio de Janeiro pormenorizado relatório feito a seu pedido pelo Senhor Rheingantz sobre os trabalhos do Congresso. Segundo Rheingantz, o evento, realizado no recinto do Parlamento Alemão, sob a Presidência do Duque de Mecklenburg-Schwerin e com a participação do Ministro do Exterior, Barão de Richthofen, obteve singular impacto na Alemanha. Participaram representantes de 70 Associações, entre as quais as principais organizações missionárias. Estiveram igualmente presentes representantes de vários Ministérios, "altas patentes militares, presidentes de praças de comércio, banqueiros, membros do alto comércio e da grande indústria".

Na sessão de abertura, pronunciaram-se discursos sobre "as bases e necessidades geográficas para exploração econômica das possessões alemãs"; "Marinha de Guerra, finanças e política"; "Comércio transatlântico da Alemanha"; "Necessidades higiênicas nas possessões alemãs".

Segundo Rheingantz, após a sessão solene de abertura, os trabalhos se desenvolveram em diferentes salas do Reichstag, havendo sido de especial interesse para o Brasil as seguintes apresentações:

- O desenvolvimento da emigração alemã desde 1871;
- Interesses e problemas sociais e práticos (Kultur) da Alemanha no Sul do Brasil;
- A imigração alemã para a América do Sul, especialmente para o Sul do Brasil;
- A conveniência da República Argentina para a emigração alemã;
- A importância das missões cristãs para o desenvolvimento das possessões alemãs;
- O desenvolvimento material das possessões alemãs;
- As bases do direito colonial da Alemanha;
- Os problemas práticos da política imigratória da Alemanha.

Rheingantz anota orgulhosamente: "todos reconheceram a completa adaptabilidade dos estados sul-brasileiros, tanto no que diz respeito ao clima e fertilidade para os imigrantes alemães, como para o consumo de produtos industriais da Alemanha". E continua, ainda mais orgulhosamente: "tão saliente (sic) foi demonstrada sua superioridade sobre o resto do Brasil e da América do Sul, que pouco efeito produziram as considerações" do representante que se ocupou da Argentina e bem assim do material que distribuiu.

Discutiu-se na ocasião o objetivo do Decreto do Governo Provisório considerando brasileiros todos os estrangeiros estabelecidos em 1889 no Brasil que não declarassem a intenção de conservar a respectiva nacionalidade. Ante comentários dos assistentes, Rheingantz esclareceu que o Decreto não tivera o objetivo de coagir os colonos, mas sim o de facilitar a naturalização.

Foram aprovadas vária resoluções, havendo o Senhor Rheingantz considerado que duas delas tinham interesse especial para o Brasil: uma que propugnava pela alteração da lei alemã sobre perda de nacionalidade de

maneira a facilitar a manutenção da cidadania pelos colonos; e outra "importantíssima", segundo a qual,

> "tanto o interesse social (Kultur) e o da imigração, como os interesses do comércio e da indústria alemãs exigem a direção da imigração para países da América do Sul dotados com clima moderado, especialmente para o Sul do Brasil e recomendam a concentração nessas regiões. Por isso deve o estabelecimento de alemães ali ser eficazmente auxiliado pelo espírito empreendedor alemão, capital alemão e política comercial da Alemanha".

A Argentina, observa Rheingantz, ficou de fora.

Nosso representante considerou de especial interesse a palestra do Senhor R. Ramasch sobre "Os problemas práticos da Imigração Alemã", na qual o orador propôs cessar a imigração para os EUA e encaminhá-la para a América do Sul, especialmente para os Estados Meridionais do Brasil, "onde há terrenos baratos, clima superior e onde a indústria alemã pode encontrar vasto consumo para seu crescente desenvolvimento". Ainda segundo Rheingantz, o orador enfatizou a necessidade de que "na propaganda a favor da imigração para a América do Sul se deve por de parte toda idéia de anexações ou conquistas, com as quais só se poderia prejudicar os interesses alemães". Certamente tinha em mente a preocupação já evidente que nutria o Governo norte-americano com o volume e a concentração da emigração alemã no Sul do Brasil.

Fica aparente no exame da documentação enviada pelo Barão a vinculação entre temas econômicos, estratégicos, religiosos e militares, ou seja todo o substrato do imperialismo, no tratamento da emigração pela parte alemã. Prova disso é o fato de que o tema da emigração era tratado conjuntamente com o das possessões alemãs, o que não deixava de atribuir fundamento às preocupações com que determinados setores no Brasil encaravam a evolução da questão. Durante seu período à frente do Ministério, Rio Branco manteria relações muito cordiais com a Alemanha, inexistindo indicações de que acreditasse no chamado "perigo alemão".

XIV - De Berlim ao Rio de Janeiro

Rio Banco deixou Berlim em 1902 para assumir o Ministério das Relações Exteriores. Permanecera no exterior mais de vinte e cinco anos.

Álvaro Lins vincula o convite feito ao Barão para assumir o Ministério à preocupação de Rodrigues Alves com a situação no Acre. Escreve:

> "O governo Campos Salles não resolvera o problema e ia transferi-lo agravado pelo tempo...Não ignora o novo Presidente ser este o primeiro caso ...que o espera no Catete e do qual dependerá, em grande parte o prestígio, a segurança e a popularidade de que necessita para cumprir o seu programa de governo....Precisa, para isso de um Ministro do Exterior ...com a autoridade de um grande nome".[32]

No episódio do regresso ao Brasil, ficou novamente evidente a falta de ambições políticas de Rio Branco. Só aceitou o cargo após prolongada relutância. Em várias cartas a Rodrigues Alves, Campos Salles e a amigos influentes, alegou razões diversas para não voltar. Hélio Viana,[33] intitula o capítulo em que trata do tema : "O Tímido Vacila".

Os biógrafos do Barão acentuam, em particular, suas conversas em torno do tema do regresso ao Brasil com Rodrigo Otávio, amigo que chegara a Berlim,

[32] Alvaro Lins, op cit.
[33] Hélio Viana, op cit.

por coincidência, em 5 de julho, véspera do recebimento do telegrama em que o Presidente Campos Salles lhe antecipou o convite de Rodrigues Alves.

O Barão reproduziu em seu diário o texto de Campos Salles: "Rodrigues Alves deseja confiar-lhe a pasta do Exterior e encarregou-me de consultá-lo, esperando de seu patriotismo não recusar. São estes também os meus votos". Acabaria levando várias semanas para aceitar o convite. Rodrigo Otávio relata no seu "Minhas Memórias dos Outros" que tinha pelo Barão uma "admiração desmarcada". Conta como insistiu para que o Barão aceitasse o posto pois "estava ele em condições, melhor do que ninguém, de ser um grande Ministro para o Brasil, onde, no domínio que lhe estava reservado, havia muita coisa a fazer".[34]

O Barão não disse que sim, nem que não. Antecipou que, tendo recebido uma dotação votada pelo Congresso Nacional em dezembro de 1900 (300 contos de uma vez e mais 24 contos anuais de forma vitalícia e hereditária), estava "contratado e pago de antemão", não se julgando com o direito de recusar qualquer serviço que lhe fosse pedido. Não acreditava, porém, que pudesse ser feliz. Não sentia inclinação para a atividade política. Ausente há muitos anos do Brasil não conhecia quase mais ninguém e estava "desativado de sua prática de vida".

Entre 7 de julho e 29 de agosto, o Barão consultou praticamente todos os seus amigos mais próximos. No dia 7, ao meio dia, conforme registrou precisamente em seu diário, telegrafou a Campos Salles: "Asseguro Vossas Excelências meus melhores desejos de lhes ser (de utilidade?). Rogo que me permitam responder por correio. Cartas chegarão 28. Rio Branco".

O Barão continuava a hesitar. Anotou no diário duas respostas alternativas a Rodrigues Alves:

> "(1) Aceitarei o posto em que V.E. me quer colocar se entender que me não deve dispensar disso. Peço permissão para partir em ... [indicarei o mês de novembro ou dezembro]; (2) Sinto muito que os negócios da família e o presente estado de minha saúde não permitam aceitar agora a grande honra que V.E. desejava me confiar. Espero em maio próximo poder ir apresentar pessoalmente os meus respeitos e agradecimentos a V.E."

Fez o possível e o impossível para convencer Rodrigues Alves de que Joaquim Nabuco seria uma escolha mais apropriada. Alegou questões de

[34] Rodrigo Otávio. Minha Memória dos Outros. Ed. Civilização Brasileira, RJ, 1969.

saúde, preocupações financeiras e familiares. Mencionou problemas com o Visconde de Cabo Frio, o eterno Secretário-Geral do Ministério, com o qual dificilmente poderia conviver. Luiz Viana cita carta do Barão a Nabuco no dia 9 de julho em que diz: "Acho melhor não me meter naquele fogo; de longe valho algo e poderei trabalhar nos projetados livros, de perto perderei e farei descontentes apesar do propósito de não me envolver em política". No dia 13, voltaria a Nabuco: "receio muito fazer, aceitando, sacrifício inútil, perdendo de perto o que tenho podido ganhar de longe".[35]

No diário há várias anotações cifradas de supostos nomes de interlocutores com os quais compartilhou suas hesitações. Todos os amigos, porém, o instaram a aceitar: Campos Salles, Joaquim Nabuco, Domício da Gama, Rodrigo Otávio, Hilário de Gouvêa, Artur de Sá Monteiro. No dia 16, diz em carta a Hilário de Gouvêa: "...nem quero saber de política interna, nem tenho esperança de fazer na pasta que me querem confiar coisa que preste. Toda a nossa terra está em desordem, não me sinto com forças para consertar coisa alguma". E, no dia seguinte, em longa carta ao Presidente-eleito, pede-lhe que compreenda suas razões para não aceitar o convite e insiste em que o melhor nome seria Nabuco:

> "...Sinto-me alquebrado, mal de saúde... Vivo no estrangeiro desde 1876, tendo deixado o Brasil com o propósito de não me envolver...nas questões da nossa política interna... Depois de tão longa vida de retraimento, fechado com os meus livros, mapas e papéis velhos, receio mostrar-me desajeitado na vida inteiramente diversa que deveria ter na posição de Ministro de Estado... Não é... uma recusa; é um pedido de dispensa".

A um amigo próximo de Rodrigues Alves, Frederico Abranches, pede ajuda para convencer o Presidente eleito de que não era o homem indicado. E desmancha-se em reparos a Cabo Frio: o Visconde, "de fato, há muitos anos é o Ministro... Não sou o homem competente para... fazer as reformas que devem ser feitas... Não desejo ser desagradável ao homem que eu muito respeito e que conheci já de cabelos brancos, em 1859, quando eu era menino de colégio". E alegava também o custo de vida no Rio, a febre amarela, o calor... "só poderia residir em Petrópolis". E a saúde: "...Sinto-me abatido e tenho estado por vezes ameaçado de congestão cerebral".

[35] Luiz Viana Filho, op cit.

Ao Ministro Olynto de Magalhães pedia para ser nomeado para Roma, alegando inclusive o desejo de não criar embaraços em Berlim para a pretendida carreira de seu genro, o Barão von Werther, no serviço público alemão. Álvaro Lins comenta: "Não houve talvez ninguém tão desinteressado do poder quanto o Ministro do Exterior mais poderoso do Brasil". E acrescenta:

> "...O rapaz de trinta anos, sem prestígio e glória, escrevia cartas apaixonadas e ardentes ao Chefe do Gabinete e aos amigos para conquistar um emprego de Consul; o homem de cinquenta e sete anos, famoso por duas extraordinárias vitórias, dirige calorosas e insistentes mensagens ao Presidente da República e aos amigos para recusar uma pasta de Ministro todo-poderoso".[36]

Nenhum de seus amigos aceitou os seus argumentos.

No dia 19 de agosto, tal como registrado no diário, Rio Branco recebeu telegrama do Presidente eleito: "continuo a desejar que aceite a pasta das Relações Exteriores agradecendo esforços estar aqui proximamente". No dia 20, anota "Telegrafei a Rodrigues Alves: muito penhorado rogo reservar decisão até dia 26. Carta número 4 mesmo dia. Abranches receberá carta". No dia 26 registrou telegrama a Abranches: "Depois de ler minha carta hoje espero advogar meu pedido de dispensa mas se razões apresentadas não puderem satisfazer e entender ele devo fazer este grande sacrifício, fá-lo-ei por ele e por nossa terra".

Começara a ceder!

Em 29 de agosto, receberia telegrama de Rodrigues Alves em que o Presidente-eleito insistia: "Valiosas ponderações carta não me convenceram. Nome V.Excia. será muito bem recebido não podendo negar país sacrifício pedido. Confirmo anterior telegrama".

Na véspera, segundo anotação em seu Diário, fora assistir, com sua filha Hortênsia e a Baronesa de Berg, função de gala na Ópera Real por ocasião da visita do Rei da Itália, Vitor Emanuel, ao Imperador Guilherme II. Parecia ainda pensar na permanência em Berlim: "À noite na Ópera Real com a minha filhinha Hortênsia que assim fez a sua entrada na sociedade, sendo essa a primeira grande cerimônia oficial a que a levei".

[36] Alvaro Lins, op cit.

Acabaria, porém, rendendo-se ao destino. No dia seguinte, telegrafaria a Rodrigues Alves: "Farei o sacrifício que Vossência julga necessário, contente de o fazer pelo muito que devo à nossa terra e a Vossência". E a Campos Salles, conforme registra o diário: "Respondo agora segundo telegrama Presidente-eleito conformando-me desejo de Vossência".

Nabuco o felicitaria em carta citada por Luiz Viana e recomendaria presciente e sabiamente: "Unte-se bem no Exército e na Marinha e com a finança em boas mãos, aquela união das forças militares patrióticas com a sua diplomacia de alto vôo e longa vista fará o sucesso da administração do novo Presidente".

O Ministro alemão do Rio de Janeiro informou em ofício a Berlim de 3 de julho saber que Rodrigues Alves tinha intenção de oferecer o Ministério ao Barão, mas que estava sendo necessário "superar algumas dificuldades". E observou: " para os contactos oficiais com o Governo local, seria recebido com alegria o fato de a chefia do Ministério das Relações Exteriores ser conferida. a um homem habilidoso e culto". Não resistiu igualmente a contrastar o Barão com Olynto de Magalhães de forma particularmente destrutiva:

> "O atual ocupante do posto pouco tem das virtudes que se poderia esperar de um Ministro das Relações Exteriores do Brasil. Eu não saberia julgar se o Sr. Olyntho Magalhães fora igualmente imprestável como porteiro, sua profissão inicial, razão pela qual decidiu entrar na carreira diplomática. Seja como for, é lamentável para a representação de sua Pátria no Exterior que ele tenha decidido não voltar para a atividade que exercia na juventude (porteiro), e, sim permanecer na diplomacia".

A saída de Berlim foi trabalhosa. Raul do Rio Branco conta que seu pai levou seis semanas, sem interrupção, trabalhando "à razão de 22 horas por dia... para por em ordem suas coisas e liquidar alguns assuntos pendentes"[37].

No dia 10 de novembro de 1902, Rio Branco se despediria do Ministério do Exterior em carta dirigida ao Barão de Richthofen, cujo original se encontra nos arquivos alemães (vide cópia adiante). Anota minuciosamente no diário:

> "`As 7:30 levantei-me e continuei a trabalhar. Às 11 saí de carro. Fui almoçar com o Conde de Lerchenfeld. Estavam o Conde de Hohenthal, o

[37] Raul do Rio Branco, op cit.

> Conde de Ostenburg e o Conde Radowitz. Voltando à Casa terminei correspondência para o Rio e comecei a reunir os papéis das gavetas e estantes. Às 7 e ½ jantamos em casa: eu, Raul, Hortensia, Luiz Carvalho, Baronesa de Berg, Aguiar, Fritz, Werther e Amélia. Às 10 ¼ seguimos para a estação da Friedrichstrasse. Lá estavam: Conde de Lerchenfeld (Ministro da Baviera), Visconde de Perdella (Ministro de Portugal), Fonseca (Encarregado de Negócios da República Argentina), Barão de Levdol (Conselheiro da Legação de Portugal), Seoave (Encarregado de Negócios do Peru); do Ministério dos Negócios Estrangeiros: Dr. Zahn (representando o Barão de Richthofen)..."

Em 11 de novembro, Rio Branco passou a direção da Legação do Brasil em Berlim ao Primeiro Secretário João Fausto de Aguiar e partiu de regresso ao Rio de Janeiro, onde chegaria no dia 1º de dezembro. Serviria a quatro presidentes: Rodrigues Alves até 1906; Afonso Pena e Nilo Peçanha entre 1906 e 1910; e H. da Fonseca até a morte em 1912. Paradoxalmente, esse monarquista convicto — talvez menos por razões ideológicas e mais pela profunda admiração que devotava a seu pai e a D. Pedro II — viria a ter na República o seu maior momento de projeção pessoal.

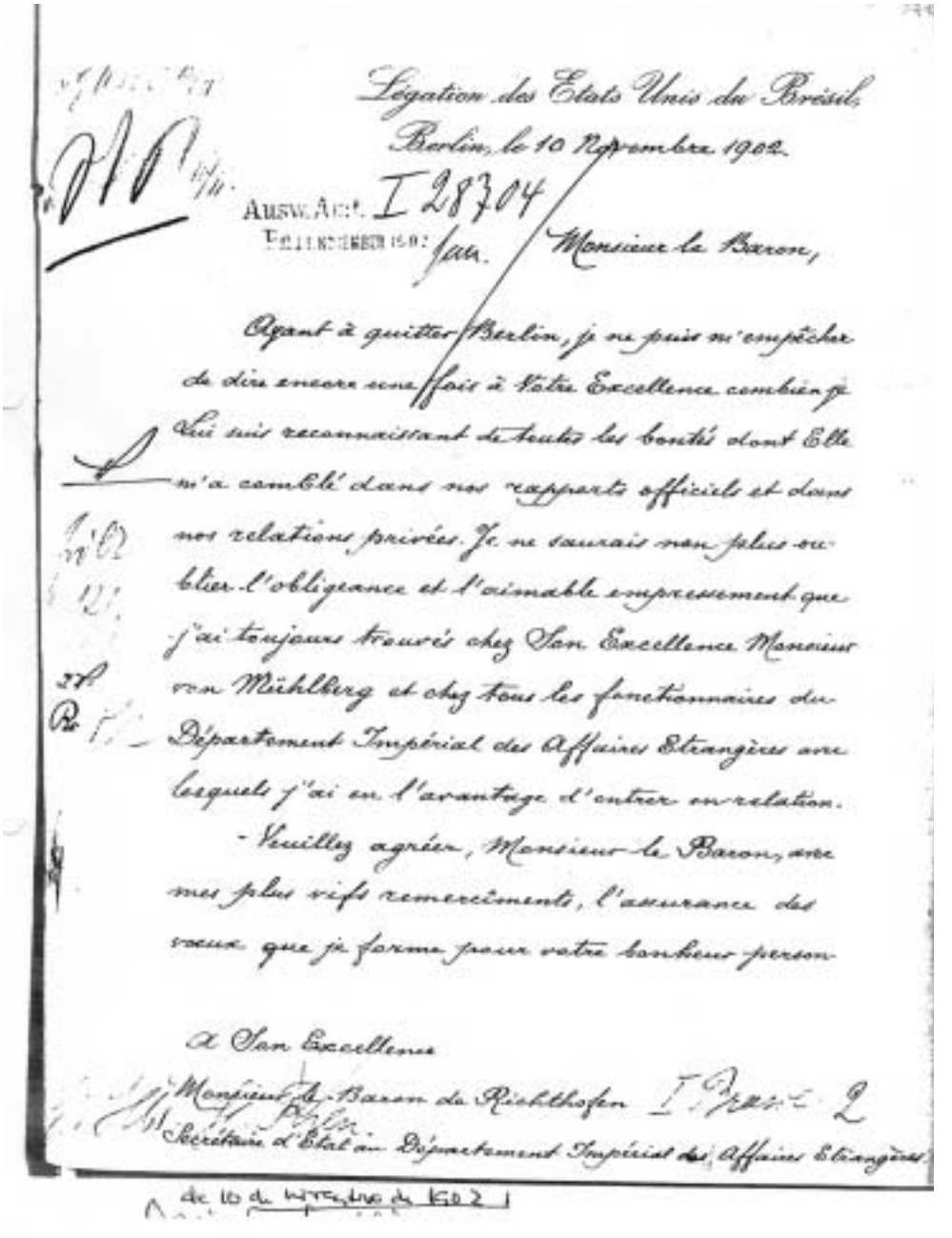
Pelo que se pode depreender dos ofícios enviados a Berlim, a Legação alemã no Rio e Janeiro, apesar de antecipar positivamente a incorporação do Barão do Rio Branco ao Governo Rodrigues Alves, abrigava uma imagem não necessariamente positiva do Brasil. Ao comentar, em ofício de 15 de setembro de 1902, a possibilidade de a Alemanha enviar um barco de guerra ao Rio por ocasião da posse de Rodrigues Alves, o Ministro Treutler observou a Berlim:

> "Do ponto de vista da Legação do Império, a presença de um navio de Sua Majestade no dia da instituição do novo Presidente não pode ser apoiado nem será solicitado, uma vez que o Governo brasileiro, no plano internacional, nunca - e frente a ninguém - dá prova de cortesia. Muito pelo contrário, a extrema condescendência de alguns representantes locais, combinada com a exagerada auto-confiança dos brasileiros, tem originado uma grande falta de respeito. Mesmo assim, a questão mereceria a atenção de V.E. [...] no caso de outras nações estarem presentes em número tão grande que a ausência de alguns poderia levar a interpretações equivocadas. Isto poderá ser usado de argumento contra nós, caso as concorrências em que

participam a Krupp e a Schneider, naquele momento, ainda não estiverem decididas. Se, com base nessas considerações, o envio de um navio ainda for levado em consideração, seria desejável trazer uma embarcação mais moderna. Dadas as razões citadas, mas sobretudo devido a precauções sanitárias, desaconselha-se o envio do navio-escola “Charlotte”, que na altura ainda deverá se encontrar na região”.



O Barão e a filha Hortênsia em ocasião formal em Berlim



Légation des Etats Unis du Brésil
Berlin, le 10 Novembre 1902.

Ausw. Amt. I 28704
Eingegangen 10. 11. 1902 Jan.

Monsieur le Baron,

Ayant à quitter Berlin, je ne puis m'empêcher de dire encore une fois à Votre Excellence combien je lui suis reconnaissant de toutes les bontés dont Elle m'a comblé dans nos rapports officiels et dans nos relations privées. Je ne saurais non plus oublier l'obligeance et l'aimable empressement que j'ai toujours trouvés chez Son Excellence Monsieur von Mühlberg et chez tous les fonctionnaires du Département Impérial des Affaires Etrangères avec lesquels j'ai eu l'avantage d'entrer en relation.

Veuillez agréer, Monsieur le Baron, avec mes plus vifs remercîments, l'assurance des vœux que je forme pour votre bonheur person-

A Son Excellence
Monsieur le Baron de Richthofen
Secrétaire d'Etat au Département Impérial des Affaires Etrangères

de 10 de Novembro de 1902

Ofício de 10 de novembro de 1902ao Secretário de Estado Richthoffen em que o Barão apresentou suas despedidas de Berlim
Fonte: Arquivo do Ministério do Exterior Alemão


nel et la nouvelle expression de ma plus haute
considération.

Rio-Branco

XV - As relações com a Alemanha na gestão ministerial do Barão do Rio Branco

Durante sua gestão, Rio Branco manteve os vínculos positivos que havia estabelecido em Berlim. Não deixou de revelar, porém, uma compreensão bastante aguçada da nova situação que havia-se criado no tabuleiro do poder internacional com a ascenção rápida e particularmente assertiva da Alemanha Imperial. A Legação alemã inicialmente manifestou algum ceticismo quanto ao quadro político prevalecente no Brasil e à capacidade de Rio Branco permanecer por muito tempo no cargo. Em ofício de 19 de novembro de 1902, o Ministro von Teutler diria a Berlim:

> "O novo Ministro das Relações Exteriores é mais conhecido na Europa do que aqui. Só posso dizer, portanto, que, em toda parte, nele se deposita grande esperança. Será impossível concretizar todas as expectativas, e será preciso muita habilidade para eliminar completamente o gosto amargo da decepção, que será inevitável em certos casos. Os amigos dele lamentam que se exponha ao risco de perder seu prestígio, e freqüentemente ouvem-se rumores de que ficará pouco tempo como Ministro; teria vindo apenas porque, após um caloroso apelo a seu patriotismo, sentiu-se impossibilitado de rejeitar o cargo. Por enquanto, o nome dele representa um trunfo no jogo do governo".

Em 6 de dezembro, Treutler relataria a Berlim a chegada do Barão ao Rio de Janeiro. Sem deixar de fazer algum comentário depreciativo, valoriza a figura de Rio Branco e seus vínculos com a Alemanha:

> "A recepção do novo Ministro das Relações Exteriores na sua pátria, que não via há mais de três lustros, ocorreu num ambiente magnífico. A abundância de solenidades, o **pathos** amaneirado e exagerado da imprensa e dos discursos públicos, o aplauso às vezes até penetrante de certos grupos de pessoas que aparentemente sentem a necessidade de se destacar em qualquer ocasião, a qualquer preço e em qualquer circunstância – tudo isso fez com que se manifestasse, de maneira nítida e simpática, a personalidade discreta do Barão do Rio Branco e o jeito simples, objetivo e moderado das suas repostas aos louvores e insinuações exagerados, às vezes até de mau gosto. Deve ter sido uma sensação estranha para Rio Branco, até então Ministro em Berlim, sair de seu quarto simples de estudos e tornar-se subitamente objeto de homenagens tão amplas e imponentes que podem ser comparadas, seja às manifestações de gratidão de um povo inteiro para um grande conquistador que volta vitorioso da batalha, seja às ovações que o público num teatro de província dirige à "estrela" da moda no seu céu artístico. Talvez ele mesmo tivesse esquecido, durante os 16 anos de ausência da sua pátria, que a maioria dos seus conterrâneos é capaz de facilmente perder o sentido de medida e o critério. Mas, assumindo que cada mínimo mérito – sob a condição de que o "merecedor" se dê bem com o governo – devesse ser recompensado com muitas homenagens nacionais, é totalmente compreensível e justificado que um homem, que mais do que qualquer outro na última década servira de maneira exemplar a seu país, também fosse homenageado e celebrado de maneira especial.
>
> O Barão do Rio Branco, aliás, não esconde o desgosto com o qual cedeu às insistências do presidente e assumiu o portefeuille. Ele tem consciência de que seu prestígio não será abalado com a nova função; ele sabe desde já que não será capaz de satisfazer todas as expectativas e todas as esperanças depositadas nele pelo país inteiro e por todos os partidos. Ele me disse que, por ocasião de sua primeira audiência com o Presidente, repetiu o entendimento anteriormente formulado por escrito de que, à luz de seu passado, somente assumiria o cargo se lhe fosse permitido permanecer inteiramente à margem de assuntos internos. Em poucas palavras, ele teria dado muito para não ter que se separar da Kaiser-

> Wilhelm-Gedächtniskirche (a vizinhança da residência da Legação em Berlim). Com as palavras cordiais da gratidão mais respeitosa, mencionou não somente na minha, mas também na presença dos meus colegas, a benevolente simpatia que Sua Majestade o Imperador e Rei lhe manifestara e louvou as relações agradáveis que teve a honra de manter com Vossa Excelência e todos os órgãos do governo do Império."

Apesar do ceticismo alemão, Rio Branco preocupou-se em assegurar que o Brasil, tal como antevisto por Campos Salles, fosse capaz de equilibrar sua relação européia mediante a consolidação de vínculos sólidos com o Império alemão. Não pareceu, tal como já apontado, dar muita atenção aos setores de opinião que consideravam a crescente presença de colonos alemães no sul do Brasil indício de verdadeiras pretensões imperialistas. Tal como comenta Clodoaldo Bueno[38], Rio Branco não se impressionava com a linguagem dos denunciantes do perigo alemão pois não atribuía muito valor ao que classificava como intrigas, originadas da Inglaterra e dos Estados Unidos e também dos correspondentes argentinos que procuravam levantar desconfianças e ódios contra os alemães.

Os documentos alemães da época contêm análises ambivalentes: de um lado, uma atitude crítica em relação ao Brasil em geral (ao Governo em particular) e, de outro, uma certa benevolência diante da figura do Barão do Rio Branco. Em sugestivo ofício enviado a Berlim em 5 de outubro de 1903, von Teutler comentava:

> "Ainda não terminou o primeiro ano da presidência de Rodrigues Alves, mas já estão surgindo sinais de que se fala na nomeação – não se pode falar aqui de uma "eleição" – do próximo Presidente. O candidato deverá ser o Barão do Rio Branco, proposto provisoriamente pelo Presidente da Bahia. Não é possível dizer, hoje, se esta candidatura terá chance daqui a três anos. E muito menos se pode ter certeza quanto às intenções do próprio [Rio Branco] sobre o assunto. É certo que o entusiasmo, que todos os partidos aqui lhe dedicaram por ocasião de sua chegada no ano passado, já arrefeceu um pouco. O entusiasmo passageiro do brasileiro, porém, sempre arrefece mais rápido do que em outros lugares. Mas esta não é a única razão. A questão do Acre, cuja solução exigiu tanto tempo, tanto

[38] Clodoaldo Bueno, op cit.

> sacrifício em dinheiro e vidas, também deixou marcas negativas no prestígio, antes imaculado, do Barão do Rio Branco. Certos políticos têm feito alusão ao fato de que o Barão, dadas as suas origens, dificilmente pode ser considerado um verdadeiro republicano. Nas suas atitudes e na escolha de seus amigos e colaboradores, ele pouco fez para dissipar tais "alegações". Os monarquistas intransigentes, por sua vez, parecem ter compreendido que o Barão do Rio Branco – apesar das suas relações pessoais e de seus vínculos históricos – não demonstra a menor disposição para um golpe de estado, tal como alguns esperavam.
>
> Como patriota, o atual Ministro das Relações Exteriores deve ter vivido uma série de decepções graves neste primeiro ano no cargo. Durante sua longa permanência no Exterior, não se terá dado conta da extensão da corrupção e da ineficiência reinantes no aparato do Estado. Tendo tomado posse no seu cargo atual com a promessa de que ficaria afastado da política interna, Rio Branco terá de passar por algumas transformações caso efetivamente aceite a candidatura à presidência. Considero impossível que Rio Branco se preste a fazer concessões como o faziam Campos Salles e Rodrigues Alves. Talvez seja o homem certo para abrir caminho para uma recuperação das condições locais e para um desenvolvimento favorável deste rico país. Isso, porém, somente poderá acontecer se a atual Constituição malfeita for emendada e se for criada uma República dotada de um verdadeiro poder central. Durante as minhas viagens pude observar várias vezes que, se isso acontecer, os monarquistas moderados estariam dispostos a aproximar-se da República."

Em 14 de março do ano seguinte, von Treutler dava conta a Berlim de rumores sobre a eventual saída do Barão do Ministério e elevava um pouco o tom de sua admiração pelo personagem, sem deixar de chamar atenção prescientemente para os excessos que lhe minavam a saúde:

> "Seguindo as instruções da mais alta instância, encaminhei respeitosamente o altíssimo retrato, conferido por Sua Majestade o Imperador e Rei ao Ministro brasileiro das Relações Exteriores, seu destinatário. O Barão do Rio Branco ficou visivelmente surpreendido e comovido com esta prova de benevolência que não esperava. Ele

> pediu que, de minha parte, por intermédio de SE o Senhor Secretário de Estado, transmitisse a Sua Majestade o Imperador e Rei seus sentimentos de profunda gratidão e admiração respeitosa.
> Rio Branco aproveitou a ocasião para salientar que os boatos sobre sua eventual demissão e assunção da missão em Roma, continuadamente alimentados pelo seu estado crítico de sua saúde, careciam de fundamento. (É curioso constatar, porém, que a Missão em Roma está vaga há algum tempo, o que realmente alimentava a suposição de que o posto poderia ser usado como porta de saída para o Ministro). Ele ainda tem muitas coisas para fazer aqui; são sobretudo os conflitos de fronteira com o Peru que agora lhe causam grande preoupação, porque este vizinho atua com uma falta de consideração incompreensível na região disputada entre os dois países. Nenhuma das Potências, com as quais ainda há questões por resolver ou com as quais já se resolveram questões parecidas, ter-se-ia comportado de igual maneira. Ele afirmou considerar um conflito armado entre as repúblicas sul-americanas um desastre tão grande, que estava preparado para aguentar o máximo possível, mesmo sabendo que sua transigência poderia ser percebida pelos meios de comunicação como fraqueza. Já é hora, porém, de que o Peru faça concessões e venha ao seu encontro. Seria um grande desastre para o Brasil se este Homem de Estado singular, dotado de tanta visão e amor pela pátria, sem qualquer manifestação de chauvinismo, de repente fosse obrigado a sair do proscênio. Seu intenso e esgotador estilo de vida, porém, faz com que desrespeite, sem a menor preocupação, os conselhos médicos. Isto está minando sua saúde, já tendo sido percebidos, repetidas vezes, sintomas preocupantes."

Embora sabidamente admirador da Alemanha – e talvez por isso mesmo! – o Barão não deixou de ser firme quando foi necessário atuar em defesa da honra nacional no episódio da Canhoneira Panther, ocorrido em novembro de 1905. Naquela ocasião, oficiais alemães da Panther desembarcaram em Santa Catarina, sem autorização, em busca de um desertor. Rio Branco protestou energicamente, pediu a entrega do fugitivo no caso de ele ter sido preso pelos oficiais alemães e ameaçou capturar a embarcação alemã. Instruiu ao mesmo tempo Joaquim Nabuco, Embaixador em Washington, para que buscasse estimular artigos

"monroistas" na imprensa norte-americana contra a atitude alemã. Nabuco foi igualmente instado a conversar sobre o assunto com o Departamento de Estado, sem, no entanto, pedir qualquer intervenção norte-americana.

E. Bradford Burns[39] comenta que a parte norte-americana, mesmo sem ter sido para tanto solicitada, suscitou o tema com o governo alemão. O Embaixador alemão em Washington, inclusive, foi a Nabuco para adiantar que o Governo alemão pediria desculpas ao Rio de Janeiro.

O incidente foi finalmente resolvido de forma satisfatória para o Brasil. Em nota de 2 de janeiro de 1906, o Ministro da Alemanha no Rio de Janeiro esclareceu que não teria havido intenção de ofender a soberania territorial do Brasil e que os culpados seriam submetidos a julgamento militar. Em nota do dia 6 seguinte, Rio Branco deu por encerrado o incidente, não deixando de louvar a "retidão e presteza com que o Governo imperial procedera". Enfatizou, ao mesmo tempo, o desagrado do Governo brasileiro com o procedimento adotado pelo Comandante ao passar por cima das autoridades do Governo de Santa Catarina. O Comandante da Panther, Conde Saurma Jeltsch, foi posteriormente demitido da Marinha Imperial.

As relações militares com a Alemanha transcorreram positivamente depois do incidente da Panther. Segundo Clodoaldo Bueno[40], foi por influência de Rio Branco que grupos de oficiais brasileiros foram enviados em 3 oportunidades (1906, 1908 e 1910) para treinamento de dois anos no Exército Imperial alemão. Os oficiais treinados na Alemanha ficariam conhecidos nos meios militares brasileiros como os "jovens turcos". Foram responsáveis pelo primeiro impulso de modernização do Exército Brasileiro no Século XX[41]. A missão militar francesa só chegaria ao Brasil depois da I Guerra.

Rio Branco, talvez devido a sua permanência na Alemanha, era frequentemente caricaturado na imprensa brasileira como Bismarck, o "Chanceler de Ferro". Pedro Calmon assinala "a influência alemã sobre sua formação de homem público".[42] Expressiva "charge" aparecida no "O Malho" de agosto de 1908, tal como adiante reproduzida, mostra

[39] E. Bradford Burns, op cit.
[40] Clodoaldo Bueno, op cit.
[41] Vide trabalho de conclusão do curso da ECEME de autoria do Ten. Cel. Carlos Alberto Mansur "A Influência dos Jovens Turcos na Escola de Estado Maior"(2002). O Cel Mansur atribui a iniciativa do envio dos oficiais brasileiros à Alemanha ao então Ministro da Guerra, Marechal H. da Fonseca, "pela admiração que tinha pelo Exército alemão vencedor da Guerra Franco-Prussiana em 1870 e à sua indústria bélica, que fabricava os renomados canhões Krupp".
[42] In O Barão do Rio Branco por Grandes Autores. FUNAG, Brasília 2003.

Rio Branco vestido como Bismarck, manejando com energia o leme da política internacional do Brasil, guiado pela bússola dos sentimentos e aspirações nacionais. Na legenda, diz-se: "Tento no leme, que a grita dos jornais argentinos procura desviar-me do rumo!... E, talvez por ironia, talvez por despeito, chamam-me lá o "Chanceler de Ferro"...Pudera! Estavam habituados aos Chanceleres de Banana!...[43]

Durante toda permanência do Barão do Rio Branco no cargo de Ministro das Relações Exteriores, a Legação alemã no Rio de Janeiro manteve com ele intensa relação. Em ofício de 26 de outubro de 1908, ao analisar para Berlim indícios de instabilidade no Governo Affonso Penna, o Ministro Reichenau comenta rumores de que o Barão viria a se afastar do cargo devido a razões de ordem política e de saúde. Reichenau diz não acreditar nos rumores que circulavam no Rio de Janeiro dando conta de que o substituto do Barão seria Joaquim Nabuco, então Embaixador em Washington. E conclui, sob a ótica dos interesses alemães: "dada a formação inglesa do Senhor Nabuco, ora impregnado de americanismo, isto não representaria de forma alguma um ganho para a Alemanha".

Rio Branco permaneceria no cargo e a Alemanha se rejubilaria. Tanto que em abril de 1909, por ocasião das homenagens organizadas em todo o Brasil para festejar o sexagésimo-quarto aniversário do Barão no dia 20 daquele mês, o Ministro alemão no Rio de Janeiro enviaria telegrama a Berlim propondo que fosse dirigida mensagem de congratulações por parte do Imperador Guilherme II. Os brasileiros, observa o Ministro, "são muito sensíveis a demonstrações de apreço e seria útil registrar que a deferência... existe também do nosso lado, sobretudo considerando... as reiteradas declarações de amor dos americanos. Por essa razão, seria recomendável dizer algo amistoso sobre o Brasil."

A mensagem do Imperador acabou não sendo enviada. Mas o Ministro seria autorizado a dirigir ao Barão expressiva carta de felicitações redigida em francês, que merece ser transcrita integralmente:

[43] Barão do Rio Branco, sua Obra e seu Tempo. Fundação Armando Alvares Penteado, São Paulo 2002.

"Rio de Janeiro, le 20 avril 1909

"Monsieur le Ministre,

"Le Gouvernement Impérial a eu connaissance de l'imposante manifestation nationale par laquelle le Brésil se propose de célébrer aujourd'hui la gloire et les mérites exceptionnels qui s'attachent à la personne de Votre Excellence.

"En ce jour solennel le Chancelier de l'Empire m'a chargé d'exprimer à Votre Excellence, dans la forme officielle, ses meilleures félicitations. Le Prince de Bülow qui se rend entièrement compte des grands mérites de Votre Excellence pour le Brésil et pour son glorieux développement apprécie hautement la part importante qui revient à Votre Excellence dans l'état actuel des excellents rapports entre l'Allemagne et le Brésil. Comme mon Auguste Maître, l'Empereur d'Allemagne, le Prince de Bülow et la Chancellerie Allemande gardent un souvenir de haute estime et d'inaltérable amitié à l'epoque peu lointaine où Votre Excellence a représenté en Allemagne Son grand pays avec tant de loyauté, de dignité et de succès et la touchante manifestation qui sera offerte aujourd'hui à Votre Excellence éveille par conséquent en Allemagne le plus grand interêt et la plus vive sympathie.

J'estime comme un grand honneur d"être chargé à présenter à Votre Excellence "les félicitations de mon Gouvernement et je La prie d'agréer aussi mes assurances "personnelles de satisfaction, de joie et d'admiration sur les brillantes manifestations "d'une nation reconnaissante.

En offrant du fond du coeur à Votre Excellence mes félicitations les plus senties, j'ai l'honneur de Lui renouveler les assurances de ma haute considération."

Ao transmitir a forma final da carta a Berlim, o Ministro Reichenau descreveria minuciosamente as festividades políticas e populares ocorridas no Brasil por ocasião do aniversário do Barão. E comentaria: "apesar de que um aniversário de 64 anos não representa propriamente um marco especial na vida de uma pessoa, as festividades encontraram apoio generalizado no país. O Barão, de fato, goza de um extraordinário grau de popularidade e seus inegáveis serviços prestados ao Brasil são reconhecidos de forma generalizada e sem inveja".

O Ministro Reichenau, registra finalmente, com óbvio regozijo, as expressões que ouviu do Barão ao entregar-lhe a carta:

> "Ele me agradeceu penhoradamente por essa manifestação do Governo imperial. Já nos tempos de sua ministrança em Berlim sabia que o Senhor Chanceler do Reich abrigava desde a sua juventude, sentimentos de amizade pelo Brasil e pelos brasileiros. Durante sua permanência em Berlim, da qual guarda as mais agradáveis lembranças, só teve experiências positivas e memoráveis. Teve então a oportunidade de tornar ainda mais estreitas as tradicionais e sempre amistosas relações entre nossos dois países. Encontrou sempre em Berlim o melhor acolhimento no Ministério do Exterior. Lembra-se com viva admiração do então Secretário de Estado Barão de Richthofen. Pediu-me, na qualidade de Representante da Alemanha no Brasil, que transmitisse a Sua Excelência o Príncipe Von Bülow seus agradecimentos por seus honrosos votos e pela distinção que lhe fazia e que fizesse chegar seus agradecimentos mais profundos a Sua Majestade o Imperador pela generosa manifestação. Acrescentou que estava altamente feliz pela distinção que lhe fora concedida pelo Ministro ao transmitir-lhe votos de felicitações".

E conclui Reichenau sua mensagem a Berlim:

> "De muitas fontes recebi a informação de que as felicitações transmitidas ao Barão causaram aqui grande impressão. O Secretário Geral e genro do Presidente da República visitou-me hoje e disse-me que o Presidente estava muito contente com essa distinção feita ao Barão e com o amável estado das relações teuto-brasileiras".



Caricatura aparecida no jornal "O Malho" de 1/08/1908
Fonte: Arquivo Histórico do Itamaraty

XVI - Epílogo

Rio Branco morreu em 10 de fevereiro de 1912. Seu nome ficou associado a um tipo ainda não totalmente ultrapassado de diplomacia - a de fixação de fronteiras e da posse de territórios. A ele atribui-se a expressiva afirmação de que "território é poder". Mas a sua obra foi muito além da definição de nossos limites. Rio Branco permanece como um dos mitos mais enraizados na consciência da sociedade brasileira. As razões desse fenômeno não devem ser buscadas apenas na sua obra diplomática, mas também - e talvez especialmente - em seu carisma pessoal e nos traços mais marcantes de sua personalidade.

Em sua gestão no Ministério das Relações Exteriores, o Barão lançou as bases das diretrizes de política externa que se mantiveram ao longo do século XX, e que, de uma forma ou de outra, continuam a orientar o trabalho substantivo e o "estilo" do Itamaraty. A Missão em Berlim constituiu um momento significativo em sua trajetória de homem público e diplomata. Na capital da Alemanha, além de ter podido observar a atuação da ascendente e afirmativa diplomacia germânica, o Barão aguçou seus talentos de operador diplomático, formando impressões diretas que o habilitariam posteriormente a bem orientar a inserção internacional do Brasil nos anos em que esteve à frente do Itamaraty, com um sentido ainda mais aguçado para as transformações então em curso no mundo.

José Maria Bello resume a influência da Alemanha sobre a gestão do Barão do Rio Branco à frente do Itamaraty:

> "Patriota e nacionalista sincero, Rio Branco era, como os homens da família de Bismarck, robusto de alma e de corpo, oportunista sagaz, desdenhoso dos idealismos declamatórios... atento aos fatos, absorvente e autoritário, sob aparências polidas, sabendo servir-se dos homens, das suas fraquezas e dos seus defeitos, e certo de que na diplomacia, mais do que alhures, as formas jurídicas apenas importam quando servidas pelo dinheiro ou pela força. Para o seu patriotismo, pois, só se completaria a imagem do Brasil no fastígio do pleno internacional. Ninguém saberia melhor conciliar o amor ao passado de seu país com a imagem de sua futura grandeza."[44]

Berlim foi, portanto, muito mais do que um "intervalo". Foi uma passagem breve decerto, mas extremamente valiosa, por um dos mais importantes e dinâmicos palcos da diplomacia européia e mundial. Uma preparação, um aprendizado, um momento singular na vida e na carreira do grande brasileiro que foi José Maria da Silva Paranhos, o Barão do Rio Branco.

[44] José Maria Bello, op cit.

Agradecimentos

O autor deseja registrar seus agradecimentos ao Embaixador Álvaro da Costa Franco, Diretor do CHDD/FUNAG, a cuja gentileza deve o acesso à correspondência trocada entre a Legação em Berlim e a Secretaria de Estado no Rio de Janeiro, assim como às "cadernetas" do Barão do Rio Branco.

O autor é igualmente grato à Direção do Arquivo Político do Ministério de Assuntos Exteriores da Alemanha, que lhe permitiu consultar a documentação sobre as relações Brasil-Alemanha entre 1900 e 1913 e inclusive, copiar diversos documentos relevantes.

Este trabalho não teria sido possível sem a colaboração inestimável e imprescindível do Ministro Roberto Colin, cujo conhecimento da escrita alemã da época (**sütterlin**) permitiu "decifrar" os manuscritos alemães consultados e utilizados no presente trabalho.

O autor registra finalmente seus agradecimentos ao Senhor Markus Kraemer, tradutor e intérprete da Embaixada em Berlim, que o acompanhou em suas muitas visitas ao Arquivo do Ministério dos Assuntos Exteriores em Berlim e, bem assim, foi responsável pela tradução de muitos dos textos alemães citados no texto.

Formato	*15,5 x 22,5 cm*
Mancha gráfica	*12 x 18,3cm*
Papel	*pólen soft 80g (miolo), duo design 250g (capa)*
Fontes	*Times New Roman 17/20,4 (títulos),*
	12/14 (textos)